

Rosane Balsan  
Mariela Cristina Ayres de Oliveira  
Núbia Nogueira do Nascimento  
(Organizadoras)

# ESTUDOS URBANOS E DAS CIDADES: DEBATES E REFLEXÕES



## Universidade Federal do Tocantins

Editora da Universidade Federal do Tocantins - EDUFT

### Reitor

Luis Eduardo Bovolato

### Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

### Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

### Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

### Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

### Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira dos Santos

### Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

### Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

### Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sânzio Pimenta

### Pró-Reitor de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Ary Henrique Moraes de Oliveira

### Conselho Editorial

#### Presidente

Ruhena Kelber Abrão Ferreira

### Membros do Conselho por Área

#### Ciências Biológicas e da Saúde

Eder Ahmad Charaf Eddine  
Marcela Antunes Paschoal Popolin  
Marcio dos Santos Teixeira Pinho

#### Ciências Humanas, Letras e Artes

Barbara Tavares dos Santos  
George Leonardo Seabra Coelho  
Marcos Alexandre de Melo Santiago  
Rosemeri Birck  
Thiago Barbosa Soares  
Willian Douglas Guilherme

#### Ciências Sociais Aplicadas

Roseli Bodnar  
Vinicius Pinheiro Marques

#### Engenharias, Ciências Exatas e da Terra

Fernando Soares de Carvalho  
Marcos André de Oliveira  
Maria Cristina Bueno Coelho

#### Interdisciplinar

Ana Roseli Paes dos Santos  
Ruhena Kelber Abrão Ferreira  
Wilson Rogério dos Santos



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Rosane Balsan  
Mariela Cristina Ayres de Oliveira  
Núbia Nogueira do Nascimento  
(Organizadoras)

# ESTUDOS URBANOS E DAS CIDADES: DEBATES E REFLEXÕES



Tocantins  
2023

Copyright ©2023 Universidade Federal do Tocantins

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. a violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Diagramação e capa: MC&G Editorial

Arte de capa: MC&G Editorial

Revisão: O conteúdo dos textos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade dos respectivos autores

---

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

---

E82 Estudos urbanos e das cidades : debates e reflexões [recurso eletrônico] / organizadores : Rosane Balsan, Mariela Cristina Ayres de Oliveira e Núbia Nogueira do Nascimento. – Palmas : EDUFT, 2023.  
Dados eletrônicos (pdf) .

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978- 65-5390-066-0

1. Urbanização - Brasil. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanização - Aspectos ambientais. 4. Urbanização - Aspectos sociais. I. Balsan, Rosane. II. Oliveira, Mariela Cristina Ayres de. III. Nascimento, Núbia Nogueira do. IV. Título.

---

CDD23 : 307 . 760981

---

Bibliotecária Priscila Pena Machado – CRB - 7/6971

Direitos desta edição cedidos à  
Editora da Universidade Federal do Tocantins | Eduft  
109 NORTE AV NS 15 ALCNO 14 - Campus de Palmas, BL IV  
Palmas - TO  
CEP 77001-090 - Brasil  
Tel.: +55 63 3229-4301  
[www.uft.edu.br/editora](http://www.uft.edu.br/editora)

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	7
Wendel Henrique Baumgartner	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
I - CIDADES, CULTURA E MEIO AMBIENTE .....	13
2 <b>DINÂMICAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PALMAS (TO): um estudo da Galeria Wilson Vaz e seu entorno</b> .....	14
Roberto de Almeida Bottura Heliana Comin Vargas	
II - MEMÓRIA, LINGUAGENS E REPRESENTAÇÕES .....	31
3 <b>PALAVRAS &amp; SENTIDOS: Povoado e Cidade no Imaginário Lexical</b> .....	32
Ariel Elias do Nascimento	
4 <b>DAS MEMÓRIAS AO MEMORIAL: Porto Nacional e a Santidade de Padre Luso</b> .....	46
César Evangelista Fernandes Bressanin	
5 <b>LITERATURA E MEMÓRIA: Construções e desconstruções no conto “Totonha”, de Osmar Casagrande Campos</b> .....	59
Juliana Ricarte Ferraro Ana Carolina Ramos de Jesus	
6 <b>O PASSADO COMO FUTURO: Nostalgia e Plano, Tradicional e o Moderno na Síntese da Arquitetura dos Anos de 1930</b> .....	71
Marcos Antonio dos Santos	

III - CIDADE, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS .....	92
7 <b>QUADRANTE INSURGENTE:</b>	
<b>Ocupação e luta por moradia em Palmas</b> .....	93
Ana Carla de Lira Bottura	
Olívia de Campos Maia Pereira	
8 <b>AS PERSPECTIVAS DE GÊNERO E RAÇA NA CIDADE PLANEJADA:</b>	
<b>O caso de Palmas</b> .....	113
Patricia Orfila Barros dos Reis	
IV - PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANOS E TURISMO .....	131
9 <b>OS 20 ANOS DO ESTATUTO DA CIDADE: Debates e reflexões</b> .....	132
João Aparecido Bazzoli	
10 <b>TURISMO CULTURAL, PATRIMÔNIO CULTURAL E O LUGAR</b> .....	151
Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro Rosane Balsan	

# PREFÁCIO

Wendel Henrique Baumgartner  
Professor Associado III do Departamento  
de Geografia da Universidade Federal da Bahia

As cidades apresentam inúmeras possibilidades de definições, leituras e percepções. Como uma forma-conteúdo, sua morfologia (planos, ruas, quadras e construções) é preenchida por conteúdos que trazem vida, movimento e dinamismo a esses locais de moradia de uma grande parcela da população.

No mundo contemporâneo, as cidades com seus diferentes graus de urbanidade e ruralidade são espaços ricos na produção da cultura, da economia, da política e na fomentação de ações que deixam marcas e criam os meios para a construção de um futuro coletivo. Ao seu território, em razão da implantação de sistemas técnicos, o espaço local se une verticalmente ao espaço global, possibilitando seu funcionamento como elo ou nós entre as escalas mundiais, regionais e locais.

Em função de diferentes graus de integração entre esses sistemas multiescalares, da seletividade do modo de produção capitalista, das resistências e dos contextos histórico-e sociais, a rede urbana é formada por uma miríade de cidades, universais em sua definição e constituição e, ao mesmo tempo, singulares e particulares em sua coexistência e cotidiano.

A cidade e o espaço urbano, conceitos e lugares imbricados, sobrepostos e, atualmente, simultâneos, são expressões do desenvolvimento da técnica, materializada sob a forma de objetos, bem como de modos de vida que são estabelecidos, socialmente construídos e coletivamente vividos.

Apesar de algumas variações em relação às técnicas de construção, capital investido, estilos ou organização, as cidades possuem arranjos e especificidades definidas no processo de uso e apropriação dessas formas. Assim, torna-se fundamental a realização de estudos e pesquisas que compreendam as cidades, seus espaços e seus conteúdos urbanos e usos de maneira criteriosa, profunda e multidisciplinar, como no caso do livro 'Estudos urbanos e das cidades: debates e reflexões', cuidadosamente organizado pelas professoras Rosane Balsan, Mariela Cristina Ayres de Oliveira e Núbia Nogueira do Nascimento da Universidade Federal de Tocantins.

Essa coletânea é estruturada em dez capítulos, organizados em quatro seções temáticas e que apresentam uma variedade de abordagens teórica-metodológicas que enriquecem e atualizam discussões centrais para a compreensão da

cidade brasileira e dos modos de vida, histórias, meio ambiente, identidades, memórias, percepções e experiências no espaço urbano.

A obra se inicia com 'A influência da arborização urbana no desempenho ambiental' das autoras Thaís Melz e Mariela Cristina Ayres de Oliveira. O texto apresenta detalhes da metodologia empregada e resultados que permitem compreender como a arborização urbana desempenha um papel fundamental em diversos aspectos da vida nas cidades, em especial no tocante ao conforto térmico. A avaliação da arborização urbana de Palmas torna-se importante para a discussão do planejamento urbano relacionado ao microclima, bem como para pensarmos forma de atingir aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e tornar os espaços das cidades mais resilientes.

O capítulo 'Dinâmicas do comércio e serviços em Palmas (TO): um estudo da Galeria Wilson Vaz e seu entorno', de Roberto de Almeida Bottura e Heliana Comin Vargas, trata do planejamento das atividades de comércio e prestação de serviços na construção da cidade de Palmas, bem como o desenvolvimento de ações cotidianas que modificaram e ressignificaram os espaços destinados à essas atividades. Apesar da forma da cidade ser nova, as histórias e práticas estabelecidas em outros contextos que chegam com as pessoas têm a capacidade de modificar as formas. Os autores trabalham a obsolescência das formas e as mudanças nas escolhas tanto da localização do comércio e serviços em Palmas quanto dos usuários e consumidores.

O capítulo 'Palavras & sentidos: povoado e cidade no imaginário lexical' escrito por Ariel Elias do Nascimento nos ajuda a compreender como visões de mundo e percepções espaço-temporais vivenciadas em povoados e cidades participam da construção de sentidos e identidades. Apesar de focar em uma escala mais local da experiência do habitar, o texto apresenta um contexto de formação socioespacial regional para embasar a formação das compreensões a respeito das localidades estudadas. A análise de narrativas presentes em documentos oficiais traz elementos para compreender como o olhar externo cria todo um imaginário sobre os espaços, bem como impacta a identidade que uma localidade constrói.

César Evangelista Fernandes Bressanin escreve o texto intitulado 'Das memórias ao memorial: Porto Nacional e a santidade de Padre Luso'. O autor trata de questões de religiosidade tanto na produção de memórias quanto do espaço urbano em uma perspectiva histórica, desde a fundação da cidade Porto Nacional até os dias atuais. O reconhecimento cotidiano acerca da vida e das ações do sujeito foco do estudo indicam sua importância na construção de relações de pertencimento e coletividade no espaço. Esse reconhecimento é, portanto, além de vivenciado, materializado na construção de um espaço físico que recebe visitantes



e cria uma dinâmica própria para aqueles que buscam uma proximidade com o sagrado e com a memória.

O capítulo ‘Literatura e Memória: construções e desconstruções no conto “Totonha”, de Osmar Casagrande Campos’ foi produzido por Juliana Ricarte Ferraro e Ana Carolina Ramos de Jesus. Evocar a memória se configura como um potente instrumento de análise do espaço urbano, uma vez que o mesmo é produzido e vivido coletivamente num constante processo de (re)construção de paisagens e lugares preenchidos em todos os seus interstícios por narrativas, lembranças e histórias. O conto analisado pelas autoras trata das experiências narradas em um processo de relocação de uma moradora e todo o fluxo de memórias e esquecimentos, de territorializações, desterritorialização e reterritorializações.

‘O passado como futuro: nostalgia e plano, tradicional e o moderno na síntese da arquitetura dos anos de 1930’, de autoria de Marcos Antonio dos Santos. O foco do texto é uma análise da arquitetura e do urbanismo modernista brasileiro, fomentado pelo Estado, tomando como eixo central o próprio movimento e a construção de um ideário e de narrativas de vanguarda tanto para o espaço quanto para a sociedade, tensionando as concepções de moderno e tradicional. Em razão de uma forte vinculação com o Estado, o movimento produziu uma atualização de elementos tradicionais da arquitetura colonial e brasileira com uma linguagem visual modernizada, mas que escondia aspectos enraizados da tradição e no tradicionalismo dos governos e das políticas no país.

Ana Carla de Lira Bottura e Olívia de Campos Maia Pereira apresentam o capítulo ‘Quadrante insurgente: ocupação e luta por moradia em Palmas’ no qual tratam das contradições e conflitos estabelecidos entre um espaço planejado, seus usos e sua expansão para fora do desenho inicial, reforçando processos de segregação e dispersão. O texto foca nas narrativas de sujeitos que construíram e ocuparam os espaços periféricos e marginalizados da cidade, dando visibilidade a histórias e geografias dos lugares considerados informais. Os relatos dos pioneiros da ocupação dessas parcelas informais da cidade indicam uma forte discriminação e criminalização de suas práticas sociais, bem como ação de agentes públicos na indução ao processo de ‘invasão’ de terras.

‘As perspectivas de gênero e raça na cidade planejada: o caso de Palmas’ é o título do capítulo de Patricia Orfila Barros dos Reis, no qual a autora constrói uma análise academicamente engajada sobre as questões de gênero, a materialidade e a espacialidade dos corpos femininos. A produção capitalista patriarcal e misógina do espaço urbano define os lugares de cada corpo na cidade, bem como delimita seus espaços de circulação e movimentação, sendo de fundamental importância, implodir essas concepções que inclusive se encontram materializadas no próprio

memorial descritivo do plano da cidade de Palmas. O texto é um potente chamado a inclusão mais que imediata da dimensão de gênero no processo de planejamento urbano para garantir espaços dignos que respeitem os corpos femininos.

O penúltimo capítulo é intitulado 'Os 20 anos do estatuto da cidade: debates e reflexões'. João Aparecido Bazzoli apresenta uma análise sobre a elaboração e aprovação do Estatuto das Cidades e de seus desdobramentos para a produção e ordenamento do espaço das cidades. As disparidades entre a cidade real e a cidade idealizada pela legislação acabam por criar brechas para apropriações de mais-valias pelos agentes do mercado imobiliário e manutenção da informalidade como uma marca do processo de urbanização brasileiro. Entretanto, apenas 68,2% dos municípios brasileiros, devido ao vínculo com um Plano Diretor, operacionalizam os instrumentos legais que possibilitariam a concepção de espaços urbanos mais justos e equitativos.

Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro e Rosane Balsan apresentam o último capítulo 'Turismo cultural, patrimônio cultural e o lugar', construído a partir de uma revisão bibliográfica sobre lugar, geografia do turismo, patrimônio e turismo no centro histórico da cidade de Porto Nacional (TO). A categoria geográfica 'lugar' é o ponto de partida para compreensão das formas de turistificação de patrimônios culturais, bem como para o entendimento e construção de uma geografia do turismo. O texto traz uma relevante contextualização do processo histórico de formação da cidade de Porto Nacional, no século XVIII, enriquecendo a compreensão da expansão da rede urbana no Norte do país.

Os quatro eixos temáticos - Cidades, Cultura e Meio Ambiente; Memória, Linguagens e Representações; Cidade, Educação e Movimentos Sociais; e Planejamento e Gestão Urbanos e Turismo - indicam um percurso ao leitor e evidenciam a diversidade das questões trabalhadas. Ao longo de seus capítulos, o livro aglutina o estado da arte da produção acadêmica sobre Palmas e Porto Nacional, em Tocantins, mas também colabora com a compreensão do processo de urbanização recente, dos usos e conflitos presentes nos espaços urbanos que são comuns a todas as cidades brasileiras. Dessa forma, a obra se constitui em uma leitura instigante e atual, recomendada à todas as pessoas que buscam conhecer e explicar nossas cidades.

## INTRODUÇÃO

O Núcleo De Estudos Urbanos e das Cidades – NEUCIDADES, é cadastrado como Grupo de Pesquisa no CNPq e aprovado pela resolução do conselho de ensino, pesquisa e extensão (CONSEPE) N° 03/2008, originariamente, restrito ao Curso de História do Campus de Porto Nacional e passando a contar, posteriormente, com participantes de outros Cursos/Áreas, dos Campi de Porto Nacional e de Palmas. Além de ter sua sede também no Campus de Palmas desde 2009 como forma de demonstrar também a interdisciplinaridade e a política intercampi da UFT.

Teve origem no antigo Projeto Cidades – Conhecendo a História do Tocantins pelos seus Núcleos Urbanos, que fora cadastrado na Congregação do Curso de História no ano de 1999, permanecendo com este nome até o ano de 2002, quando, iniciado o processo de federalização da Universidade, tornou-se multidisciplinar, recebendo o nome atual, sendo um dos Núcleos de formação mais antigos da UFT.

Este livro Estudos Urbanos e das Cidades: debates e reflexões, é resultado de reflexões teóricas-metodológicas, experiências e vivências compartilhadas de um grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades.

Tomando como referência o fato de ter sido publicada uma coletânea em 2015, intitulada “Porto Nacional, patrimônio do Brasil: História e memórias”<sup>1</sup> este trabalho pretende dar visibilidade aos projetos dos pesquisadores pertencentes ao núcleo tendo como objetivo as investigações e projetos organizados junto ao Núcleo de Pesquisa.

A análise dos capítulos representa os vínculos com as quatro linhas de pesquisas: I - Cidades, Cultura e Meio Ambiente; II - Memória, Linguagens e Representações; III - Cidade, Educação e Movimentos Sociais; IV - Planejamento e Gestão Urbanos e Turismo.

A linha Cidades, Cultura e Meio Ambiente tem como objetivo analisar a dinâmica socioeconômica-cultural das cidades e seus impactos ambientais urbanos. Nesta linha são apresentados dois capítulos “A influência da arborização urbana no desempenho ambiental” e ‘Dinâmicas do comércio e serviços em palmas (TO): um estudo da galeria Wilson Vaz e seu entorno.’

A linha Memória, Linguagens e Representações tem como objetivo: Identificar através das memórias, linguagens e representações assuntos de interesse ao Núcleo de Pesquisa, traz 4 capítulos: “Palavras & sentidos: povoado e

---

<sup>1</sup> Organizado por Janira Iolanda Lopes da Rosa, Mariela Cristina Ayres de Oliveira e Rosane Balsan. SESDUFT, ISBN 978-85-63526-75-5, 2015.

cidade no imaginário lexical”, “Das memórias ao memorial: Porto Nacional e a santidade de Padre Luso”; “Literatura e memória: construções e desconstruções no conto “Totonha ”” e “O passado como futuro: Nostalgia e Plano, Tradicional e o Moderno na síntese da arquitetura dos anos de 1930”.

A linha Cidade, Educação e Movimentos Sociais tem como objetivo identificar ações de educação e movimentos sociais no Estado do Tocantins. Traz 2 capítulos: “Quadrante insurgente: Ocupação e luta por moradia em Palmas” e o capítulo “As perspectivas de gênero e raça na cidade planejada: o caso de Palmas”.

A Linha Planejamento e Gestão Urbanos e Turismo visa desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, fazendo da atividade do planejamento e da gestão urbanos, elementos integrados na atividade turística. O turismo é uma atividade que expressa múltipla e variadas práticas sociais, que carrega consigo um grupo de representações sociais, que busca estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais. Esta linha traz 2 capítulos:” Planejamento e Gestão Urbanos e Turismo” e “Turismo Cultural, Patrimônio Cultural, e o Lugar”.

Espera-se que esta obra reflita o desenvolvimento do núcleo bem como o seu papel na construção do conhecimento do estado do Tocantins. O Núcleo através de seus projetos e ações tem proporcionado divulgação e interação no âmbito pesquisa, ensino e extensão. E suas produções têm sido utilizadas como fontes documentais auxiliando na produção científica de obras locais, regionais, nacionais e internacionais.

## **I - CIDADES, CULTURA E MEIO AMBIENTE**

# DINÂMICAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS EM PALMAS (TO):

## Um estudo da Galeria Wilson Vaz e seu entorno

Roberto de Almeida Bottura<sup>2</sup>

Heliana Comin Vargas<sup>3</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

No grande desafio que é interpretar a cidade contemporânea, no intuito de propor ações a partir de um campo disciplinar que trabalha o espaço e a vida cotidiana, como Arquitetura e Urbanismo, cada vez mais tornam-se necessárias pesquisas que cumprem a função de desvendar e investigar o papel determinante do comércio e do consumo nas transformações sociais, culturais e urbanas no século XXI.

Aqui, a lente de estudo é o setor terciário em uma cidade nova brasileira, Palmas, inaugurada em 1989, resultado de um projeto urbano nascido da prancheta do então coletivo de arquitetos GrupoQuatro. O traçado, de matizes modernistas, configurou um arranjo inicial de comércio, serviços e lazer que não priorizou os usos combinados, induzindo uma latente crise de urbanidade em um sistema que não favorece o encontro e nem a diversidade. Percebe-se, nas atividades do varejo, um novo tecimento de vida cotidiana nos estéreis espaços projetados, ao contestar a monotonia da grelha ortogonal por meio de subversões do projeto original, passando então a romper muros, abrir frentes onde antes não se permitia, conectar quadras segregadas, criar esquinas, colocar vitrines, dotar calçadas de mesas e bancos, enfim, dotar um cenário artificial em consolidação com simultaneidade (de eventos, usos e pessoas), burburinho e um não planejado mix de atividades.

O objeto de análise é a primeira galeria comercial da cidade, chamada Wilson Vaz. De um apogeu inicial à decadência atual, rotulada pela crítica local como “vítima” da abertura de shopping centers na cidade, este estudo pretende compreender (i) o entorno em que está inserida a partir de uma leitura da ocupação do centro projetado e da lógica de formação dos espaços comerciais em Palmas; (ii) as razões para a criação e deterioração da galeria ao longo dos anos; e

---

<sup>2</sup> Professor Associado do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenador do grupo de pesquisa ‘Cidade, Espaço e Consumo: Questões Contemporâneas’ vinculado ao Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (Neucidades). E-mail: roberto.bottura@uft.udu.br.

<sup>3</sup> Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Coordenadora do LABCOM - Laboratório de Comércio e Cidade. E-mail: hcvargas@usp.br.

(iii) identificar o tipo de equipamento varejista escolhido para iniciar a ocupação em uma cidade nova em desenvolvimento.

Ao colocar em avaliação a jovem capital tocantinense, cujos espaços e lugares se encontram ainda em processo de moldagem de uma identidade face a uma idealizada abstração, pode-se revelar caminhos para se transformar a monotonia do presente na busca de mais urbanidade e sociabilidade a seus habitantes.

## **2 METODOLOGIA**

No âmbito do grupo de pesquisa ‘Cidade, Espaço e Consumo: Questões Contemporâneas’ (vinculado ao NEUCIDADES - Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades) são investigadas questões referentes a comércio, cidade e urbanidade desde o olhar da arquitetura e do urbanismo. Este artigo é um recorte que se apropria de parte dos insumos produzidos em pesquisas do grupo de 2018 a 2020<sup>4</sup>. Neste percurso, foram resgatados documentos históricos sobre a galeria Wilson Vaz ao passo que se realizaram alguns levantamentos técnicos (planta baixa arquitetônica, ocupação atual com seus respectivos usos, valores de aluguel no local e no entorno, entrevistas com os atuais permissionários e clientes) além da observação de dinâmicas do cotidiano nos mais variados períodos do dia. Em seguida, acrescenta-se um levantamento mais detalhado de usos do entorno e entrevistas com pioneiros de Palmas que relataram o que significou a construção da galeria naquela nova realidade urbana que se moldava.

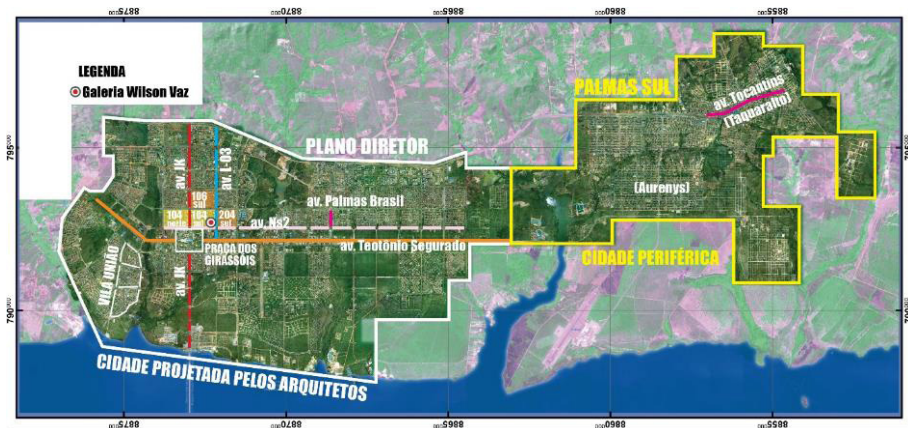
## **3 PALMAS: CIDADE NOVA, CENTRO NOVO**

Palmas, a capital de um novo estado nomeado Tocantins, está pensada a partir de uma grelha ortogonal estruturada por duas grandes avenidas perpendiculares (Av. Teotônio Segurado e Av. Juscelino Kubitschek) de onde se reproduzem vias arteriais transversais (chamadas avenidas LO/Leste-Oeste e NS/Norte-Sul) que conformam as grandes quadras residenciais de aproximadamente 700 x 700 metros. No cruzamento dos dois eixos principais, está a Praça dos Girassóis, sede do poder estadual, que coincide com o espaço a ser primeiramente urbanizado denominado doravante centro (figura 1).

---

<sup>4</sup> Neste período o grupo também acolheu o Trabalho de Conclusão de Curso da aluna da graduação Isabela Cerqueira Andrade cujo tema foi a requalificação da galeria Wilson Vaz.

Figura 1 - Mapa geral de Palmas com localização da galeria Wilson Vaz



Fonte: Roberto Bottura (2020).

A partir da Praça dos Girassóis, com seus edifícios administrativos, seriam edificadas os “setores compostos de habitação (alta e baixa densidade), comércio e serviços em função da demanda” (GRUPOQUATRO, 1989, p. 8), passando a constituir o centro principal de Palmas, pensado como um conjunto de ruas centrais de pedestres (com o intuito de “resgatar aspectos positivos de cidades antigas”) e passagens bucólicas abrindo-se para praças com chafarizes e árvores, “podendo ser localizados no casario adjacente o comércio fino de varejo, como pequenas lojas, cafés, pousadas, bancos e edifícios para escritórios, etc.” (pág. 9). Consta-se, entretanto, que numa cidade planejada, quando o centro ainda é só uma ideia e existe apenas no papel, este “se constitui somente se e quando a própria cidade se constituir” (VILLAÇA, 2011, p. 99). Neste processo, quando a nova capital – ainda provisória – vai se consolidando e as edificações de madeira sendo substituídas por prédios de concreto, o centro de Palmas vai se constituindo, porém, com alguns aspectos distintos dos pensados na prancheta, que aqui serão destacados quatro elementos de fundamental importância.

Primeiramente, (i) os calçadões de pedestres nunca foram implementados tal qual, pelo simples fato de que, de acordo com Hildebrando Paz (2019), arquiteto do Departamento de Planejamento Urbano do Estado do Tocantins, na época, uma cidade em construção como Palmas ainda não possuía uma população expressiva nem tampouco ruas asfaltadas e nem prédios consolidados. A partir disto, imagina-se o sol escaldante, a poeira, o vento e a falta de urbanização como



sérios impeditivos para o incentivo ao trânsito de pedestres naquele momento. O fato é que, a maioria das pessoas que ali frequentavam circulavam de carro – o que tornaria o incipiente comércio urbano totalmente inviável ao segregá-lo em uma via exclusiva de pedestres, distante do tímido afluxo de pessoas que se formava naquela nascente região central. Essa constatação vai ao encontro também de uma realidade dada no contexto brasileiro: primeiramente, os comerciantes que vinham para Palmas abrir seus comércios já traziam de seus lugares de origem a lógica do comércio de rua, cujo estabelecimento é totalmente vinculado ao carro com o estacionamento na porta, de modo a reforçar a visibilidade do negócio, dos produtos e ser servido pela facilidade de acesso já prevista por sua localização.

Em seguida, (ii) há o próprio desenho urbano, generoso e monumental, que mesmo no centro projetado em que se imaginava uma reprodução de qualidades de cidades tradicionais, ao ser edificado na racionalidade da quadrícula com suas tediosas avenidas retilíneas, mostrava-se extremamente monótono. Os prédios distantes entre si, tornavam-se inviáveis na escala do pedestre, contrariando o que se encontrava nos adensados centros históricos de cidades brasileiras. De acordo com o relato de uma moradora da cidade, “o centro é confuso, não por suas ruas tortuosas, mas por aquelas avenidas retas serem exatamente iguais, tudo é tão parecido...” e afirma “é uma confusão para encontrar de novo uma loja que passamos na frente há um tempo atrás” (FERREIRA, 2020).

Outro aspecto (iii) é que o centro oficial de Palmas foi o primeiro local da cidade a ser alvo de especulação imobiliária, impulsionado pelo próprio Estado, que era o detentor das terras e realizava as vendas por balcão. Desde o Memorial (GRUPOQUATRO, 1989), os autores explicam que o projeto fora pensado para que o governo investisse o mínimo em infraestrutura, reservando tal tarefa para a iniciativa privada. Na implantação da cidade, o poder público ficaria encarregado de: construir os grandes eixos pioneiros ortogonais estruturantes, fornecer a infraestrutura básica das primeiras quadras urbanizadas e construir os edifícios para colocar em funcionamento a máquina burocrática estadual. A ocupação restante, “comércio, serviços e residências, seria feita sempre por pessoas ou empreendedores, que isolados ou em conjunto, disporiam desta estrutura principal feita pelo setor público” (GRUPOQUATRO, 1989, p. 4). A lógica capitalista que se estabelecia configurava uma prática comum na construção da cidade: grandes empresas compravam ou recebiam em regime de comodato lotes e/ou quadras inteiras (PAZ, 2019) passando, ora a urbanizá-las (quando o contrato vinha com a cláusula de obrigatoriedade de construção) ou mantendo-as vazias (como ocorre até hoje) em processo de especulação. No caso do centro projetado, de acordo com o relato de Paz (2019) “na primeira licitação, o Siqueira Campos, [primeiro governador do

Estado] já usou uma estratégia de especulação imobiliária” e explica: “com os lotes em malha, ele vendia um lote, deixava um vazio, vendia o seguinte, deixava outro vazio e assim sucessivamente. Ficaram estes vazios para vender depois, sempre deixando vazio urbano”.

E, finalmente, (iv) a Área Central permitia habitação coletiva somente nos pavimentos superiores acima do térreo, indicando a possibilidade de uso misto. Como o desenho urbano de Palmas é calcado na lógica das grandes quadras residenciais com lotes individuais em que o próprio governo cedia terrenos para os funcionários públicos que decidissem vir morar na capital, é compreensível que não existisse o mínimo de interesse por parte dos novos moradores em habitar um apartamento, ainda mais numa cidade com uma imensidão de terras por ocupar.

Obviamente, sem demanda, os empresários pioneiros também não se interessaram pela construção de prédios por justificadas questões de investimento/rentabilidade, preferindo replicar no centro projetado amorfos conjuntos térreos de salas comerciais ao invés de prédios com uso misto. Assim foi moldada a Área Central, com escassa habitação, cuja vitalidade permanece restrita às dinâmicas do comércio em seu horário de funcionamento.

O fato do centro de Palmas ter sido construído com a presença de vazios urbanos, tornou-o descontínuo, com baixa densidade, exigindo maiores deslocamentos para o pedestre. Dessa forma, difere-se de outras cidades novas, como as inglesas Harlow e Milton Keynes - cujo centro projetado foi edificado pelo poder público, respeitando o projeto dos arquitetos, configurando um grande mall aberto de compras com conjuntos comerciais no térreo e habitação nos andares superiores.

#### **4 A GALERIA WILSON VAZ**

Como todo início de ocupação, o incipiente comércio da jovem capital era precário e muito limitado. Conforme cita Antônio de Oliveira, que chegou na cidade em 1991, “comércio íamos no Ribeiro ou no Caçulinha, tinha umas 3 ou 4 opções” e aponta que “isso aqui era como uma terra de garimpo. Tudo custava muito caro, o dobro ou o triplo de Goiânia” tanto que “nos fins de semana ninguém ficava por aqui, as pessoas iam fazer compras em Paraíso, Porto Nacional [cidades da região] ... e quando conseguia, trazia tudo de Goiânia, que era muito mais barato”, e indica que “isso só foi melhorar quando redes de fora vieram se instalar aqui como o Makro e o Assaí, criando uma oferta de produtos mais baratos e levando a falência aqueles mercadinhos que cobravam tudo muito caro” (OLIVEIRA, 2020). Já Fabiano do Vale Filho (2020) relembra que, quando

veio morar em Palmas aos 17 anos, também em 1991, “para compras tínhamos o supermercado Colorado, do Ruy Adriano, ficava ali na NS1 na esquina [...], o único posto de gasolina era aquele perto da Wilson Vaz e junto dele tinham 4 telefones públicos para todas as pessoas usarem, todo mundo era de fora, ninguém era daqui, a partir das 18 horas fazia fila para as pessoas ligarem para as famílias”. Sobre o centro, recorda que “quando eu cheguei, não tinha nem asfalto, era rua de chão, o comércio aqui era muito fraco, uma loja ou outra, era muito sofrido, não tinha nada, a maioria das construções eram de madeira” (VALE FILHO, 2020). A jornalista Roberta Borges Tum, que chegou em abril de 1991 com 23 anos para trabalhar na extinta TV Manchete, conta: “quando íamos aos fins de semana para Goiânia, todos já sabiam que éramos de Palmas por conta do cheiro de madeira impregnado nas roupas... a gente fazia muita piada com isso” (TUM, 2020).

Figura 2 - a galeria Wilson Vaz hoje.



Fonte: Roberto Bottura (2020).

Neste horizonte de povoamento tão marcadamente brasileiro, entre a modernização e a precariedade, inaugura-se em 1992 a galeria<sup>5</sup> Wilson Vaz<sup>6</sup>. Apenas 3 anos após a inauguração da cidade, em meio a muita poeira, vias sem asfalto e escassas construções, este prédio com 3 pavimentos rapidamente se tornou um marco na cidade, reunindo alguns dos principais comércios e serviços de Palmas naquela vida urbana ainda em formação.

A galeria, que ocupa todo o perímetro da quadra 104 Sul (zoneamento AC - Área de Comércio Central em lote unificado totalizando 6.400 m<sup>2</sup>), foi uma das primeiras edificações de grande porte da cidade, que alavancou o desenvolvimento do centro<sup>7</sup> projetado junto à Praça dos Girassóis, cuja localização privilegiada passou a dinamizar a avenida LO-3 como polo atrator de um significativo público que começava a trabalhar nos cargos administrativos da máquina estatal junto aos moradores das quadras do Plano Diretor Sul.

Apesar do Memorial Descritivo da quadra indicar que uma das vias lineares ser exclusiva de pedestres, não foi que o ocorreu - a rua foi pavimentada permitindo o fluxo de veículos. Vale destacar que o lote é servido de dois amplos bolsões de estacionamento público, um voltado para a avenida NS-2 e outro para a LO-3, facilitando o acesso de clientes e lojistas (figura 2 e 3).

A construção é um retângulo uniforme alinhado no lote com 6 acessos, sendo que possui tipologia marcadamente de galeria comercial, ou seja, salas comerciais perimetrais que se abrem diretamente à rua; e salas comerciais interiores que são acessadas por meio de corredores internos transversais. O empreendimento totaliza 11.868,88 m<sup>2</sup> de área construída, com 284 salas que se distribuem por 3 pavimentos. Dessas salas, 108 estão previstas no térreo, 104 no 1º pavimento e 72 salas no 2º pavimento (que se encontra totalmente interditado). À época, já se evidenciava o viés especulativo<sup>8</sup> desse tipo de empreendimento varejista de base imobiliária (VARGAS,

---

<sup>5</sup> É importante destacar que, como projeto arquitetônico, se costuma denominar de galeria espaços comerciais que permitem a travessia de pedestres no seu interior, possibilitando a passagem de uma rua a outra. Lembrando que este formato, não apresenta as mesmas características dos empreendimentos tipo Shopping Center nem no padrão arquitetônico nem no tipo de empreendimento (VARGAS, 2018).

<sup>6</sup> Em recente mudança de administração alteraram o nome do empreendimento para Tukana Comercial Center, porém aqui manteremos o nome original tal qual citado pela população pois está presente no imaginário simbólico da cidade.

<sup>7</sup> Comprova-se tal fato pela inauguração na mesma avenida da loja de materiais de construção Valadares Home Center (aberta em 1990 e até hoje em atividade), do supermercado Caçulinha (inaugurado em 1994 e cujo ponto continua ativo e ocupado por outra rede de supermercados) além de outros comércios relevantes no entorno inaugurados entre 1990 e 1995, como o Castelo dos Brinquedos (1990) e Casa do Eletricista (1991), ambos ainda em funcionamento.

<sup>8</sup> Em 1992, ano da inauguração da galeria Wilson Vaz, foi emitido o Alvará de Licença de Habite-se parcial, que liberava o funcionamento das lojas apenas do pavimento térreo.

2018). Atualmente, encontram-se em funcionamento apenas 66 salas no térreo e apenas 4 no primeiro pavimento, sendo que o segundo pavimento é mantido vazio. A proporção de apenas 25% de ocupação indica que o empreendimento já nascera com uma oferta adiante da demanda, de modo especulativo e que juntamente com novas opções de estabelecimento e empreendimentos na cidade, tem a sua obsolescência acentuada como galeria.

Na verdade, a denominação de galeria comercial, parodiando suas precursoras francesas do século XVIII e XIX, é um grande equívoco. As primeiras galerias nascem em áreas centrais muito densas, onde não havia espaço para novas lojas e a abertura do interior das quadras possibilitava o aumento do perímetro de lojas sem aumento da área urbana (VARGAS, 2018). Eram empreendimentos voltados para o interior das quadras, que propiciavam a ligação entre duas ruas (passagem) favorecendo o fluxo de pedestres, garantindo assim uma maior quantidade de consumidores. Situação completamente oposta à cidade de Palmas.

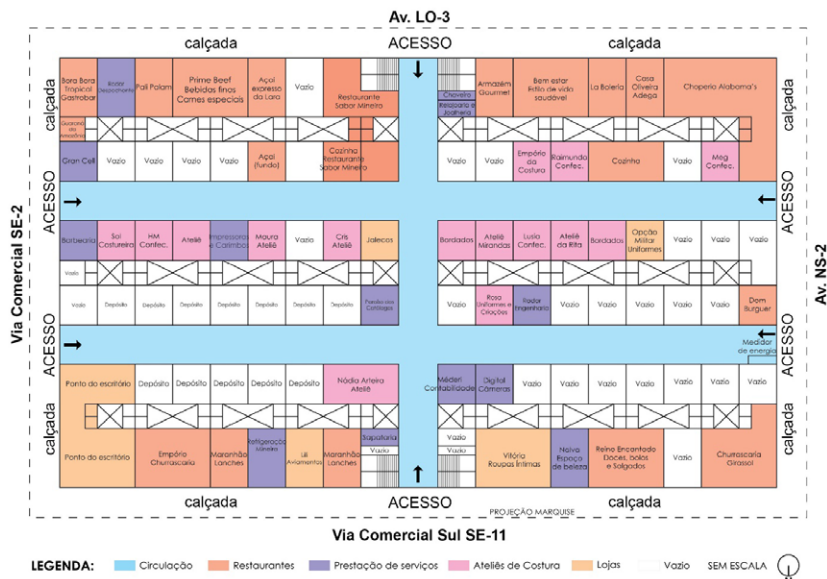
Nessa época, os shopping centers também estavam em ascensão no Brasil, com projetos fechados, tipo caixote, voltados para dentro, mas assumindo a condição de negócios varejistas lucrativos e não apenas especulativos (VARGAS, 2014; GARREFA, 2007). O projeto da galeria Wilson Vaz inadvertidamente misturou conceitos arquitetônicos<sup>9</sup> sem o devido respaldo do negócio varejista, que a princípio, diante da ausência de concorrência conseguiu ser bastante dinâmica, com um apogeu de 1992 a 2006. Desde o início, a galeria aluga suas salas, que conta com uma administradora para que faça a mediação entre o proprietário e os lojistas.

Relembra Fabiano do Vale Filho: “Foi o melhor lugar de comércio da cidade. Algumas franquias que aqui eram novas, como a Boticário, se instalou ali. Era a única construção daquele porte no centro da cidade” (VALE FILHO, 2020) de modo que enquanto o centro projetado ainda não era centro, a galeria fez as vezes de ponto de encontro e ampla oferta de comércio e serviços. A jornalista Roberta Tum conta que “foi o primeiro lugar onde a gente encontrava um pouco de tudo, sapateiro, costureira, contador um pouco de tudo ali... e os primeiros bares e armazéns também ali” (2020).

---

<sup>9</sup> As lojas são dispostas tanto internas quanto externas em todo o seu perímetro, abrangendo um total de 340 metros lineares de lojas que se conectam à cidade diretamente da calçada. Este aspecto, inclusive, é o que vem conseguindo dar sobrevida à galeria, enquanto que internamente (no térreo e no primeiro pavimento) o índice de ocupação é baixo.

Figura 3 - Galeria Wilson Vaz – Planta baixa do pavimento térreo com usos atuais.



Fonte: Roberto Bottura (2020).

Um lojista pioneiro da galeria, o atual proprietário da sapataria Borges, em realidade iniciou como funcionário da sapataria do sr. Hugo e assumiu o comando após o falecimento deste. Ele relata que na galeria existiam diversos tipos de comércio e serviços como bar, restaurante, alfaiataria, barbearia, papelaria, farmácia e outros. Destacou também que muitos vendedores ambulantes passaram a ocupar as calçadas nas imediações, aproveitando-se do intenso trânsito de pessoas e que hoje, com o baixo fluxo na galeria, o que hoje não ocorre.

No que tange à ocupação atual da galeria, percebe-se nos levantamentos realizados que a maior ocupação acontece predominantemente nas salas térreas voltadas para a rua. Das 66 salas ocupadas no térreo, 37 são de acesso externo. A principal fachada (norte) é a que faz frente a movimentada avenida LO-3, que vêm apresentando um interessante mix de atividades, com uma crescente oferta em usos gastronômicos, similares ao que estão sendo ocupados ao longo do eixo da avenida. A fachada sul também está ocupada predominantemente por usos de alimentação.

Na galeria, em entrevista a 54 usuários dos estabelecimentos comerciais voltados para a rua, 80% não conhece e não usa os serviços dos estabelecimentos internos da galeria, mostrando que não existe uma administração conjunta das atividades. A diferença entre os estabelecimentos voltados para a rua e os internos

em termos de rentabilidade podem ser comprovados pelas diferenças no preço dos aluguéis conforme os quadros 1 e 2.

Internamente, as 29 lojas ocupadas estão especializadas em ateliês de corte/costura, bordados, jalecos além de barbearia, sapateiro, escritório de contabilidade e carimbos. Essa ocupação atual comprova a lógica apontada por Vargas (2015, p. 1) em que os serviços “podem estar localizados em lugares não tão visíveis ou em andares superiores, pois o consumidor irá atrás de quem faz bem esse serviço” ao passo que os estabelecimentos de uso gastronômico ou produtos de venda direta preferem os acessos externos e vitrines, por explorarem os letreiros e as mesas na calçada na atração de clientes.

Os lojistas mais antigos afirmaram que escolheram o local porque na época não tinham muitas opções, já que os conjuntos comerciais na avenida JK ainda estavam em construção e mencionam como principal problema hoje a falta de manutenção do edifício<sup>10</sup>, que para eles é consequência da má administração.

Quadro 1 - Valores de aluguéis de salas comerciais na galeria Wilson Vaz

LOCAL	VALOR
SALA TÉRREA DE ACESSO EXTERNO (APROX. 80 m <sup>2</sup> )	R\$ 3.000,00
SALA TÉRREA DE ACESSO INTERNO (APROX. 80 m <sup>2</sup> )	DE R\$ 800,00 A R\$ 900,00
SALA 1º PAVIMENTO (APROX. 80 m <sup>2</sup> )	DE R\$ 600,00 A R\$ 700,00
SALA 2º PAVIMENTO	INATIVO

Fonte: Roberto Bottura (2020). Baseados em valores fornecidos pela administradora da galeria (2020).

## 5 A GALERIA NO MOMENTO ATUAL

Na história das cidades, todo edifício seja em qual escala for, é passível de obsolescência, acabando por se incluir na teoria do Ciclo de Vida do Produto (DAVIDSON, BATES; BASS, 1976) que apresenta 4 fases principais de vida de um produto: nascimento, crescimento, maturidade e declínio. Para quebrar esse ciclo, as inovações têm um papel fundamental. Geist (1993) fez essa análise para as Arcadas Comerciais e Garrafa (2007) para os shopping-centers.

<sup>10</sup> Em julho de 2019 os bombeiros chegaram a interditar a galeria determinando sua desocupação devido a riscos estruturais ocasionados pela falta de manutenção e atualização dos protocolos requeridos para seu funcionamento com segurança. Ver: <http://www.atitudeto.com.br/tac-evita-temporariamente-a-interdicao-do-predio-da-antiga-galeria-wilson-vaz-em-palmas/>.

Assim, que indicações podemos fazer de modo a evocar as fraquezas e as potencialidades dessa galeria, considerando sua localização privilegiada em um entorno de grande transformação urbana e comercial?

Primeiramente, destaca-se a intenção da construção da galeria mais como um empreendimento imobiliário do que como um negócio varejista propondo um formato em desacordo com o tecido urbano existente. Enquanto as galerias comerciais são capazes de criar rupturas e conexões no traçado urbano das cidades (BRAIDA, 2011), no caso da galeria Wilson Vaz isso não ocorreu, já que a mesma foi construída antes mesmo de existir um centro de cidade consolidado e denso.

O crescimento e estruturação posterior da cidade levou ao desenvolvimento de ruas comerciais e à criação de outras opções de compras que passaram a interferir significativamente na rentabilidade das lojas da galeria, principalmente dos espaços internos.

Uma das primeiras lojistas da galeria (que preferiu não se identificar), hoje migrou para um ponto comercial na mesma avenida e conta que no início “era muito movimentado, grande parte das salas eram ocupadas e o movimento pra gente era como se fosse de um shopping, era um ‘point’ muito frequentado na época” mas acusa a abertura do Palmas Shopping como o motivo da diminuição do fluxo.

Esse é outro aspecto que precisa ser avaliado, já que galeria comercial e shopping center são formatos de negócios distintos, com estratégias distintas, localizações distintas e públicos distintos.

Ainda que historicamente o shopping center tenha se inspirado no negócio imobiliário, ele não precisa se relacionar com o espaço circundante, já que é dotado de facilidades para atrair os usuários por meio das comodidades da segurança, do estacionamento e do ar-condicionado e demais estratégias negociais a partir de uma administração centralizada. Essa administração pensa o empreendimento como um negócio único que deve responder aos seus investidores com a lucratividade esperada. Portanto, é diferente das galerias cujo proprietário apenas se preocupa com o montante do aluguel arrecadado.

Com o desenvolvimento da capital, a abertura do Palmas Shopping em 2006 (localizado próximo da Praça dos Girassóis, no quadrante oposto ao da galeria) rapidamente se tornou um ponto de encontro, já que conforme apontado pelas entrevistas, era o único lugar da cidade – além do banco – que tinha ar-condicionado.

Percebe-se nos relatos de alguns dos primeiros moradores de Palmas que o que mais atraía as pessoas para o novo shopping era a climatização e o



reconhecimento de um espaço dito “moderno” e com conforto – muito mais do que as lojas ou as marcas que se instalaram ali.

Assim, há mais um elemento para avaliar a queda de fluxo e atratividade da galeria: ao passo que outras manifestações de comércio começaram a aparecer em Palmas oferecendo maior qualidade nos espaços, a boa e nova Wilson Vaz na realidade foi se tornando a precária e velha Wilson Vaz de hoje em dia, não acompanhando a modernização dos espaços de varejo da cidade. O novo de 1992 se tornou velho em 2006 e sua administração nada fez para acertar o passo.

Outro aspecto que interferiu na vitalidade da galeria refere-se ao fato de que a avenida LO-3, nos últimos anos, vem se especializando em bares/cafés/restaurantes e atividades complementares. Cumpre destacar que, até recentemente, o uso permitido de um dos lados dessa avenida eram salas comerciais com bolsões de estacionamento na frente, e o outro lado era marcado pelos fundos de lotes murados da quadra 204 Sul, estritamente residencial e proibida por lei de ter conexões com esta avenida. Essa proibição foi paulatinamente sendo burlada pelos comerciantes que, ao ocuparem essas residências aproveitando-se do intenso fluxo e visibilidade deste importante eixo viário, passaram a abrir suas portas para a avenida, iniciando um interessante processo de transgressão da lei vigente. Assim possibilitaram acessos às lojas, bares, restaurantes e clínicas a partir da avenida, reforçando uma espontânea urbanidade ao longo do seu eixo. Nos resultados obtidos com levantamentos do uso do solo deste trecho, percebe-se que esta é hoje uma das vias comerciais de maior mutação e vitalidade na cidade, conforme demonstrado pelo preço dos aluguéis visto no quadro 2.

Quadro 2 - Valores de aluguéis de salas comerciais no entorno da galeria Wilson Vaz

LOCAL	VALOR
SALA TÉRREA NA AV. JK – 110 SUL (100 M <sup>2</sup> )	R\$ 5.000,00
SALA 1º PAVIMENTO NA AV. JK – 110 SUL (APROX. 100 M <sup>2</sup> )	R\$ 4.000,00
SALA TÉRREA NA RUA SE-5 – 104 SUL (50 M <sup>2</sup> )	R\$ 1.500,00
SALA 1º PAVIMENTO NA AV. LO-5 – 206 SUL (168 M <sup>2</sup> )	R\$ 4.400,00
CASA RESIDENCIAL NA AV. LO-3 – 204 SUL OFERECIDA PARA FINS COMERCIAIS (247 M <sup>2</sup> )	R\$ 6.500,00
SALA COMERCIAL NA AV. LO-3 – 204 SUL NO TÉRREO DO PREMIUM RESIDENCE (69 M <sup>2</sup> )	R\$ 5.520,00

Fonte: Roberto Bottura (2020). Baseado em valores fornecidos por imobiliárias (2020).

A primeira legislação da cidade (Lei nº 468/1994) regulamentava o Memorial e as plantas do Plano Diretor Urbano original de Palmas, oficializando a estrita separação de usos e restringindo as combinações de atividades nas quadras.

A cidade vivida, em sobreposição à cidade concebida, passou a moldar fenômenos cujas transgressões subverteram o projeto original provocando a flexibilização de leis (BOTTURA; VARGAS, 2020), onde percebe-se com os levantamentos de uso do solo comparativos entre os anos de 2016 e 2019 na avenida LO-3 (figura 4), o contínuo interesse dos varejistas nestas residências unifamiliares para convertê-las em estabelecimentos comerciais. Tais mapas confirmam a lógica já apontada por Vargas (2020) de como as preferências locacionais “têm como objetivo a viabilidade dos respectivos negócios” apresentando “relação direta com a dinâmica urbana (usos e fluxos)” e que podem “auxiliar na implementação de políticas públicas de dinamização e requalificação urbana” (p. 3).

No histórico da legislação de Palmas, foi a Lei Complementar nº 81 de 2004 (PALMAS, 2004), que estabelece “usos toleráveis para os lotes lindeiros às avenidas da Área de Urbanização Prioritária I”. Não deixa de ser interessante notar o emprego da palavra tolerar (algo como suportar, aceitar com indulgência) que significa nesse momento uma flexibilização dada por uma dupla constatação. Por um lado, comerciantes já transgrediam a lei e criavam suas estratégias de abertura dos fundos dos lotes criando frentes de estabelecimentos, e por outro, a vitalidade derivada da coexistência entre múltiplas atividades e a presença de pessoas nestes espaços (antes amorfos e sem vida) adquiria uma qualidade expressiva na sociabilidade da jovem capital.

O Plano Diretor de 2007 indicou a flexibilização na admissão de usos porém será apenas na revisão do Plano Diretor de 2018 que aparece oficialmente o incentivo à abertura dos fundos dos lotes lindeiros das quadras residenciais para suas respectivas avenidas “de forma a desfazer a configuração das quadras como elementos espaciais autônomos na malha urbana” (PALMAS, 2018, p. 92) ao passo que autoriza novos usos para áreas da cidade que antes não eram permitidos – como este lado residencial da avenida LO-3.

Figura 4 - Uso do solo av. LO-3 em 2016 e 2020.



Fonte: Roberto Bottura (2020).

Dos 48 pontos comerciais identificados neste trecho em ambos os lados da avenida LO-3, verifica-se que em 2016 havia apenas 8 bares/restaurantes/cafés. Em 2020, destacam-se: 17 bares/cafés/restaurantes; 3 lojas de produtos naturais; 2 mercados e o resto divide-se entre clínica médica, salão de beleza, loja de artigos de casa, imobiliária, hotel, concessionária de veículos, farmácia etc.

Sob este olhar, a obsolescência da Galeria Wilson Vaz não pode ser atribuída à decadência do entorno, já que este é visivelmente pujante, com oferta variada de comércio e serviços e potencializado pela crescente ocupação do terciário, conformando um importante eixo varejista da capital; e nem mesmo ao shopping center, já que o comércio do entorno da galeria não parece ter sido afetado.

Apesar de uma localização privilegiada, o que falta na galeria é uma administração centralizada e com poder de decisão sobre o mix varejista oferecido, o que pressupõe o controle sobre a propriedade de todas as lojas ou dos respectivos aluguéis.

Considerando que alguns tipos de serviços funcionam como “polos geradores de fluxo de pessoas”, estes tornam-se também “atratores de atividades comerciais a eles relacionados, promovendo o encadeamento de atividades” (VARGAS, 2020, p. 9). Nesse processo, uma das estratégias é colocar, no interior da galeria, atividades – públicas ou privadas - polarizadoras de fluxo como: postos de atendimento de concessionárias (de água, energia elétrica ou gás), agências bancárias, posto dos Correios, do próprio Resolve Palmas, INSS etc. Escolas de idiomas, cursos, reforços, preparatórios são igualmente uma boa aposta pois estendem seus horários além do comercial favorecendo maior concentração de pessoas no período noturno.

E finalmente, para que um espaço seja bem visto e frequentado, ele precisa oferecer um mínimo de conforto aos usuários. No caso da galeria Wilson Vaz, é preciso urgentemente uma reforma que possa garantir segurança e conforto no uso de suas instalações de modo a enfrentar a concorrência de outros espaços mais modernos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A galeria Wilson Vaz tornou-se obsoleta justamente no momento em que a cidade mais se desenvolvia. Quando, atualmente, a demanda por espaços de qualidade cresce e quando a própria avenida LO-3 vai se transformando com ênfase no comércio de bares e restaurantes, a galeria pode despertar de sua letargia. Para tanto, é preciso uma administração que tenha interesse em recriar e incorporar novos programas, estabelecer novos pontos de contato com o entorno, adaptar-se à nova realidade que Palmas atravessa nestes jovens 30 anos de idade.

Neste pedaço de espaço privado numa avenida que mostra dia após dia sua grande vocação para o encontro, há um grande desafio: aunar os múltiplos interesses entre um empreendimento privado que busca o lucro, a municipalidade enquanto reguladora e promotora varejista e os usuários da cidade que carecem de sociabilidade.

Em um entorno em constante transformação, dotado da melhor infraestrutura e de fácil acesso, é preciso tornar os espaços da galeria mais acessíveis, aproveitando as conexões com as diversas ruas perimetrais e proporcionar aos usuários um mix varejista interessante com espaços atrativos e convidativos.

São reflexões que apontam para um ganho aos usuários, comerciantes e cidadãos em geral, por meio de dinâmicas que podem contribuir – e muito – para uma efetiva melhora da qualidade urbana local.

## REFERÊNCIAS

BOTTURA, Roberto de A.; VARGAS, Heliana C. Transgressões do terciário em Palmas (TO, Brasil): da subversão do projeto ao amparo da lei. **Revista Óculum**, v. 18, Campinas, 2020, p. 01-18.

BRAIDA, Frederico. **As galerias comerciais na rede urbana, na imagem e no imaginário de Juiz de Fora e Buenos Aires**. CES Revista, v. 25. Juiz de Fora: CES JF, 2011. p. 12-32.

DAVIDSON, William; R. BATES, Albert D; BASS, Stephen J. **The Retail Life Cycle**. Harvard Business Review. v. 54, n. 6, 1976, p. 89-96.

GARREFA, Fernando. **Shopping centers: de centro de abastecimento a produto de consumo**. 297f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2007.

GEIST, Johann F. **Arcades: The History of a Building Type**. Londres: MIT Press, 1993.

GRUPOQUATRO. **Projeto da Capital do Tocantins. Plano Básico/Memória**. Palmas: Fundação Cultural de Palmas – Acervo Histórico Casa Suçuapara, 1989 (Mimeo).

PALMAS. **Lei nº 81 de 19 de fevereiro de 2004**. Dispõe sobre usos toleráveis para os lotes lindeiros às avenidas da Área de Urbanização Prioritária I. Palmas: Prefeitura Municipal, 2004. Disponível:<http://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2019.

PALMAS. **Lei complementar nº 400 de 2 de abril de 2018**. Plano Diretor Participativo do município. Palmas: Prefeitura Municipal, 2018. Disponível em: <https://geopalmasweb.wixsite.com/geopalmas>. Acesso em: 3 jul 2019.

VARGAS, Heliana Comin. **A localização comercial não se define por decreto**. In: Labcom, 2015. Disponível em: [www.labcom.fau.usp.br](http://www.labcom.fau.usp.br). Acesso em: 10 fev. 2020.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário**. São Paulo: Manole, 2018.

VARGAS, Heliana Comin. **Comércio e cidade: dinâmicas da motivação, do tempo e do lugar**. In: Labcom, 2014. Disponível em: [www.labcom.fau.usp.br](http://www.labcom.fau.usp.br). Acesso em: 11 maio 2020.

VARGAS, Heliana Comin. Comércio, serviços e cidade: subsídios para gestão urbana. REURB **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, E202010PT, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6053>. Acesso em 11 mai. 2020.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Nobel, 2011.

## **ENTREVISTAS CONCEDIDAS**

Foram utilizadas as seguintes entrevistas realizadas pelos autores:

FERREIRA, Kelma. Entrevista concedida a Roberto de Almeida Bottura em 12 de maio de 2020.

FILHO, Fabiano do Vale. Entrevista concedida a Roberto de Almeida Bottura em 09 de abril de 2020.

NETO, João. Entrevista concedida a Roberto de Almeida Bottura em 12 de maio de 2020.

OLIVEIRA, Antônio. Entrevista concedida a Roberto de Almeida Bottura em 24 de março de 2020.

PAZ, Hildebrando Ferreira. Entrevista concedida a Roberto de Almeida Bottura em 10 de outubro de 2019.

TUM, Roberta. Entrevista concedida a Roberto de Almeida Bottura em 12 de maio de 2020.

## **II - Memória, Linguagens e Representações**

# PALAVRAS & SENTIDOS:

## Povoado e cidade no imaginário lexical

Ariel Elias do Nascimento<sup>11</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Qual a distância entre a palavra e seu sentido? Qual a relação causal entre o signo e o significado? O mundo real é pautado por uma construção linguística pela qual são enunciadas as percepções normativas do social, do societal, do homem em sociedade.

Este texto proporrá uma análise sobre tais questões, buscando, sobretudo, entender como se constrói, historicamente, uma identidade através de um discurso normatizador, onde os léxicos acabam por impor regras sociais e normas de convivialidade. Tanto as normas quanto as regras devem ser legitimadas, difundidas e colocadas em prática pelo discurso normativo da sociedade.

Estudar o Homem em seu tempo e espaço, buscar uma compreensão das ações, das práticas sociais, das estruturas mentais, de uma determinada visão de mundo, encontrar neste processo uma logicidade, perceber que esta lógica é uma dentre um universo complexo de relações, sejam elas sociais, políticas, econômicas, religiosas, enfim, culturais, faz parte não apenas do processo investigativo, como também das regras sociais criadas e impostas aos homens.

As páginas que seguem traduzem um cenário local e temporal; local porque aborda a formação dos povoados no interior do Tocantins, temporal por localizar esta abordagem na contemporaneidade. Contemporaneidade tem por significado estar junto a, ao mesmo tempo, coexistir. Em outras palavras, este texto perpassa por um entendimento do Homem coexistindo no espaço e no tempo; perceber os processos que tangenciam suas experiências e formas de ver o mundo, sejam elas objetivas ou subjetivas, possibilitando a construção de um discurso, dentre tantos outros possíveis; uma narrativa que busca compreender o processo de formação identitária no limiar da modernidade.

Este texto seguirá dois caminhos que se complementam: num primeiro momento será feita uma aproximação geográfica e política da região onde estão localizados o município de Porto Nacional e seus povoados; num segundo momento

---

<sup>11</sup> Mestre em História (UNICAMP) e Doutor em Estudos da Linguagem (UFMT). Professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional. Membro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades - NEUCIDADES, com pesquisa nas linhas de: Memória, Cultura, Identidade e Patrimônio Cultural; Cidade, educação e movimentos sociais; Memórias, linguagens e representações. E-mail: ariel@uft.edu.br



avancaremos nas discussões relacionadas sobre a percepção do adjetivo povoado e do substantivo cidade, buscando, sobretudo, entender como estes conceitos normativos acabam impondo um regramento sobre o espaço habitado, contribuindo para um entendimento abissal da realidade.

## **2 APROXIMAÇÃO GEOGRÁFICA**

A história brasileira vem passando por uma profunda alteração em seus padrões e princípios sociais, políticos, econômicos, culturais. Muitas destas mudanças decorrem do avanço do sistema neoliberal do capitalismo, outras do avanço das tecnologias de comunicação de massa. Contudo, todas estas alterações perpassam pela formação discursiva, a qual vem colaborando para formar que velhos léxicos criem regras sociais.

Para subsidiar as análises é necessário explicar o contexto político-econômico pelo qual passa o país na segunda metade do século XX, momento onde nos aproximamos do norte do estado de Goiás. Estas informações serão o suporte, o apoio para melhor se entender os processos de interpretação e identificação que serão feitos ao longo desta segunda metade do século pelos veículos oficiais do governo.

Em linhas gerais, o país passa por uma série de mudanças em sua política interna, saindo de uma frágil democracia burguesa que se encerra em 1964, momento em que ocorre a ruptura do regime democrático pelo golpe de estado imposto pelos militares, período este que tem início em 1964 e segue até 1984, quando ocorre a redemocratização, resultando na promulgação da Constituição em 1988.

Se, por um lado, a vida política passava por momentos conturbados, por outro a economia não ficava de fora deste cenário crítico. É neste período que ocorre a aceleração pela produção de bens de consumo duráveis e de capital, implantada pelos incentivos industriais do governo federal, ao passo que a produção de bens de consumo não-duráveis, fonte das economias dos pequenos produtores, fica relegado ao esquecimento, promovendo assim um empobrecimento de uma grande parte da população que dependia do setor produtivo de pequeno porte.

Paralelo a este cenário econômico, há uma intensa migração, motivada pelo acelerado incentivo industrial dos bens de consumo duráveis, principalmente para a região Sudeste; em se tratando da região Centro-Oeste, a construção de Brasília (1957-1960) e com ela a malha rodoviária como a Belém-Brasília (1959-1960) foram os principais motivos que promoveram a “marcha para o Oeste”; estes dois cenários apresentados rapidamente configuram, no interior do país, um espaço

de disputas territoriais promovido pela ausência de políticas públicas voltadas à reforma agrária (AQUINO, 1996; FAUSTO, 1995).

Neste mesmo período, neste cenário que apresenta de um lado propostas de desenvolvimento para a região Norte do país e, por outro, explicita intensas disputas territoriais nas áreas despovoadas desta mesma região, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, elaborada pelo IBGE, no prefácio de seu trigésimo sexto livro, dedicado ao estado de Goiás, assim resume como são as condições físicas e geográficas desse estado:

Goiás, como irão apreciar, divide-se nitidamente em dois tipos de civilização. Aquela que se desenvolve ao sul recebendo o influxo do Triângulo Mineiro e a influência paulista, e o norte, cujas dificuldades de comunicação têm criado uma formação econômica isolada e em grande parte marginal (FERREIRA, 1958, p. 5).

Uma primeira observação a ser feita logo no início desta citação refere-se à uma narrativa que, desde o início, trabalha com a ideia de uma divisão cultural que está enraizada no ato da ocupação e na distribuição das terras, o que implicou em um crescimento desordenado e diferenciado entre a região sul e a região norte do estado de Goiás. Quando, em uma Enciclopédia, começa uma explicação com um discurso de que existem “dois tipos de civilização”, há uma necessidade premente de ficar de sobreaviso sobre o que e como será explicado sobre estes processos civilizacionais. Há uma infinidade de entendimentos que podem conduzir as interpretações, sejam elas para a questão social, religiosa, política. Sigamos o texto proposto pela Enciclopédia:

Mas tôda essa extensão territorial vive uma economia fechada, marginal da civilização, encontrando-se mesmo, e até nas barrancas do Tocantins, uma civilização quase medieval, onde se fiam os próprios tecidos no processo rudimentar das rocas. É que a navegação no Tocantins nunca conseguiu dar escoamento econômico à produção, nem serviu de elemento civilizador pelo alto custo do seu transporte (FERREIRA, 1958, p. 6).

O texto esclarece, então, que esta diferença decorre do processo evolutivo de uma desigual economia, uma existente na região sul e outra na região norte do estado de Goiás. Isto posto, temos uma primeira interpretação de que o discurso que norteia “os dois tipos de civilização” tem por base uma diferença econômica no seu processo formativo.

É um entendimento que está presente nos estudos sobre os anos de 1950, quando da necessidade de se buscar mecanismos explicativos para compreender as desigualdades existentes nas regiões brasileiras. E a própria existência desta Enciclopédia serviu para pontuar estas diferenças e produzir mecanismos políticos para minimizar as diferenças geograficamente localizadas, pontuando lugares para que futuras políticas públicas pudessem ser aplicadas com maior eficácia. Não por acaso ocorre a formação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1959), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO (1967). (FAUSTO, 1995; FURTADO, 2003; PRADO JUNIOR, 2006).

Estes parágrafos chamam a atenção por conter algumas características presentes no discurso de seu presidente, Jurandyr Pires Ferreira, ao descrever uma região não apenas periférica geograficamente, mas uma região predominantemente rural. Usando expressões como: “formação econômica fechada”, “marginal da civilização”, “quase medieval”, “onde se fiam os próprios tecidos”, trazem a público uma visão de um pensamento abissal do mundo, da realidade.

Estes fragmentos da Enciclopédia apresentam um olhar pautado pelo crivo desenvolvimentista, antecipando ao leitor e possíveis investidores que esta é uma região com “dificuldades de comunicação” e com “alto custo de transporte”. Tendo a necessidade de esclarecer ao seu leitor sobre as condições pelas quais passava esta região, Jurandyr Pires Ferreira não se furta em usar expressões que demonstram um olhar elitizado sobre uma realidade que difere daquela de seu convívio, uma visão que quer ressaltar o diferente, o exótico, o atrasado, onde o outro não é, não pertence e não pode fazer parte de sua civilização; com isso é retomada a primeira citação, onde existem “dois tipos de civilização”, tornando claro de onde parte o olhar do pesquisador Jurandyr Pires Ferreira.

É nesse cenário “quase medieval”, com sérias “dificuldades de comunicação”, que se localiza o município de Porto Nacional, considerado à época, o município com maior extensão territorial do antigo estado de Goiás; a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros traz a seguinte informação: “Entre os municípios goianos é o possuidor de maior expansão territorial, com 40 300 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 6,46% do estado de Goiás, sendo maior que os estados de Alagoas e Sergipe” (FERREIRA, 1958, p. 375) (Mapa 1 e 2).

Sendo o município com maior extensão territorial, três observações são necessárias para este mapeamento inicial: uma relacionada aos limites políticos da jurisdição deste município; a segunda abordando o tópico da distribuição populacional existente dentro desta fronteira e, por fim, o que existe dentro deste município com “maior expansão territorial”.

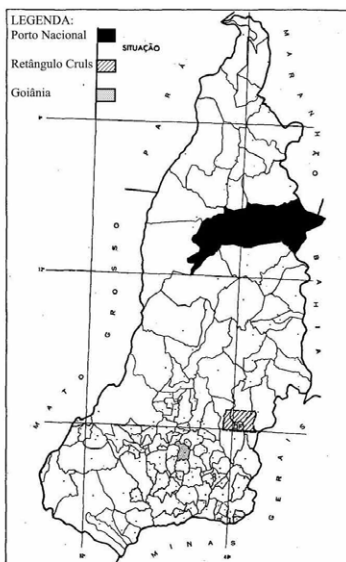
Sobre a localização do município de Porto Nacional, com suas fronteiras políticas, a Enciclopédia traz as seguintes informações:

O município localiza-se na margem direita do Tocantins e situa-se na Zona Norte Goiano entre os municípios de: Pium, Miracema do Norte, Lizarda, Alto Parnaíba (MA), Gilbués (PI) e Corrente (PI) ao norte; Peixe e Natividade ao sul; Ibipetuba (BA) a leste e Cristalândia a oeste (FERREIRA, 1958, p. 375).

Os dados relativos à sua população datam de 1872, quando ocorre o censo; neste recenseamento aparece o seguinte contingente: 1742 homens livres, 1942 mulheres livres e 260 escravos, totalizando uma população de 3944 pessoas (OLIVEIRA, 2010, p. 24). Para o ano de 1910, o Anuario Historico (AZEVEDO, 1910, p. 187) traz a informação que a cidade possuía 1200 habitantes, distribuídos em 327 casas. Este quantitativo não sofreu muita oscilação, pois no ano de 1950, quando ocorreu outro recenseamento, a cidade de Porto Nacional contava com 2889 habitantes. Neste mesmo recenseamento, o município de Porto Nacional possuía 29.529 habitantes (14.904 homens e 14.625 mulheres), com uma densidade demográfica de 0,7 habitantes para cada quilômetro quadrado (FERREIRA, 1958, p. 375).

Ampliando as informações já apresentadas, este contingente populacional localizado no município de Porto Nacional se encontra distribuído geograficamente através de pequenos povoados, os quais também podem ser lidos nesta Enciclopédia: “São os seguintes os Povoados existentes no município de Pôrto Nacional: Landi, Extrema, Ipueiras, Canela, Taquaruçuzinho, Lajeado, Pôrto Real, Malhadinha e Palmeiras” (FERREIRA, 1958, p. 236).

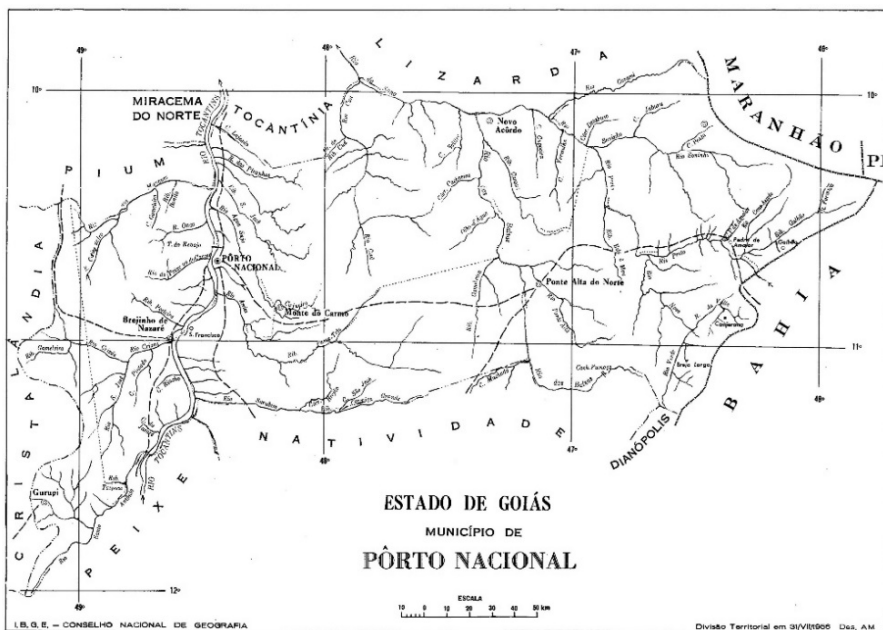
Mapa 1 – Localização do Município de Porto Nacional



Posio do Município em relao ao Estado e sua Capital.

Fonte: Ferreira (1958). Adaptado.

Mapa 2 – Detalhe do Município de Porto Nacional



Fonte: Ferreira (1957).

Ampliando esta abordagem, nos debruçando sobre narrativas já pesquisadas e escritas, percebemos que um povoado específico acabou se tornando uma proeminente cidade para o histórico da região norte de Goiás, cidade esta conhecida por Porto Nacional. Sua origem comumente é narrada segundo o clássico livro de Durval Godinho, que apresenta a seguinte interpretação:

O Povoado do Porto teve como recuada origem um pobre casebre de passador que explorava o transporte de passageiro em demanda para o importante arraial de Pontal edificado no sopé da serra do mesmo nome, distante três léguas, a ocidente de Porto e dos que buscavam as ricas minas de ouro do arraial do Carmo, localizado no anfiteatro da serra de igual denominação, a oito léguas a oriente da margem do Tocantins. O ponto escolhido pelo destemido barqueiro Félix Camoa, de origem portuguesa, ficava entre duas ilhas, à margem direita do rio, num plano elevado, para num caso de ataque dos gentios, ele se refugiar em uma das ilhas, tranquilo e incólume às flechas mortíferas dos selvagens. Não tardou que a idéia de Camoa fosse aproveitada também por outras pessoas que adotaram a lavoura como profissão, dada a fertilidade das terras adjacentes. E assim, na última década do século XVIII e alvorecer do século XIX, diversos barracões foram se aglomerando onde passaram a residir pequenos agricultores, pescadores, fabricantes de barcos para escoamento de ouro para Belém do Pará e transportadores de carga e mercadorias para Carmo, Pontal e para o presídio de “Matança” instalado próximo de Pontal (GODINHO, 1988, p. 10).

Segundo informa a pesquisadora Maria de Fátima Oliveira, “com a decadência dos dois arraiais, Porto Real foi o maior beneficiário: de Bom Jesus do Pontal recebeu população, cujo número não se conhece, e de Monte do Carmo recebeu a sede do julgado que foi transferida em 1810” (OLIVEIRA, 2010, p. 20).

Ao longo do século XIX, o Povoado de Porto Real passa por várias mudanças estruturais, as quais interferem na alteração de seu nome. Assim, em 1831 é elevado à categoria de Vila, com a denominação de Porto Imperial; em 1861 à categoria de cidade. Um ano após a Proclamação da República ocorre a última alteração em seu nome, passando a ser Porto Nacional (BRANDÃO, 1978).

Contudo, como explicar a origem dos Povoados, localizados no interior da região norte do estado de Goiás? Um caminho para a resposta pode ser encontrado nesta mesma enciclopédia, mas em outro volume: “As fazendas eram situadas nos campos e, muitas delas, deram origem a Povoados, que mais tarde, se desenvolveram em cidades” (FERREIRA, 1957, p. 334).

Uma outra explicação encontrada, desta vez partindo de pesquisas históricas relacionadas ao processo de gênese das comunidades quilombolas do norte de Goiás, pode ser lido na pesquisa do historiador Geraldo Silva Filho. Em um estudo sobre o contexto da mineração e da existência de negros no antigo norte do Goiás, este pesquisador traz apontamentos que sustentam a formação dos Povoados.

De acordo com seus estudos, o norte goiano se consolidou no processo de captação do ouro no período colonial da história do Brasil (meados do século XVIII). Entretanto, como o ouro encontrado era, por natureza, aluvial, os povoados foram se localizando de forma bem espalhada no extenso território central do país. Por seu turno, a Coroa estabelece um rigoroso controle fiscal sobre este extrativismo, prejudicando os mineradores e seus cativos para a contínua exploração territorial dos veios auríferos.

O isolamento geográfico da região e o rigoroso processo de controle fiscal fomentam alternativas de subsistência para as famílias existentes nestas terras. Assim, tanto uma agricultura local, como também a criação de animais de corte, foram incentivadas. A isto se soma o processo de ruralização de negros forros, oriundos do processo de empobrecimento causado pela queda na exploração aurífera.

A gradual inserção de escravos em setores de atividades produtivas no Tocantins colonial a partir do processo de decadência da economia mineradora, efetivou, em algum momento do século dezenove, provavelmente a partir do início de sua segunda metade, a fixação definitiva de escravos, forros e afro-descendentes em comunidades rurais isoladas, com base em uma economia de subsistência e de abastecimento de pequena monta e troca de produtos com os vilarejos mais próximos (SILVA FILHO; SANTOS, 2012, p. 91).

Tanto a interpretação dos agrupamentos humanos que surgiram pela fragmentação das fazendas, quanto uma explicação baseada no processo encaminhado pela decadência das minas auríferas da região, dando início ao surgimento de comunidades isoladas, demonstram os caminhos pelos quais se pode compreender melhor a formação destes povoados.

Após a localização espaço-temporal sobre do município e seus povoados, passamos para a segunda parte deste texto, o qual se pretende propor uma análise sobre o discurso produzido e normatizado, tendo por base uma arqueologia do saber; neste sentido, refletir como as palavras se materializam e, por esta materialidade, propor leituras sobre as implicações políticas e jurídicas que estão subordinadas a estes discursos, de modo a produzir um referencial que

auxilie, tanto agora quanto nas análises futuras, sobre o processo de construção identitária.

Nesta perspectiva, há a necessidade de uma análise semântica tendo como apoio buscar uma compreensão não apenas política, mas também identitária, promovida pela mudança do adjetivo povoado para o substantivo cidade.

Para tanto, será cotejado tanto o adjetivo, quanto o substantivo, com os conceitos encontrados em duas bases lexicais, uma vez que é no dicionário que se encontram os primeiros significados das palavras. Assim, aprofundando as leituras, propor que é neste documento denominado de dicionário o locus discursivo onde se carrega o poder da representação da palavra, onde a informação ali apresentada tem por princípio informar, trazer uma formação. Este princípio foi basilar para iniciar essa aproximação lexical.

### **3 APROXIMAÇÃO LEXICAL**

Embora a razão de ser de um dicionário seja elucidar ou dirimir as possíveis dúvidas que acaso ocorram sobre os conceitos, isto não significa que a qualidade dos dicionários que existam no mercado seja igual. Este fato foi decisivo para que as plataformas de consulta para esta etapa da pesquisa passassem pelos seguintes critérios: o uso de dois dicionários para cotejar as possíveis alterações no sentido do texto sobre os dois conceitos; o uso de dois dicionários que apresentassem uma estrutura de poder normativo, representando reconhecer a priori o poder simbólico presente no Selo, na Editora, na Instituição, responsável pelas informações neles apresentadas. Não há inocência nas redações dos verbetes, pois os dicionários representam a visão de mundo de uma sociedade hegemônica, a qual expressa, neste conteúdo, sua forma de ver, ler, pensar e legitimar seu poder sobre a sociedade.

Esclarecimentos feitos, cabe informar sobre quais dicionários foram consultados. As bases consultadas para este levantamento foram o Dicionário Cartográfico, em sua quarta edição, elaborado pelo IBGE, publicado em 1993, e o Dicionário Eletrônico Houaiss, publicado em 2009. No intuito de manter a ordem cronológica da alteração ocorrida, o primeiro verbete a ser discutido será povoado.

Ao ser consultado o verbete povoado no Dicionário Eletrônico Houaiss, é possível ler a seguinte explicação: “lugar que reúne poucas casas habitadas; vilarejo, lugarejo, aldeia, povoação” (HOUAISS, 2009).

Para o Dicionário Cartográfico, Povoado recebe a seguinte explicação: “Localidade que não tem a categoria de circunscrição administrativa, e onde há



aglomeração de residências, com uma igreja ou capela, um mercado ou feira ou pequena organização comercial” (OLIVEIRA, 1993, p. 316).

Estas duas explicações não variam em seu sentido lógico, pois apresentam a mesma estrutura, qual seja a ausência de um poder regulador administrativo; contudo, esta estrutura esconde o real, uma vez que ao impor um significado, revela não reconhecer uma lógica social previamente existente, desconsiderando suas histórias, suas memórias e suas narrativas.

A análise a partir da categoria gramatical adjetivo, que tem por significado uma “palavra que se junta ao substantivo para modificar o seu significado, acrescentando-lhe noções de qualidade, natureza, estado” (HOUAISS, 2009), resulta em uma qualidade do conceito povoado, tornando evidente a ausência de uma lei reguladora, mostrando que a interpretação fica enviesada por um critério normativo novamente imposto sobre uma realidade previamente existente.

Tanto uma interpretação quanto outra extrapolam tanto na semântica quanto no entendimento histórico; toda narrativa conceitual que parte de um discurso hegemônico, expressa uma relação denominada de Norte-Sul, como proposto pelo professor Boaventura de Sousa Santos; ou seja, ao impor uma semântica que cria um princípio normativo, ele acaba regulando toda uma sociedade, impondo a ela regras, mesmo que estas regras sejam pautadas na ausência de um regramento administrativo (SANTOS; MENESES, 2010).

Avançando na análise, ao criar um dispositivo onde sua norma é a ausência, fica evidente que o real está sendo escondido, as reais relações sociais existentes naquele determinado espaço, as relações de poder, relações econômicas, religiosas ali presentes, são colocadas como inexistentes por não se enquadrarem em uma lei que norteia a sociedade.

Por dispositivo seguimos os ensinamentos de Michel Foucault na obra *Microfísica do Poder*:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1989, p. 244).

Como explica o professor Boaventura, todo pensamento abissal ocorre quando se promove uma separação entre o Eu e o Outro, reconhecendo apenas as categorias que fazem parte do Meu mundo, colocando o Outro em um sistema fora do (meu) lugar.

Segundo o Dicionário Cartográfico, cidade é o “local com habitações, comércio, escolas, igrejas, clubes etc. e logradouros públicos; sede de município; localidade com o mesmo nome do município a que pertence e onde está sediada a respectiva Prefeitura” (OLIVEIRA, 1993, p. 95). Para o Dicionário Eletrônico Houaiss, a cidade é uma:

Aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo; urbe (HOUAISS, 2009).

Tanto uma explicação como a outra trabalham com dois dispositivos: índice populacional e convivialidade. Estes dois dispositivos são claros em sua proposta de poder, uma vez que expressam uma necessidade de atendimento; quanto maior o índice populacional, mais opções de convivialidade. Quanto mais espaços públicos, mais trocas sociais e culturais.

Estes mesmos recursos de convívio estão ausentes no verbete povoado, como já apresentado. Tais critérios que são característicos das cidades, como “escolas, igrejas, clubes” ou mesmo “logradouros públicos”, trabalham com um padrão imposto historicamente como necessário à civilidade e à cultura. Novamente, o discurso do pensamento abissal se faz presente, pois com ele é criado um padrão de sociedade. Toda e qualquer realidade que seja diferente da apresentada por estes verbetes, não se enquadram como cidade. Há o padrão “deste lado da linha” que não reconhece o “outro lado da linha”. Esta observação é necessária, pois implica menos na percepção do que tem, mas como o espaço é vivenciado por ele mesmo, em sua plenitude.

Estas duas explicações partem do mesmo princípio, onde há a existência de uma tradição que estabelece regras próprias à vida em sociedade, tradições estas pautadas na vida coletiva da urbes, na vivência dos espaços que se materializam em percepções culturais sobre o espaço.

Cidade pertence ao conjunto gramatical substantivo, que significa “classe de palavras com que se denominam os seres, animados ou inanimados, concretos ou abstratos, os estados, as qualidades, as ações” (HOUAISS, 2009).

Partindo do entendimento gramatical, o léxico cidade traz uma qualidade ao conceito cidade, uma vez que este é regulado por uma memória, por uma história e por suas narrativas, que dão legitimidade identitária à sociedade cidadina, pois são comuns a ela. Este princípio, ao contrário do povoado, reconhece uma

memória e suas tradições e as legitima como válidas, tornando-as visíveis à regra, à norma, às leis.

Claro está que há um poder por trás do discurso e sua base está localizada nas leis que garantem, regulam e legitimam a existência do léxico, seja ele povoado ou cidade. Este poder causa um impacto societal, uma vez que deixa claro que, a partir da mudança de nome, esta localidade passa a ter um passado, uma memória, uma história.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se nesta análise, por um lado, querer esconder ou não reconhecer, e, por outro, tornar visível e legitimar sua existência. Tanto um, quanto o outro, partem de um princípio normativo que demonstra o poder implícito das palavras. Todo discurso parte do princípio de re-conhecer, conhecer novamente, com outros olhares, outras palavras, re-ver o feito, o já feito, o passado, buscar no tempo findo as bases para o tempo que se vive, buscar outras histórias, outras explicações, mostrar, esconder, re-novar, inovar o discurso, re-viver com outros olhares.

O que torna povoado o Povoado? O que torna cidade, Cidade? Em outras palavras, é possível pensar relações de força no e sobre o povoado, bem como na e sobre a cidade? Há uma necessidade imediata da qual partir: reconhecer o espaço. A partir deste reconhecimento, será possível pensar nas relações de força.

Povoado existe por estar em relação ao seu próximo equivalente, qual seja, a cidade. Assim, só é possível dizer que existe um povoado na medida que se sabe e reconhece como é uma cidade.

Estas análises mostram uma dupla diferença: por um lado só existe povoado porque ele difere da cidade, assim, ele existe em relação, num processo relacional, que pode haver ou não dependência política, econômica, jurídica; por outro lado, nomeia-se povoado toda forma ou expressão cultural que destoe da produzida pela cidade (a sociologia trabalha com os binômios de cultura da cidade e cultura do campo); na medida que ocorre esta diferenciação, promove uma fissura, um hiato, ou a manutenção das linhas in-visíveis que separam a sociedade, o humano, o pensamento abissal.

Voltando à relação de força, ela faz parte desta tensão própria entre “este lado da linha” e o “outro lado da linha”, de modo que se construa padrões sociais diferenciados para o morador do povoado e para o morador da cidade. É justamente na manutenção destes padrões sociais que está presente esta força norteadora, ou aglutinadora e, por que não dizer, normatizadora, dos usos e costumes,

das tradições, dos saberes e fazeres locais, consolidando o que Pierre Bourdieu denomina como campo.

[...] um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detem e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Ao mesmo tempo em que se assegura este campo e com ele todas as suas trocas simbólicas, ocorre uma tensão cada vez maior entre “este lado da linha” e o “outro lado da linha” no que diz respeito ao uso das palavras para nomear as coisas.

Encerrando, foram elaborados e discutidos dois pontos principais a partir dos léxicos cidade e povoado: por um lado, o pensamento abissal como determinante para conhecer e negar, ver e não ver, em outras palavras, não reconhecer o outro no processo relacional da sociedade; por outro lado, como este negar, fruto do pensamento abissal, foi necessário para construir o campo simbólico existente na tensão entre povoado e cidade, espaços políticos onde são forjados, criados e negociados os novos espaços de poder ou novas relações de força presentes na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, N. A. D. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 1996.

AZEVEDO, F. F. D. S. **Anuario historico, geographico e descriptivo do Estado de Goyas, para 1910**. Uberaba; Araguay; Goyaz: [s.n.], 1910.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, A. J. C. **Almanach da Província de Goiás para o ano de 1886**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1978.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. (Coleção Didática, v. 1).

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. II, 1957.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico, v. XXXVI, 1958.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GODINHO, D. C. **História de Porto Nacional**. Porto Nacional: [s.n.], 1988.

GOOGLE LLC. **Programa Google Earth Pro**: versão 7.3.2.5776 (64 bit). Mountain View, Califórnia, EUA: Google, 2019.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0**. Rio de Janeiro : Instituto Antonio Houaiss, Ojetiva, 2009.

OLIVEIRA, C. D. **Dicionário cartográfico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.

OLIVEIRA, M. D. F. **Entre o sertão e o litoral**: cultura cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010. (Coleção Olhares, n. 8).

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010. (Coleção CES - Conhecimento e Instituições).

SILVA FILHO, G.; SANTOS, R. S. **Ensaio de geografia e história do Tocantins**: para uma interpretação crítica. Palmas: Nagô, 2012.

## DAS MEMÓRIAS AO MEMORIAL:

### Porto Nacional e a santidade de Padre Luso

César Evangelista Fernandes Bressanin<sup>12</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade de Porto Nacional, ao longo do século XX, foi cenário de uma intensa efervescência da religiosidade católica produzida pela presença dos frades franceses da Ordem Dominicana, pela fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, da Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, em 1904, pela elevação da cidade à Sé Diocesana em 1915, pela atuação dos bispos franceses e dominicanos, Dom Domingos Carrerot (1921-1933) e Dom Alano Maria Du Noday (1936-1985) e pela abertura do Seminário Diocesano São José em 1922.

Concomitante à trajetória do Seminário São José surgiu, neste cenário religioso, um jovem maranhense que desejava ser padre católico e procurou o bispo de Porto Nacional, Dom Alano Maria Du Noday para solicitar o ingresso nos estudos seminarísticos e a admissão ao clero diocesano. Esse jovem era uma figura franzina, de saúde fragilizada, mas que demonstrava imenso interesse pelas coisas de Deus e da Igreja. Seu nome era Luso de Barros Matos.

Este texto, recorte de pesquisas em desenvolvimento, apresenta a trajetória de Padre Luso de Barros Matos, personagem do clero diocesano de Porto Nacional, afamado de santo. O objetivo é analisar as memórias existentes em torno de sua vida sacerdotal, entre os anos de 1945 e 1987, as memórias que povoam o imaginário católico local e regional post mortem deste sacerdote e a organização de um memorial em sua homenagem, 33 anos após seu falecimento.

Com um corpus bibliográfico e documental pautado nas pesquisas sobre História das Religiões (MATA, 2010; NUNES, 2011) a partir dos pressupostos da História Cultural (CHARTIER, 1990; PESAVENTO, 2008) e um corpus oral utilizando-se das entrevistas produzidas a partir da metodologia da História Oral, como fontes para este trabalho, o texto insere-se no rol das investigações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) da

<sup>12</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO, Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Membro do Diretório (CNPq/PROPE) Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais. Técnico em Assuntos Educacionais na UFT. Membro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades da UFT. Mestre em História (PUC-GO). Mestre em Educação (UNINORTE). Graduado em História (UFT). Graduado em Pedagogia (UNIFACVEST). Estudante de Filosofia (UNINTER). E-mail: kaeserevangelista@gmail.com.

Universidade Federal do Tocantins, na linha de pesquisa Memória, Linguagens e Representações que objetiva o trabalho com as expressões das práticas culturais e patrimoniais.

## **2 A TRAJETÓRIA DE PADRE LUSO DE BARROS MATOS**

Luso de Barros Matos era natural de Santo Antônio de Balsas, estado do Maranhão. Chegou neste mundo no dia 16 de dezembro de 1906 como filho da família católica de Presilino Matos e de Petronília de Barros Matos. Entre as vivências familiares cotidianas, quase todas vinculadas fortemente ao catolicismo, cresceu Luso.

Sempre atento às práticas católicas de sua família, muito cedo foi entregue a Santo Antônio, o padroeiro de sua cidade natal, como filho, pois seu pai terreno havia falecido. Era companheiro inseparável de sua mãe nas rezas e devoções e demonstrava imensa alegria e plena satisfação em realizar estes ofícios. Neste clima de um catolicismo fervoroso, Luso teve despertado em si a vocação para a vida sacerdotal, ainda na infância e cresceu com o desejo de ser padre (COSTA, 1997; GOMES, 2015).

Ao concluir o primário foi estudar no Seminário de São Luiz do Maranhão. Como ficou doente regressou para a cidade natal para se tratar. Tendo melhorado voltou para o seminário, mas adoeceu novamente e ficou impossibilitado de continuar longe dos cuidados maternos. Ao recuperar-se de seu frágil estado de saúde foi para Fortaleza-CE e ingressou no seminário da capital cearense, mas o destino de Luso parecia não ser a vida sacerdotal. A doença o perseguia. De Fortaleza regressou para o lar materno em Balsas e, depois de algum tempo de tratamento, pediu ingresso no seminário de Teresina, onde estudou por seis meses (GOMES, 2015).

Foi acometido por um reumatismo articular e não podia pedir ingresso em nenhum seminário em virtude da doença. Ficou em casa. Estudou em Balsas. Só tirava a batina preta para dormir, pois queria ser padre. Tinha consigo o terço e rezava insistentemente. Vivía um grande amor para com todos e um espírito devoto e piedoso que não se via nos jovens de sua idade (COSTA, 1997).

Viveu a juventude no interior do Maranhão com sua família, sem perder o sonho de ser padre. Soube da chegada de Dom Alano a Porto Nacional. Teve notícias de que este bispo era um bom homem. Não hesitou em escrever uma carta contando sua vida e pedindo ingresso no Seminário Diocesano. O bispo francês, instalado no sertão do antigo norte de Goiás, respondeu via telegrama. Pediu que Luso fosse para Porto Nacional que as portas do Seminário diocesano São José

estavam abertas para ele. O telegrama trouxe esperança que transformou a vida do jovem Luso.

Inicia-se um grande percurso na vida de Luso. Fez os estudos seminariísticos em Porto Nacional, pois não tinha condições de saúde para viajar para grandes centros. Dom Alano e outros padres foram os professores de Filosofia e de Teologia. Em virtude da doença obteve licença do Vaticano para se ordenar padre, por intermédio de Dom Alano. No dia 23 de setembro de 1945 foi ordenado padre na Catedral de Nossa Senhora das Mercês pelas mãos de Dom Alano. O jovem do interior do Maranhão que se fez padre em Porto Nacional e dedicou-se aos pobres e ao povo de Deus por mais de quarenta anos, vivendo no Seminário São José, celebrando as missas cotidianas na Igreja Catedral e acolhendo a todos que buscavam algum conselho, alguma ajuda ou orientação (COSTA, 1997; GOMES, 2015).

Durante seu tempo de sacerdote, Padre Luso dedicou-se ao trabalho pastoral em Porto Nacional. Viajava para outras paróquias da diocese somente para substituir algum padre ou atender durante a semana santa ou festejos de padroeiro. Interruptamente, dedicou-se durante quarenta e dois anos ao atendimento espiritual dos seminaristas do Seminário São José, às Irmãs Dominicanas do Colégio Sagrado Coração de Jesus e aos fiéis de Porto Nacional, nas mais distintas situações fossem espirituais ou materiais (PEDREIRA, 2020; SARDINHA, 2020).

Conforme as narrativas hagiográficas sobre Padre Luso, produzidas por Costa (1997) e Matos (2015), e as entrevistas realizadas pelo autor com o Monsenhor Jacinto Carlos Sardinha e Monsenhor Jones Pedreira, no ano de 2020, enumeram-se algumas características de Padre Luso. Tais características são qualidades atribuídas ao sacerdote que o descrevem como uma pessoa envolta em santidade.

“A santidade, talvez mais do que qualquer outra coisa da vida social, está no olhar do observador” (GILSAN apud BURKE, 1987, p. 49). Assim, tais narrativas, observadoras da vivência de Padre Luso, bem como muitas outras expressas em depoimentos, testemunhos e entre os populares católicos de Porto Nacional e de outros lugares, o caracterizam como santo.

Nas tradições do catolicismo, “os santos são sempre aqueles que, a partir de sua experiência de Deus, têm respondido aos desafios dos tempos e culturas” (BINGEMER; QUEIRUGA; SOBRINO, 2013, p. 12, tradução do autor<sup>13</sup>). Na visão de Le Goff (2014) o cristianismo possibilitou a existência da pessoa do santo, que é

<sup>13</sup> “come per ogni cosa, la concezione stessa di quel che è la santità evolvendosi nel corso dei tempi. Nel contesto de tale evoluzione s’impone un filo conduttore, una línea di fondo: i santi sono sempre stati coloro che, a partire dalla loro esperienza di Dio, hanno risposto al les fidei dei tempi e dele culture” (BINGEMER; QUEIRUGA; SOBRINO, 2013, p. 12).



alguém que está em outra dimensão, uma dimensão espiritual, mas mantém os pés no plano terreno, ou seja, são aqueles e aquelas – pois muitas são as mulheres que foram elevadas aos altares do catolicismo como santas - que estão distantes, mas próximos e podem ser chamados como procuradores ou seguidos como modelos da vida cristã-católica.

A primeira característica de Padre Luso, destacada por suas biógrafas e depoentes, é de ser um homem de oração. Parece que a sua vida foi uma intensa aliança e uma profunda comunhão com Deus repleta de um espírito de humildade e com o olhar constante para o céu. Passava seus dias cantarolando um refrão que dizia “estou pensando em Deus” o que refletia sua intimidade e comunhão com o transcendente, o espiritual.

De fato, na vida dos santos, a oração é fiel. Padre Luso transbordava a experiência de oração no cotidiano. Sua oração, além de intensa, era em favor de muitos, sempre estava rezando pelos outros. Suas cadernetas de anotações fazem inúmeras referências de pedidos de oração para pessoas de diversos lugares. A celebração da Santa Missa era o auge de sua vida de oração, o que fazia com enorme dedicação. Em algumas anotações de Padre Luso destaca-se seu fervor pela Santa Missa e as graças que alcançava ao celebrá-la. Entende-se que muitas destas graças referem-se à sua pessoa, sua vida e intenções, no entanto, pode-se aplicar que tais graças seriam para aqueles e aquelas a quem intercedia firmemente.

Ó Maria minha querida mãe estamos abrindo hoje esta caderneta que oferecida por nossa Irmã Terezinha do Menino Jesus Milhomem, sim, hoje 9 de janeiro de 1972, domingo, pontificado de Paulo VI, e **é bom registrar também aqui a imensa graça que recebemos hoje enquanto celebramos a Santa Missa das 7 horas da manhã em nossa Catedral de Nossa Senhora das Mercês**, justamente ao pronunciar as palavras: Por Cristo, Com Cristo, em Cristo a vós ó Pai todo poderoso toda honra e toda glória agora e para sempre e por todos os séculos dos séculos. **Sendo que estas palavras são para nós um verdadeiro programa de vida e missão imutável e permanentemente em toda e qualquer situação. Isso representa uma estabilidade, ou um estado permanente, sem mais hesitações ou vacilações**, mas amor e confiança tudo isso envolto numa aliança, num compromisso mútuo entre nós e Deus.

Em Maria.

Salve pois o 9 de janeiro de 1972.

In Sinu Matris (CADERNETA DE ANOTAÇÕES PADRE LUSO, 1972, grifos nossos).

Um destaque à qualidade de homem orante era seu devocionário à Nossa Senhora. Tinha uma relação próxima com a Mãe de Jesus e disseminava esta devoção entre todos. Seu lema era *In Sinu Matris*, ou seja, “Em sua Mãe”. Era um sacerdote mariano. A devoção à Nossa Senhora é característica presente na vida dos santos católicos, como expressa Andrade (2012) e Pereira (2018).

A segunda característica que destacamos de Padre Luso, a partir das hagiografias e testemunhos, é o de homem caridoso. Alguns o apelidaram de “baú dos pobres”. O coração e as mãos de Padre Luso sempre estavam abertos. Não fazia acepção de pessoas, acolhia a todos, do mais rico ao mais pobre, no entanto, atraía os pobres para si. Manifestou extrema preocupação com os pobres, que se consolidou em duas obras que deixou para a comunidade portuense: a Igreja de São Judas Tadeu e a Escola Dom Bosco, ambas numa região, à época, muito carente da cidade, o bairro conhecido popularmente por “Buracão” (COSTA, 1997; PEDREIRA, 2020).

A Igreja de São Judas Tadeu era para acolher aqueles e aquelas que não frequentavam a Igreja Matriz, a Catedral de Nossa Senhora das Mercês, pois sentiam-se constrangidos pela situação econômica que viviam – sem boas roupas e calçados. Nesta capela, rezava a missa aos domingos à noite junto a seus pobres. A Escola Dom Bosco, da mesma forma, foi erguida para atender as crianças carentes que ficavam fora da escola. Antes de conseguir subsídios do estado e do município, manteve a escola funcionando com doações e recursos que angariava (COSTA, 1997; GOMES, 2015).

A terceira característica que pontuamos sobre Padre Luso era de ser uma pessoa alegre, sorridente. Le Goff (2001) lembra que as imagens dos santos na hagiografia católica não são retratadas ou recordadas com semblante alegre. Padre Luso expressava alegria, mesmo diante da dor e das contrariedades da vida. Tudo era graça para ele. Sua alegria era carregada de bom humor, era brincalhão. “Ele contava as histórias dele sempre dando um acréscimo como devia! Uma vez me disse brincando, Padre Jacinto, sei que vou ganhar o purgatório maior porque eu aumento as minhas histórias para fazer as pessoas rir [...]” (SARDINHA, 2020).

Padre Luso tornou a vida mais leve, os sofrimentos mais amenos, a cruz menos pesada. “Maravilha! Maravilha! Meu filho, minha filha!”, nessa expressão corriqueira de Padre Luso revela-se o espírito da alegria do Evangelho (FRANCISCO, 2013).

Estas três características de Padre Luso o levaram a ser reconhecido como santo pelos que com ele conviveram e, de forma mais intensa, após a sua morte. Uma de suas biógrafas registrou um trabalho com o título “testemunho de uma vida santa” expressando a trajetória de sua vida.

O testemunho da vida santa de Padre Luso marcou gerações no território da Diocese de Porto Nacional, de todo o Tocantins e em muitos outros lugares do Brasil. Isso se comprova com a número grande de cartas, testemunhos e depoimentos recebidos pelo Apostolado Padre Luso e pelo espaço memorial erigido em sua homenagem, que será abordado no próximo tópico. De maneira especial, em Porto Nacional, muitas famílias se formaram à luz de seus ensinamentos e muitas pessoas recorreram a ele em momentos de angústia, de dor, de conquistas e alegrias. Sua fama de bondade, de um homem de Deus e de um ser que transbordava a luz divina o fez ser reconhecido por todos, ainda em vida, como um santo.

No entanto, Padre Luso não aceitava ser chamado ou reconhecido como santo. Monsenhor Jacinto, em seu depoimento gravado, relatou que ele tecia crítica a si próprio, dizendo “[...] ah, o povo diz que eu sou santo, eu não sou santo [...] Não tem nada de santidade não [...] é o modo do santo se considerar, comum igual aos outros” (SARDINHA, 2020).

De fato, constata-se que Padre Luso foi um sacerdote de testemunho exemplar durante o tempo que exerceu seu presbitério, sempre devotado à Diocese de Porto Nacional e ao seu bispo, Dom Alano Maria Du Noday (1936-1987), que foi para ele pai, amigo, professor, mestre, companheiro e confidente, conforme Pedreira (2020).

O testemunho de santidade de Padre Luso estava expresso no cotidiano. Ele não foi o ‘santo’ das ações extraordinárias. Apesar de atribuírem a ele milagres, curas e preces atendidas ainda em vida, agia com muita discrição e serenidade (PEDREIRA, 2020; SARDINHA, 2020)

Apesar do imaginário popular estar repleto de especulações sobre os dons de santidade de Padre Luso, como a bi locação e a levitação, estes sinais de extrema espiritualização parecem não ter um significado tão peculiar como o “testemunho de uma vida santa” vivida por ele. “O extraordinário [do Padre Luso] era ele mesmo. Era a pessoa dele, a palavra dele, as ações dele [...] O imaginário é muito forte sobre ele. Ele é tão sobrenatural, tão especial que consegue fazer isso” (PEDREIRA, 2020).

Padre Luso de Barros Matos faleceu no dia 03 de agosto de 1987, com 81 anos de idade, em virtude de uma pneumonia dupla ao lado de seu bispo à época, D. Celso Pereira de Almeida, seus irmãos sacerdotes e por pessoas queridas (COSTA, 1997; GOMES, 2015). Seu velório foi uma verdadeira apoteose. Pessoas de todos os lugares acorreram para dar o último adeus aquele que foi o “santo do sertão”.

Houve consternação geral na cidade, na diocese e em toda a região. O “santo de Porto Nacional” havia partido deste mundo. Após um período de grande

sofrimento e dor, na serenidade daqueles que vivem uma profunda vida espiritual. Telegramas, cartas e documentos oficiais registraram o dia da morte de Padre Luso e o luto vivenciado pelos fiéis e cidadãos de vários lugares.

De acordo com Quadros (2011, p. 653-654), “se sabe como a morte é importante nos processos de santidade, constituindo este momento uma chave para confirmar que aquela pessoa seria realmente um veículo privilegiado do divino”. Foi isso que aconteceu com Padre Luso. Após seu sepultamento que aconteceu na Igreja São Judas Tadeu, construída por ele, a procura pelo seu corpo continuou. Muitas pessoas da cidade e de muitos lugares buscavam o túmulo do padre santo levando flores, acendendo velas, passando horas em reflexão ou oração (COSTA, 1997; GOMES, 2015). Este fenômeno é registrado ainda hoje. O número de visitas ao túmulo de padre Luso pedindo sua intercessão ainda é grande. É comum encontrar sobre a lápide de seu túmulo cartas, recados, pedidos, dinheiro, fotos, xerox de documentos etc. Elementos que revelam a relação dos fiéis com o espírito de santidade expresso em vida pelo sacerdote.

As palavras, os gestos, as histórias e o corpo de padre Luso passaram a ser vistos como que revestidos de uma aura divina. Seu quarto no Seminário São José foi conservado até o presente. Tudo o que se refere ao sacerdote, tornou-se um símbolo e “foram transubstanciados em via comunicativa com o sagrado” (QUADROS, 2011, p. 659).

### **3 DAS MEMÓRIAS SOBRE PADRE LUSO AO MEMORIAL PARA PADRE LUSO**

Em torno da devoção a um santo existe uma iconografia. Com Padre Luso não foi diferente. Após sua morte espalharam-se santinhos e quadros com a foto de padre Luso por toda a cidade de Porto Nacional,

“[...] é digno de registro como nesta cidade é rara uma casa que não tenha um quadro do santo Padre Luso, bem como este gesto é repetido em Porto Nacional e em tantos lugares diferentes. “Padre Luso recebeu graças especiais de Deus e soube corresponder. É um Santo. É um homem extraordinário” (GOMES, 2015, p. 56).

A memória sobre Padre Luso perdurou na sociedade católica portuense, da diocese de Porto Nacional e em muitos outros lugares. Como afirmou Walter Benjamim (1994, p. 239), “a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência [...]”, no caso, a vivência

de padre Luso, que pela sua morte, passou a ser disseminada e tornou-se devocional para muitos católicos.

A devoção popular a padre Luso tem dimensões que revelam o papel ativo e significativo do santo na vida de seus admiradores e devotos. Para muitos, Padre Luso é o elo entre o sagrado e o humano, o representante do humano diante de Deus (OLIVEIRA, 2008).

Como um santo, o povo enxerga nele questões de proteção de intercessão e reconhece em Padre Luso a representação das expressões da mensagem evangélica, atitudes caridosas para com os pobres, aceitação do sofrimento como via de purificação, recusa à violência, pregação de uma mensagem ética e libertadora, doação pessoal aos mais necessitados (OLIVEIRA, 2008).

As memórias em torno de Padre Luso e suas características de santidade são movimentos, constructos inacabados que estão em constante diálogo com a realidade passada e presente, que torna o morto, vivo e sujeitas a esquecimentos, recordações, multifacetadas onde se reordena, reorganiza, classifica e reflete lembranças, emoções e mensagens (NORA, 1993).

Um tímido movimento por parte da Cúria Diocesana e alguns membros do clero de Porto Nacional já propuseram, num passado recente, a possibilidade de abertura de processo de canônico para o reconhecimento legal da santidade de Padre Luso pela Igreja Católica. No entanto, este movimento não se organizou de maneira a pleitear a formação de uma comissão e a seguir os trâmites oficiais propostos pelo Código de Direito Canônico e pela Congregação para as Causas dos Santos do Vaticano.

O processo de beatificação/canonização, de “fabricação de um santo”, pela Igreja Católica é longo, dispendioso (QUADROS, 2009) e burocrático, apesar de que, no papado de João Paulo II, a legislação sobre tais processos foi simplificada. Ele requer a “recolha das provas para alcançar a certeza moral acerca das virtudes heroicas ou acerca do martírio do Servo de Deus do qual se pede a beatificação ou a canonização” (CONGREGAÇÃO PARA A CAUSA DOS SANTOS, 2020, p. 4). Necessita de peritos da área da história, da arquivística, da teologia e da medicina, além de delegados locais que preparam o processo e o submetem à Congregação para as Causas dos Santos que procederá, conforme rito próprio, o reconhecimento canônico da santidade ou não do Servo de Deus, que já é santo entre o povo.

No atual episcopado de Dom Romualdo Matias Kujawski na Diocese de Porto Nacional, desde 2009, manifestou-se a intenção do bispo em iniciar os trâmites legais para o reconhecimento canônico e oficial de Padre Luso. O dia 03 de agosto, data do falecimento de Padre Luso, sempre é lembrado com a celebração da Santa Missa pela sua memória. Desde sempre houve uma concorrência para

esta liturgia que acontece na Igreja de São Judas Tadeu, junto ao seu túmulo. No dia 03 de agosto de 2020, na celebração dos 33 anos da páscoa de Padre Luso, Dom Romualdo Matias Kujawski manifestou o desejo de encaminhar a abertura do processo de beatificação do santo sertanejo de Porto Nacional.

Neste movimento de memórias sobre Padre Luso que fiéis, seus admiradores e devotos, criaram o Apostolado Padre Luso, em 24 de julho de 2020. Este grupo, com uma página no Instagram @a.pe.luso, realiza diariamente, ao vivo, momentos de oração, de partilhas de vidas e de testemunhos referentes à intercessão de padre Luso. A página publica as memórias, fotos, documentos, pensamentos e histórias sobre o santo de Porto Nacional e tem um alcance de mais de mil seguidores que curtem as publicações e tecem comentários sobre Padre Luso. O grupo participa, todo dia 03 de cada mês, na Igreja Catedral de Nossa Senhora das Mercês, de uma missa votiva pela memória de Padre Luso e reza a oração compilada pela senhora Zulmira Gonzaga Cardoso e autorizada pelo bispo diocesano.

A partir da criação do Apostolado Padre Luso e da manifestação do desejo do bispo em encaminhar o processo de canonização surgiram iniciativas por parte de leigos(as), sacerdotes e seminaristas para contribuir com a efetivação dos trâmites legais de reconhecimento da fama e das virtudes de santidade de Padre Luso. Uma dessas ações foi a criação do Memorial Padre Luso.

Partindo dos pressupostos colocados por Pierre Nora (1993), os memoriais são “lugares de memórias”. Espaços construídos para que algo importante não seja esquecido, a imortalização do acontecido, a corporificação do imaterial. O memorial é “uma proposta de lidar com a memória sem necessariamente vinculá-la a um acervo, seja objetual, artístico, documental, imagético. O memorial pode, ao longo de sua trajetória, formar um acervo, na medida em que o trabalho avança” (AXT, 2012, p. 66).

Desta forma, no dia 17 de maio de 2021, foi inaugurado o Memorial Padre Luso nas dependências do Seminário São José por Dom Romualdo Matias Kujawski. Logo na porta de entrada, à esquerda, uma sala foi preparada e acondicionou objetos pessoais, sacros, roupas, alfaias, cartas, escritos, imagens de devoção, documentos e uma série de artefatos pertencentes à Padre Luso, que estão catalogados e registrados cuidadosamente e estão disponíveis para a visita pública, desde então.

Sabe-se que “a memória é muito mais vulnerável a manipulações por forças e sentimentos inflados por compromissos com causas e grupos sociais; é mais suscetível a lacunas, ou a repentinas revitalizações” (AXT, 2012, p. 79), mas sua conservação num memorial possibilitará que dela brote a História, racionalizando

e fixando o compromisso da verossimilhança, dentro de um processo de investigação conforme os pressupostos da pesquisa histórica.

A efetivação do Memorial Padre Luso o torna símbolo de coisas inefáveis, denuncia o esquecimento, o apagamento ou o reescrever dos acontecimentos (ROSSI, 2010) e possibilita a concretização de uma memória coletiva, pois existe um grupo de pessoas que continua a recordar experiências e reforçam as memórias individuais (HALBAWACHS, 2003) sobre Padre Luso.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história de Porto Nacional, desde seus primórdios, esteve conectada às ações do catolicismo. Desde o pequeno arraial edificado ao redor de uma simples capela às manifestações de uma religiosidade popular, sustentada pela atuação de leigos e leigas em seus devocionais e benditos, o povoado cresceu, desenvolveu-se e se projetou no cenário regional e nacional como um lugar em que o catolicismo foi de vanguarda.

A presença e atuação da Ordem Dominicana, entre os anos de 1886 e 1944, com o funcionamento do Convento Santa Rosa de Lima e a fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus em 1904 pelas Irmãs Dominicanas de Monteils, em funcionamento até os dias de hoje, alavancaram a cidade um caráter religioso cultural significativo durante o século XX. A majestosa Catedral de Nossa Senhora das Mercês, edificada pelos frades dominicanos, tornou-se referência religiosa, cartão postal e patrimônio histórico-cultural. As festas religiosas do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora das Mercês e dos Santos Reis, bem como as celebrações das principais festividades católicas, como a Semana Santa e Corpus Christi, com a realização de procissões e cerimônias marcam o calendário religioso da cidade. A elevação da cidade à categoria de Diocese em 1915, o governo episcopal de Dom Domingos Carrerot e de Dom Alano Maria Du Noday, pioneiros nos sertões do antigo norte de Goiás, e de seus sucessores projetaram Porto Nacional como a cidade mãe da Igreja Católica para o estado do Tocantins.

Neste cenário, a presença de Padre Luso e sua fama de santidade corroborou para que a formação sociocultural da cidade fosse embasada pelo catolicismo. No entanto, os estudos e pesquisas referentes ao fenômeno da santidade de Padre Luso ainda são ínfimos. Registram-se as duas biografias hagiográficas de Costa (1997) e Gomes (2015) e uma publicação de Bressanin (2020) na coletânea *Religiosidades no Tocantins*, volume I.

A fama de santidade e o devocionismo ao Padre Luso, não somente em Porto Nacional<sup>14</sup>, povoam o imaginário e a memória coletiva. Apesar de constituir-se em patrimônio da fé e da religiosidade portuense, o fenômeno ainda é pouco explorado pelas pesquisas acadêmicas.

O objetivo do texto, a partir dos pressupostos da História das Religiões, ancorado teórica e metodologicamente nas conjecturas da História Cultural, foi de historiar a trajetória de Padre Luso de Barros Matos e suas memórias, construídas por observadores, como um santo popular. Reconhecido por seus seguidores e devotos como alguém que passou a vida fazendo o bem e que, após sua morte, ganhou posto de mediador que alcança benfeitorias a quem lhe suplica a construção de um Memorial em sua homenagem, projeta expectativas de seu reconhecimento oficial como “santo” da Igreja Católica, inserido no cânone romano. Para isso, parece que o caminho a percorrer ainda é muito longo, como revelam os documentos oficiais da Congregação para as causas dos Santos (2020). No entanto, nota-se grande otimismo por parte dos que estão inseridos neste processo.

Que este texto lance luzes e possibilidades de outras análises e investigações sobre a vida de Padre Luso, os seus feitos extraordinários, sua mística, seus escritos, seu legado e sua fama de santidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Solange Ramos de. Devoções e santuários Marianos na História do Paraná. **Revista Angelus Novus**, n. 3, p. 239-260, maio 2012.

AXT, Gunter. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. **Métis: história & cultura** – AXT, Gunter – v. 12, n. 24, jul./dez. 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BINGEMER, Maria Clara L.; QUEIRUGA, André T.; SOBRINO, Jon. Editoriale. Santi e santitàoggi. Per rivisitareconcetti, stereotipi e modelli. Concilium – **Revista Internazionale di Teologia**, n. 3, anno 49, Ed. Queriniana, Luglio 2013. Disponível em: <http://www.queriniana.it/PDF/CNC034100.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

<sup>14</sup> Em junho de 2019, visitando a Catedral de Brasília, com minha família, uma senhora me abordou perguntando meu domicílio. Ao responder que residia em Porto Nacional, ela tirou da bolsa uma foto de Padre Luso perguntando-me se o conhecia, relatando que rezava todos os dias para ele e que havia alcançado “graças” por seu intermédio. O acontecimento me chamou a atenção e vislumbrei possibilidades de investigação de um fenômeno religioso que não é só local.



BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. Padre Luso, o santo de Porto Nacional. In: BRESSANIN, C.E.F.; ZITZKE, V. (orgs.). **Religiosidades no Tocantins**. Curitiba: CRV, 2020. v. 1.

BURKE, Peter. How To Be a Counter Reformation Saint in “Historical Anthropology of Early Modern Italy”. **Cambridge Press**. 1987.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CONGREGAÇÃO PARA A CAUSA DOS SANTOS. Documentos Diversos. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/csaints/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/csaints/index_po.htm). Acesso em: 30 ago. 2020.

COSTA, Márcia. **Padre Luso**: testemunho de uma vida santa. Palmas: Cartográfica Editora do Tocantins, 1997.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium***: a alegria do Evangelho. São Paulo: Paulinas, 2013.

GOMES, Edizia. **A vida de Padre Luso**. Palmas: Nagô, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, J. **Em busca do tempo sagrado**: Tiago de Varazze e a lenda dourada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MATA, Sérgio da. **História & Religiões**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Elton de Oliveira. Teoria e metodologia em História das Religiões no Brasil: o estado da arte. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 55, p. 43-58, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Simone G. **Três santas do povo**: um estudo antropológico sobre santificações populares em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

PEREIRA, Mabel Salgado. Devoção mariana: espaço sagrado e memória coletiva. **RHEMA**, v. 16, n. 51, p. 96-117, jan./jul. 2018.

PESVENTO, Sandra Jatayh. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. Uma análise do processo de canonização de Padre Pelágio. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Fortaleza, 2009. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006\\_6ac2b4fac930082f54da47c031f7f04d.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_6ac2b4fac930082f54da47c031f7f04d.pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

QUADROS, Eduardo Gusmão. Os poderes do morto: sentidos do corpo de Padre Pelágio. **MNEME – Revista de Humanidades**, v. 11, n. 29, jan./jul. 2011.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

MATOS, Luso de Barros. CADERNETA DE ANOTAÇÃO. 1972. 180p.

## **FONTES ORAIS**

PEDREIRA, Jones Ronaldo do Espírito Santo [67 anos]. [outubro de 2020]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Porto nacional, 28 out. 2020.

SARDINHA, Jacinto Carlos Pereira [87 anos]. [outubro de 2020]. Entrevistador: César Evangelista Fernandes Bressanin. Porto Nacional, TO, 21 out. 2020.

# LITERATURA E MEMÓRIA:

## Construções e desconstruções no conto “Totonha”, de Osmar Casagrande Campos

Juliana Ricarte Ferraro<sup>15</sup>

Ana Carolina Ramos de Jesus<sup>16</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A memória não é um fenômeno unicamente individual. Por mais que possa parecer, a princípio, algo próprio de cada pessoa, ela possui um caráter flutuante, como afirma Pollak ao dizer que “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.” (POLLAK, 1992, p. 201).

A memória assume um caráter plural que, de maneira ativa e viva, cria, constrói e desconstrói as imagens a ela vinculadas, de forma dialogada com o mundo privado e coletivo da vida e identidade humanas. Pensar neste conceito como algo intacto e engessado torna-se impossível, segundo Le Goff (1996, p. 11), pois a memória individual é elaborada na confluência com a memória coletiva, assim como a memória coletiva não existe sem o diálogo com o imaginário existente nas memórias privadas.

Memória e literatura sempre se encontram; a literatura traz uma parcela do imaginário, de como parte da realidade é apresentada, das vidas ao longo das épocas e lugares, mostrando, assim, uma parcela das construções e reconstruções da memória. Por muito tempo a literatura foi vista como elemento fantasioso, fruto somente da imaginação do escritor, mas, atualmente, já se torna cada vez mais frequente nos estudos acadêmicos perceber o elo da produção literária com o espaço, o tempo e as condições sócio culturais na qual está inserida.

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre história e literatura e suas relações com a memória individual e coletiva através da análise do conto “Totonha”, presente no livro *Retalhos*, de Osmar Casagrande, que teve sua primeira publicação no ano de 2002, sendo que a segunda edição foi publicada 10 anos depois, em 2012, pela editora Kelps.

<sup>15</sup> Professora Doutora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (Neucidades). E-mail: juferraro@uft.edu.br.

<sup>16</sup> Aluna do Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Porto Nacional. E-mail: aninha.ramos.jesus@gmail.com.

Osmar Casagrande Campos nasceu em Presidente Epitácio (SP), em 1956, e reside em Palmas (TO), capital do estado, desde a fundação da cidade. Autor de crônicas, contos e poemas, escreve o livro *Retalhos*, em 2002, uma coletânea de quinze contos, dentre eles “Totonha”, que passeiam por diversos setores de vivências do cotidiano tocantinense, como a solidão vivida na cidade grande, o preço pago pelo progresso, a dureza e a docilidade do interior, viajando por universos físicos e mentais e abordando questões sociais de forma consciente e leve.

O livro se apresenta como uma colcha de retalhos, onde se vai alinhavando pedaços de vivências, de culturas, de memórias, de questões sociais, de cenas do cotidiano, fazendo uma incursão pelo imaginário e nos convidando a aninharmos em meio às tramas.

A metodologia é subsidiada pela pesquisa bibliográfica e da análise de conteúdo do conto “Totonha”, incluído na supracitada obra de Osmar Casagrande. O embasamento teórico encontra suporte nos conceitos de Literatura, História e Memória; Nora (1993), Halbwachs (2013), Pollak (1989 e 1992) e Borges (2010) dão as bases para as reflexões sobre a memória e Le Goff (1993 e 1996) para os conceitos de memória e história; Silva (2015), dentre outros autores, oferece os subsídios para o debate sobre literatura e memória.

## **2 LITERATURA COMO LUGARES DE MEMÓRIA**

A literatura pode ser vista como uma imitação da realidade, possuindo traços semelhantes a esta; ela não é a realidade em si, mas consegue expressar semelhanças com a verdade, com o acontecimento e com o real; as histórias ficcionais podem ser observadas dentro de possibilidades reais.

Inúmeras obras expressam valores, relações sociais, visões de mundo, conflitos políticos e econômicos, a cultura, a identidade, a relação com o tempo e com o espaço e o imaginário das sociedades. Os personagens das obras muitas vezes se baseiam em pessoas reais, ou em uma pessoa em particular, ou mesmo em um grupo social e cultural que está representado em um único personagem.

Para utilizar a literatura como fonte, o historiador precisa estar atento à sua historização, inserindo-a no movimento da sociedade, questionando-a, pois a literatura precisa ser contextualizada; é necessário conhecer as condições históricas da produção, observar o lugar social do produtor, analisar toda a conjuntura social e as suas relações.

Todo documento é uma representação do real e possui regras próprias de produção; assim, todo tipo de texto possui uma linguagem específica. É indispensável ao historiador a contextualização com o lugar e período em que ele foi

produzido, assim como observar o tipo de linguagem, a história do autor e da sociedade na qual ele está inserido. Valdeci Borges (2010) afirma que:

A linguagem e a literatura são indivisíveis e estão contidas no texto, que é uma instância intermediária entre o produtor e o receptor, articuladora da comunicação e da veiculação das representações. Desta forma, há uma tríade a considerar na elaboração do conhecimento histórico, composta pela escrita, o texto e a leitura. (BORGES, 2010, p. 95).

Outro fator anunciado por Borges (2010) é a necessidade de se observar que a cultura e as práticas sociais possuem historicidade, são mutantes e não estão isoladas dos outros campos sociais. A expressão literária é também uma representação social histórica, pois é testemunha de uma época e representa as experiências humanas. A literatura registra e expressa múltiplos aspectos do campo social e, deste modo, o autor afirma que ela:

É constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... (BORGES, 2010, p. 98).

Através da literatura, as questões humanas e as memórias emergem e o imaginário, os sentimentos e as emoções podem ser percebidos, causando uma espécie de identificação do leitor com os personagens da obra literária.

A memória possui um caráter plural e está em constante construção, desconstrução e renovação. Ela auxilia nos modos de organização da identidade humana que se move entre as esferas individual e coletiva.

A literatura, como uma forma de se rememorar, de se guardar eventos e parte daquilo que o autor assiste em seu mundo, pode ser entendida como um lugar de memória. A narrativa literária memorialística traz em si uma possibilidade de existência e de resistência ao esquecimento, localizando-se em uma leve alternância entre a ficção e a história, o real e o imaginário, o natural e o maravilhoso. Segundo Pereira (2014, p. 349), “considerar a literatura como um lugar de memória implica em concebê-la como um suporte no qual os múltiplos aspectos e imagens relativas às modulações variadas da memória podem ser selecionados e reelaborados através da palavra literária.”

Assim, interligar a produção de memórias à literatura significa olhar o imaginário e o vivido como dimensões da memória.

Para Nora, a memória já não existe mais, pois o passado oscila cada vez mais rápido e a história vem sofrendo uma aceleração, tendo urgência em preservar a memória que cada vez mais vai desaparecendo e, por isso, necessitando da construção de lugares que a guarde e conserve. “Há locais de memória porque não há mais meios de memórias.” (NORA, 1993. p. 7).

As sociedades ditas como primitivas guardavam consigo a memória, a repassavam e a reviviam; o fenômeno da aceleração que a história vem sofrendo distancia cada vez mais o passado da memória; temos, assim, a história e não mais a memória em si.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. [...] Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (NORA, 1993. p. 9).

Nora (1993) chama a atenção para o fato de que a materialização da memória, que antes se centralizava nas grandes famílias, na igreja e no estado, passou por uma democratização, surgindo os textos que contam as histórias da gente do povo, dos pequenos atores. “A materialidade da memória, em poucos anos, dilatou-se prodigiosamente, desacelerou-se, descentralizou-se, democratizou-se”, assim como “o fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história” (NORA, 1993, p. 15 e 17).

Segundo Maurice Halbwachs (2013), diferentes pontos de referência estruturam a nossa memória e a inserem na memória coletiva da qual fazemos parte e que a memória tem como uma de suas funções positivas a ligação afetiva ao grupo social. Pollak (1989, p. 1) faz a seguinte análise sobre ponto em Halbwachs: “longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’”.

Os lugares de memória analisados por Pierre Nora (1993) incluem-se nessas referências, as quais têm uma força institucional na memória coletiva e garantem a continuidade e a estabilidade.

Há um processo de negociação para conciliar a memória coletiva e as memórias individuais. O testemunho de um tem que concordar com as memórias do outro, havendo pontos de contato entre as lembranças de ambos, para que “a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum”

(POLLAK, 1989); por uma perspectiva mais construtivista, reconhecemos o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva.

Halbwachs (2013) lembra da face seletiva da memória, assim como uma espécie de negociação de conciliação entre a memória coletiva e as individuais para a construção de uma base comum, já que ambas se interligam e são interdependentes:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2013, p. 12).

De acordo com Pollak (1989), a memória atualmente é guardada e solidificada nas pedras, mas, por mais que essas materialidades da memória estejam solidas, elas podem desaparecer; no entanto, a memória pode, também, sobreviver e driblar este desaparecimento. [...] “Nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, tem sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento,” (POLLAK, 1989, p. 11) alimentando-se não mais da realidade política, mas de referências culturais, religiosas ou literárias.

Memória e história não são sinônimos; a memória é carregada por grupos vivos e permanece em evolução, está aberta às modificações das lembranças e ao esquecimento, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993).

Para Nora (1993), a “história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no tempo presente; a história, uma representação do passado.” (NORA, 1993, p. 9). Para Le Goff (1993, p. 423), a memória apresenta-se “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Para Le Goff (1996), a “memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1996, p. 33). A partir desta afirmação de Le Goff (1996) e dos estudos de Nora (1993)

sobre lugares de memória, e concebendo a literatura como um destes lugares, ela nos fornece e traz à tona as vozes e visões de mundo dos silenciados, dos excluídos da história.

Pereira (2014, p. 347) retoma Roland Barthes (1992) para pensar a literatura como lugar e produtora de memória:

É um exercício poderoso de leitura do mundo em sua capacidade de trazer à tona não só o possível, mas também o impossível, o sonhado e o temido. A literatura, em seus processos simbólicos, pode instaurar, no imaginário, modos alternativos de percepção, como produtora de imagens significativas para um grupo e, conseqüentemente, para os sujeitos, se considerarmos o já referido conceito de memória crucial postulado por Jacques Le Goff.

Tzvetan Todorov (2003) resume bem sobre esta característica da narrativa quando relaciona o narrar à vida e o silêncio à morte. Sendo a narrativa, deste modo, vista como lembrança e o silêncio como esquecimento, vinculando a literatura (narrativa) com a memória.

### 3 A MEMÓRIA EM “TOTONHA”

“[...] esses prato di ferragati, quem mi deu já num vévi mais. Só vévi nas frozinhos pintada de azú qui infeita esses meus prato. E vivia também no brilhozinho quase choroso, inundado de saudades, que emoldurava esse falar” (CAMPOS, 2012, p. 77)

O conto de Casagrande analisado nesse artigo, traz a história da “velha Totonha” que morava numa palhoça aos pés de um ribeiro de água doce “quais qui u’á água di coco”, como afirma o próprio conto. Em meio a relatos sobre o seu cotidiano, o conto nos leva ao drama da querida curandeira, “[...] Velha Totonha, querida de todos, era o anjo do socorro para a gente da redondeza e vivia ali, retirada, com suas infusões, os sudoros, as raízes – poções mais que mágicas[...]” (CAMPOS, 2012, p. 78) ao se ver obrigada a deixar aquela região por conta de uma represa feita no rio e que inundaria aquele lugar.

Através deste conto, podemos fazer uma análise quanto à memória e ao esquecimento, suas mutações, suas reconstruções e percebermos também a influência da migração nas reconfigurações da memória.

Os deslocamentos produzem novos sentidos nas identidades dos sujeitos e seus comportamentos sofrem profundas alterações. Assim, os deslocamentos



territoriais fazem o sujeito passar por articulações entre a memória e a identidade; dessa forma, reelabora-se novos sentimentos de pertencimento ao novo espaço. “As identidades culturais são elementos que estão em constante reelaboração de seus conteúdos, particularmente porque os indivíduos deslocam-se no espaço, seja por razões econômicas, seja por razões políticas,” entre outros. (SILVA, 2015, p. 53).

Segundo Silva, (2015), a memória se reconfigura com a migração, com a qual cada indivíduo “procura, de uma ou outra forma, sua realocação no espaço. O processo de criar um espaço novo torna-se, assim, primordial.” (LITTLE, 1994; SILVA, 2015, p. 55).

Nesse sentido, com a reconfiguração da memória, temos também uma reconstrução da identidade que não é fixa e se altera com as relações entre sujeitos. “[...] Identidade nunca é uma priori, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade.” (BABHA, 1998, p. 111).

A memória está ligada à identidade, aos diferentes elementos que formam o indivíduo, o que a torna elemento que constitui o sentimento de identidade. “Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1992, p. 204)

Ao analisar o discurso literário de Osmar Casagrande no conto “Totonha”, objetivando entender parte do processo de construção e reconstrução da memória, tendo a concepção já referida de que a literatura consegue entrar no imaginário de uma sociedade e num universo de representações e significações, entende-se que a obra é muito mais do que se apresenta, ela testemunha a vivência do autor traduzindo-se em literatura.

No conto, Casagrande traz a memória da vivência da personagem que recria o seu cotidiano antes da chegada da “modernidade”, com a barragem do Rio Tocantins, o que podemos perceber no trecho a seguir: “E lá vai pelo caminho de pedras descasadas, levando para o barraco a ração de água da manhã, “pois água boa é a fresca da fonti, por mordi num pegá gosto de barro”. À tarde, outra caminhada, outra visita à fonte generosa, para as serventias de água.”

O conto traz as lembranças de Totonha, mulher ribeirinha raizeira, curandeira e benzedeira nas terras tocantinenses, o que nos leva ao passado, a sua vida cotidiana, hábitos e momentos que se entrelaçam ao presente. Totonha morava naquela casinha há mais tempo do que se lembrava. “há quanto tempo morava

ali, Totonha não sabia. “pois quando me dei pur gente já tava aqui mermo, naquela paioca. Só as paiais é que são outra, qui di tempo em tempo carece di trocá.” (CAMPOS, 2012, p. 77).

Com a notícia da construção da barragem e que ela terá que se retirar daquela região, notamos o confronto entre esquecimento e memória. Totonha enfrenta uma situação de abandono do território, se vê obrigada a abdicar de suas terras, de suas tradições, de seus costumes.

“[...] aquela quarta feira já não tinha fim. Totonha não achava jeito no colchão de paiana, não achava espaço em sua palhoça. Só pesar e lágrimas. Não viu ninguém, não ouviu mais nada. Mal o céu tintou umas pinceladas de vermelho, saiu para o terreiro a visitar seus amigos: o pé de malva, que tanto sofrimento tinha curado, o alecrim, que cobria de sono os enervados, a mangueira, velha amiga que, todo ano, de puro gosto, enchia Totonha de presentes, jacás cheios de manga – de cheiro... visitou e chorou suas mágoas para a Pedra grande, que guardava a fonte. (CAMPOS, 2012, p. 80).

A assistente social que vai dar o ultimato de que Totonha terá que deixar suas terras, fala de uma nova realidade que, segundo ela, será melhor, com mais qualidade. “[...] nós vamos cuidar de tudo, o governo vai dar a cada família um lote e uma casa de alvenaria, lá na cidade. Vai ser muito melhor pra vocês, que lá tem de tudo. Tem até água encanada, tratada.” Ao que Totonha rebate: “será, minha fia, qui lá tem um bucadinho de paiz?” (CAMPOS, 2012, p. 79)

Segundo Haesbaert, (2007, p. 20), o território é dotado de uma territorialidade marcada por um caráter de apropriação sobre determinado local. “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.” Nesse sentido, o território é tido como um lugar simbólico e com valor de uso como espaço de trocas de afetos.

A angústia presente no texto de Casagrande (2012) revela um pesar e saudosismo pelas coisas, e das coisas que vão se perdendo com o progresso; o antigo rio e suas margens transformados em lago, sem vida, fazendo com que suas relações sociais e de memórias sejam modificadas.

O conto “Totonha” traz o processo de transformação da cultura e reconfigurações da memória – esquecimento – uma vez que, a partir da desapropriação de suas terras e suas lembranças, ela tem suas relações sociais e memórias

modificadas, ela sofre mudanças na sua cultura e no seu modo de se relacionar socialmente e afetivamente com o lugar.

A água que engole o ribeiro se apresenta como as reconstruções da memória individual e coletiva, mostrando como a construção da barragem e as desapropriações dela advindas vão aos poucos “[...] cobrindo, muito de mansinho” (CAMPOS, 2012, p. 80), fazendo com que a vida social sofra modificações; mas ainda sobram alguns resquícios dessa cultura e dessa memória que é viva e fluída, que sobrevive de forma discreta e silenciosa, pois os “pratos de ferragati”<sup>17</sup> continuam sendo sustentados pelas mãos de Totonha ao final do texto.

De Totonha, nem notícia. Fecharam a barragem, a água engolindo tudo invadiu o ribeiro, afogou a fonte, beijou o corpo de Totonha, todo coberto de flor de sabugueiro, de acácia, de ipê. A água pediu licença à velha curandeira e foi cobrindo, muito de mansinho, suas mãos santas que, numa última carícia, sustinham os dois pratos de ‘ferragati’ com suas florezinhas azuis. (CAMPOS, 2012, p. 80).

Assim, a memória acaba sendo o re-conhecer do passado no tempo presente e, por isso, pode possibilitar trazer recordações subjetivas, fios, partes de histórias. Para Pollak (1992), a memória é um fator muito importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução, assim, a memória é entendida como um fenômeno construído social e individualmente, podendo associar o sentimento de identidade à imagem de si para si e para os outros.

Cada indivíduo, ao longo da vida, constrói uma imagem de si mesmo e dos outros que pode ser associada à memória, permitindo esquecer e lembrar-se de fatos, lugares, pessoas, gostos.

Ao analisarmos o conto “Totonha”, percebemos que aqueles que são atingidos pelo represamento do rio Tocantins passam por um processo marcado por uma ruptura da identidade e que suas lembranças individuais ajudam a reconstruir a memória coletiva. “Totonha” traz registros da vida e da trajetória social e histórica da personagem que reflete toda uma memória coletiva. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2013); assim, a lembrança é fruto de um processo coletivo que está inserida em um contexto social específico. “As lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito se encontre envolvido” (SILVA, 2016, p. 248), uma vez que o indivíduo sempre está inserido num grupo social.

<sup>17</sup> Louça de ferro esmaltado.

O desterritoriamento de Totonha provoca uma ruptura de equilíbrio, trazendo assim um esfacelamento da memória, nos termos de Nora. A personagem vai visitar seus canteiros em busca de uma memória cristalizada naquele lugar. Rompe-se, assim, um elo de identidade trazendo novas configurações para a memória.

No entanto, a memória sobrevive por seu caráter fluido, e permanece em evolução. “A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptíveis de longas latências e de repentinas revitalizações.” (NORA, 1993, p. 9)

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foram aqui apresentados alguns apontamentos da relação entre memória e literatura, percebendo-se como elas se interligam e valem-se uma da outra para se desenvolver. As tramas ficcionais desenvolvidas pela literatura necessitam da memória como representação da realidade, tanto as coletivas como as individuais, principalmente. A memória se perpetua nas obras literárias representando parcelas da realidade e das construções e reconstruções das vivências e histórias de vida.

Através da literatura, a memória individual e coletiva de uma comunidade social torna-se visível e acessível como indícios de sua própria história, evitando seu possível aprisionamento pelo esquecimento e ocultação. A memória está num constante processo de construção e reconstrução, possuindo um caráter mutável e ativo, assim com a história. Jacques Le Goff (1993) afirma que a memória tem a característica de conservar informações.

Os personagens das obras literárias, muitas vezes, se baseiam em um grupo social e cultural que é personificado em um único indivíduo. Assim, Totonha não deve ser entendida como uma única pessoa, mas como a representação de uma cultura, de uma identidade, de uma parcela da memória que vai desaparecendo, mas que resiste nas linhas da literatura.

O conto analisado neste trabalho possibilita fazermos reflexões tanto quanto à relação entre história e literatura quanto para as construções e reconstruções da memória. “Totonha”, como uma estrutura narrativa, torna-se lugar de memória e história, emerge pela memória individual como vestígios e indícios da história local, de uma memória coletiva e da leitura do mundo.

## REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1992.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. In: REVISTA DE TEORIA DA HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS Ano 1, Número 3, jul. 2010, p. 94-109.
- CAMPOS, Osmar Casagrande. **Retalhos**. 2. ed. Palmas: Editora Kelps, 2012, p. 49 – 80.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. In: REVISTA GEOGRAPHIA, ano 9, n. 17, 2007, p. 19 – 45. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>. Acesso em: dez. 2020.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.
- LE GOFF, Jacques. **Enciclopédia Enaudi**. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LITTLE, Paul. E. Espaço, memória e migração: Por uma teoria da reterritorialização. In: TEXTOS DE HISTÓRIA, v. 2, n. 4, Brasília, 1994. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5757/4764>. Acesso em: 5 out. 2020.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-27, dez. 1993.
- PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. Literatura, lugar de memória. In: REVISTA DO DEPARTAMENTO DE LETRAS DA FFP/UERJ, n. 28, jul./dez. 2014, p. 344 – 354.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

SILVA, Daniel Antonio Coelho. Memória, esquecimento e literatura: A reconfiguração das identidades de sujeitos deslocados. In: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. n. 9, jan./jun. 2015, p. 53 – 64.

SILVA, Giuslane Francisca da. A memória coletiva. In: REVISTA DO CORPO DISCENTE DO PPG – História da UFRGS. **Aedos**, Porto Alegre, agosto, 2016, v. 8, n. 18, p. 247 – 253.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

# O PASSADO COMO FUTURO:

## Nostalgia e Plano, Tradicional e o Moderno na síntese da arquitetura dos anos de 1930

Marcos Antonio dos Santos<sup>18</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

No intuito de estudar a história do modernismo arquitetônico brasileiro pode-se, entre inúmeras outras opções, fixar o foco de atenção nos seus processos de gênese e desenvolvimento, e destes destacar seus protagonistas, ou exatamente o contrário, fixar o foco em protagonistas, escolhidos não ao acaso obviamente, e a partir destes intuir o processo como um todo.

Aparentemente a segunda opção foi a que caiu nas graças da historiografia “oficial” da arquitetura brasileira.

Essa operação, longe de ser neutra, evidencia uma opção, uma linha de raciocínio que se afina com as intenções e com o pensamento de toda uma época de formação e desenvolvimento do Modernismo Arquitetônico brasileiro.

Um dos efeitos colaterais mais direto dessa opção foi o obscurecimento da vanguarda arquitetônica paulista – Flávio de Carvalho, Gregori Warchavchik e Rino Levi – que teve sua eclosão ainda nos anos de 1920.

Não se trata aqui de trocar apenas os expoentes da introdução do Moderno no Brasil, mas sim de procurar entender por quais caminhos históricos a arquitetura brasileira andou. De tal forma, que possibilitou – a partir do binômio Costa e Niemeyer e da construção do já mítico edifício do MESP no Rio de Janeiro em 1937 – que “uma versão” do desenvolvimento do Modernismo Arquitetônico brasileiro se tornasse, senão a única, pelo menos aquela eleita pela historiografia.

O objetivo deste trabalho é procurar na interação arquitetura/Estado uma possível resposta para tal opção historiográfica.

Tentar-se-á entender a ação, quase de mecenato, do Estado brasileiro em relação à Arquitetura Moderna, percorrendo, dentro da profundidade possível para um estudo das dimensões deste, desde as primeiras experiências de arquitetura de vanguarda até a construção de Brasília, exemplo mais

---

<sup>18</sup> Professor Doutor da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Coordenador do Núcleo de Pesquisas - NEUCIDADES - Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades, e-mail: marcosdossantos@uft.edu.br.

acabado dessa interação. E, dentro desse processo entender a importância da participação de Lúcio Costa, e da relação de sua síntese entre o moderno e o tradicional como a forma mais acertada de representação oficial do processo de modernização brasileiro.

Tal compreensão se faz necessário, principalmente no momento atual do Brasil, no qual os apelos à uma narrativa histórica que justifique um ponto de vista de classe dominante no qual as contradições históricas e as cicatrizes das mesmas sejam apagadas da memória coletiva. Um momento em que as tradições, ainda que fictícias, voltam à tona para servir de contrapeso, senão de freio ao processo de modernização da sociedade brasileira, enfraquecido durante os primeiros anos do século XXI e, aparentemente, abandonado por completo nos últimos anos.

Entender que, no campo político e social, bem como no campo das artes, a sociedade brasileira se pautou por ‘aceitar’ sua modernização condicionado ao respeito e elogio de seu passado histórico e de seus costumes, em um amálgama complicado de tradicional e moderno. E que possivelmente este fato irresoluto esteja na raiz de nossa incapacidade de nos lançar à frente e superar um passado, nada lisonjeiro, que insiste em se fazer presente.

## **2 NOSTALGIA E PLANO, TRADICIONAL E O MODERNO NA SÍNTESE DA ARQUITETURA DOS ANOS DE 1930**

As primeiras décadas do Século XX, no Brasil, marcam o processo de crise da elite agrária exportadora cafeeira, que culminará e só será suplantado após o ajuste institucional dos anos trinta durante a Ditadura Vargas.

A ideia de modernização do Brasil esbarra então nos interesses dessa aristocracia rural, que apesar de estar em crise não tem simpatia por algo, que no limite, poderia lhe custar a liderança política. “Para essa elite o mundo revolucionário não está no futuro, mas no passado. O presente é o caos, a nostalgia é o início da ordem”<sup>19</sup>. E é exatamente a esse medo do futuro, a essa fixação nostálgica, que as operações ideológicas, a partir do Estado Novo, buscarão respostas.

Nesse sentido entra em cena uma ideia que povoará o imaginário dos primeiros cinquenta anos do século XX, a ideia do Plano. Tanto no que diz respeito a administração pública quanto às discussões sobre organização espacial, na arquitetura e no urbanismo.

---

<sup>19</sup> Carlos Monsiváis apud GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Tradução: Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 15.



O novo Estado que surge da crise de 1929, é o que consagra o Plano como ideologia e como poética de modernização, seja quando, em alguns casos, buscava prefigurar uma sociedade liberada, ou quando, na maioria das vezes, consolidava e fortalecia o status quo tradicional, atualizando-se de acordo com as novas condições do capitalismo internacional.

Nesse contexto o Plano, bem como as vanguardas arquitetônicas e artísticas, entrarão em cena na tentativa de “resolver” a fixação nostálgica das elites agrárias limpando o terreno para o tão desejado processo de modernização brasileiro. “Libertar-se do medo do futuro, fixando esse futuro como presente: o fundamento do intervencionismo keynesiano e o das poéticas da arte moderna é o mesmo” (TAFURI apud GORELIK, 2005, p. 15). Nostalgia para ordenar o “caos” do presente e Plano para neutralizar o medo do futuro. Na encruzilhada desses dois impulsos nasce a cultura arquitetônica de vanguarda na década de 1930.

É justamente essa ideia de “vanguarda” que irá gerar uma característica dialética nas vanguardas arquitetônicas chamadas a colaborar com o Estado intervencionista Getulista. Pois, ao se integrar às ações estatais de modernização as vanguardas entram em contradição com boa parte dos preceitos a elas identificados. “De modo que permanece questionado em toda a linha o conjunto de postulados que se associa classicamente à vanguarda: a negatividade, o caráter destrutivo, o combate à instituição, a destruição da tradição, o internacionalismo” (GORELIK, 2005, p.16).

De fato, como falar de vanguarda se a principal tarefa que esta se auto-atribuiu no processo de modernização brasileiro foi o de construir uma tradição? É aí que entra em cena o agente fundamental da renovação vanguardista na América Latina: o Estado, promotor privilegiado “daqueles impulsos contraditórios”.

O Estado nacionalista “benfeitor” que surge da reorganização capitalista pós-crise de 1929, e que tem continuidade no Estado desenvolvimentista dos anos de 1950 se servirá dos postulados preconizados pelas vanguardas arquitetônicas europeias, devidamente abrasileirados, como forma de representação oficial do processo de modernização da sociedade brasileira.

Na música, ainda nos anos de 1930, Vargas chamará para colaborar em seu processo de modernização cultural o maestro e compositor carioca Heitor Villa-Lobos. A música de Villa-Lobos, seguindo a trilha aberta pelo Movimento Modernista que teve como marco a Semana de Arte Moderna de 1922, procura uma síntese entre os elementos tradicionais da cultura brasileira com as novidades impressionistas e expressionistas da música européia. Ainda na música, já na década de 1950, novamente a identificação entre arte e Estado, na tentativa de representação da modernidade desejada. A Bossa-Nova nascida no seio das classes

médias do Rio de Janeiro, “em coerência com a euforia geral da população das cidades em face ao **desenvolvimentismo**, destinado a tornar o Brasil a **maior nação do mundo**”, servirá como culto da música popular no sentido de integrar no universal da música as peculiaridades específicas da cultura brasileira (TINHORÃO, 1978, p. 223, grifos do autor).

Assim a ideia de uma síntese do moderno com o nacional perpassará a discussão das artes brasileiras durante os anos 1920 em diante. O Estado, na sua necessidade de auto-representação, e de representação da modernização, irá evidentemente escolher a dedo os exemplos de síntese cultural, principalmente aqueles com maiores afinidades a sua proposta de uma modernização sem sobresaltos, sem assustar as elites conservadoras e sem descontentar por completo os anseios de uma vanguarda de natureza progressista, quando não de uma coloração revolucionária.

A tarefa preponderante da arquitetura e Estado nesse período é a da construção do “nacional” no Brasil. E nessa empreita sobressai o nome do arquiteto carioca Lúcio Costa. De sua conhecida moderação nascerá uma resposta da vanguarda arquitetônica que será consonante com os desejos modernizantes do Estado Vargas. Mais que isso, sua síntese entre o tradicional e o moderno servirá como luva ao processo de neutralização das resistências, tanto conservadores quanto revolucionários, levados a cabo por Vargas no processo de modernização, de cima para baixo, da sociedade brasileira.

Garantida então com Costa a moderação necessária, o processo de modernização brasileiro se dá na exata medida desejada pelo Estado Novo, uma modernização que, levando ao pé da letra a célebre frase de Le Corbusier – “Arquitetura ou Revolução” – terá a arquitetura como sua representação, afastando é claro o perigo da revolução.

O Estado como agente estrutural da modernização irá procurar uma representação do processo de modernização brasileiro, e de si mesmo, de maneira a resgatar o tradicional, mas sempre misturados de forma “equilibrada” com as inovações artísticas desenvolvidas na Europa e posteriormente nos EUA.

Essa associação entre Estado e arquitetura, ou melhor, entre um Estado autoritário e a vanguarda arquitetônica brasileira, não se fará sem concessões mútuas. Pois, se de um lado, a arquitetura moderna não era o estilo de predileção do Estado Vargas (que via, inclusive, os neo-clacissismos nazi-facistas da Europa de forma amistosa), as vanguardas arquitetônicas teriam que ajustar contas com o fato de sua institucionalização. Seguindo a linha teórica de Manfredo Tafuri, de crítica da ideologia, justamente pelo seu caráter construtivo da arquitetura, a arquitetura de vanguarda não poderia existir.

A “crítica à ideologia” mostrou as necessárias vinculações da arquitetura com o poder econômico e político e desmistificou o papel contestatório das vanguardas construtivas, trazendo à luz episódios que, justamente por não caberem naquela representação, tinham sido completamente enterrados pela historiografia e pela crítica modernista: as vanguardas soviéticas e europeias, os modernismos não vanguardistas e, em geral, os processos de desenvolvimento do capital e o papel desempenhado em seu interior pelas disciplinas artísticas e arquitetônicas, apontando centralmente para os dois processos “mais avançados”, o da Europa do período de entre - guerras (a social democracia) e o dos EUA (o “capitalismo real”). Desse modo, sustentou-se que a única “vanguarda” efetiva no período de entre - guerras tinha sido a vanguarda da reorganização produtiva do grande capital, reorganização que tem lugar na metrópole e para a qual os movimentos artísticos de vanguarda tinham sido, de qualquer forma, funcionais. (GORELIK, 2005, p. 21).

Sendo o classicismo “o recurso da vanguarda frente à necessidade de produzir uma essência da cultura nacional” (GORELIK, 2005), os ajustes necessários ao Estado Novo, em sua parceria com as vanguardas no processo de modernização brasileiro serão pouco traumáticos.

Como experiência inaugural de um modernismo arquitetônico patrocinado pelo Estado Vargasista o Edifício do MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública) em 1937, será onde todas as contradições e coincidências apresentadas se mostrarão.

O emprego dos azulejos estabelecia uma referência com a tradição portuguesa, tão cara para Lúcio Costa; estabelecia uma maior leveza visual aos muros; criava uma imagem visualmente mais rica para a obra, superando códigos puristas europeus; e associava o edifício à paisagem através dos temas marinhos a serem empregados. Desta maneira, a posição de Corbusier legitimava a posição de Lúcio Costa ao conciliar o que parecia contraditório: o espaço moderno do século XX era internacional, mas isso não determinava a exclusão das especificidades locais que garantissem sua expressão original, cuja valorização integrava-se perfeitamente ao contexto nacionalista.

Figura 1 - Trabalho de azulejaria em edifício da cidade de São Luiz do Maranhão



Fonte: Marcos Antonio (2018).

Figura 2 - Estrela do Mar e Peixes, painel de azulejos instalado à entrada do Palácio Capanema, Antigo MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública, 1942<sup>20</sup>



Fonte: Marcos Antonio (2018).

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/1767>. Acesso em: 14 jun. 2021.

A construção do edifício do Ministério da Educação contribuiria para dar ao regime Vargas, e especialmente ao seu Ministro da Educação, uma aura progressista que nunca tiveram nem pretenderam ter (SKIDMORE, 2000).

Localizava-se na arquitetura, na possibilidade do seu uso distraído, nos artefatos culturais que ofereceu sob a forma de marcos e monumentos históricos e na apreciação de um fato inequívoco da modernidade - um edifício, monumento da afirmação de um povo -, a tradução positiva do projeto de identidade nacional. Claro está que, não falamos de qualquer uso dos monumentos históricos e, tampouco, da arquitetura em termos genéricos, mas de uma corrente moderna e, em particular, de um edifício, o do Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP que, mesmo sem ser o primeiro edifício moderno do país e, a rigor, nem o primeiro de uma genealogia identificável como escola carioca (o edifício da ABI dos irmãos Roberto é anterior), acabou tornando-se símbolo da arquitetura moderna brasileira (BUZZAR, 1996).

E se era contraditório ao Estado Novo a adoção de um tipo de arquitetura que se pretendia democrática, o mesmo acontecia com uma vanguarda para quem arquitetura moderna era quase sinônimo de democracia. A adoção da Arquitetura Moderna como arquitetura oficial de um Estado representado pela Ditadura Vargas, introduz mais um elemento conflituoso, na Europa as vanguardas imaginavam que onde não houvesse democracia não poderia florescer Arquitetura Moderna, e vice e versa.

Do ponto de vista das condições materiais e sociais do Brasil dos anos de 1930, o edifício do MESP se mostrava como um poderoso elemento ideológico, funcionando à maneira de um complexo de função social<sup>21</sup>. Complexo este que objetivava, no âmbito da arquitetura, realizar a conciliação dos extremos, tanto nostálgicos quanto revolucionários, que travancavam o processo de modernização brasileiro nos moldes do Estado Novo.

Diante dessa necessária conciliação de extremos é o próprio Costa que irá descrever em dois momentos a inserção da arquitetura moderna nesse processo.

Em seu texto “Razões da Nova Arquitetura” ainda na década de 1930, Costa se dirigirá às resistências afoitas de um revolucionarismo de plantão,

<sup>21</sup> Para Lukács, a ideologia nem sempre tem o sinal negativo apontado por Marx, e pode funcionar também, além da proposta na formulação marxiana, como um complexo de função social, que admite tanto o sinal positivo quanto negativo. Ver mais em Lukács, G. A Ontologia do ser social: os princípios fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

As “revoluções” – como os seus desatinos – são, apenas o meio de vencer a encosta, levando-nos de um plano já árido a outro, ainda fértil – exatamente como a escada que nos interessa, quando cansados, em vista de alcançar o andar onde estão o quarto e a cama. Conquanto o simples fato de subi-la – dois a dois – já possa constituir, àqueles espíritos irrequietos e turbulentos que evocam a si a pitoresca qualidade de “revolucionários de nascença”, o maior – quiçá mesmo o único – prazer, a nós outros, espíritos normais aos quais o rumoroso sabor da aventura não satisfaz, interessa, exclusivamente, como meio de alcançar outro equilíbrio, conforme com a nova realidade que, inelutável, se impõe (COSTA, in XAVIER, 1987, p. 28).

Escrevendo já em 1945 sobre esse edifício, Lúcio Costa o descreve como “linda e pura flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas do saudosismo reacionário, não somente mais humano e mais justo, senão, também, mais belo” (COSTA, 2018).

Da leitura destes dois momentos nas formulações costianas depreendemos os seguintes objetivos: fazer com que as elites “saudosistas” aceitem a arquitetura moderna, “esta que já é hoje, uma garota bem esperta, de cara lavada e perna fina” e, propor às vanguardas arquitetônicas e artísticas a paciência necessária com o processo de modernização brasileiro gradual e sem sobressaltos, ou seja a moderação necessária.

Tal operação de conciliação levada a cabo pelo Estado Novo, só se tornou possível, justamente pela opção de uma matriz da vanguarda arquitetônica. Como já foi mostrado anteriormente, Lúcio Costa colocava-se claramente numa posição moderada em relação às divergências de uma ala conservadora da sociedade brasileira para quem o processo de modernização assustava por mais conciliador que fosse, e outra para quem o mesmo processo pecava por promover a modernização do Brasil preservando os elementos tradicionais, teoricamente sem assento na modernidade.

Figura 1 - Fachada do Palácio Capanema, antigo Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>22</sup>



Fonte: Marcos Antonio (2018).

O MESP aponta então para a modernidade almejada, representando-a numa estética contrastante com o resto do Rio de Janeiro, repleto de reminiscências de um passado que precisava ser suplantado para o sucesso da modernização, ao mesmo tempo em que resgatava características do passado brasileiro, realizando no âmbito da arquitetura a ideia de arrefecimento das tensões contrárias à modernização Varguista.

O nascimento da arquitetura moderna no Brasil – na sua versão “oficial” – de maneira patrocinada pelo Estado, teve sua causa imediata no compartilhamento de interesses que ambos – Estado e vanguardas arquitetônicas – tiveram nos anos de entre - guerras. Os modernismos arquitetônicos foram postulados como instrumentos privilegiados da tarefa estatal por excelência, a representação da modernidade nacional.

Toda a preocupação cultural de Costa se resume na pergunta sobre a melhor forma de chegar a uma expressão verdadeira e eficazmente nacional. De modo que a nova arquitetura se converte, por meio da vocação costiana do

<sup>22</sup> Disponível no sítio <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b5/MESP4.jpg>. Acesso em: 14 jun. 2021.

“equilíbrio”, em um ponto de chegada que supera todas as buscas anteriores, as das vanguardas e as do neocolonial, ambas representativas, para Costa, de realidades parciais do Brasil que agora se deseja uno, materializando na arquitetura uma velha aspiração dos intelectuais recém compartilhada, a partir de 1930, pelo Estado: a construção da identidade nacional capaz de romper com o particularismo dos poderes regionais da República Velha.

Tal busca em encontrar uma linguagem arquitetônica que fizesse a síntese cultural entre a tradição brasileira-ibérica com a arquitetura moderna encontra no projeto do Parque Guinle mais um capítulo. Nele Costa se esmera em utilizar uma proteção contra a incidência dos raios solares consonante com a tradição construtiva luso-brasileira, sem no entanto perder a funcionalidade desejada. Opta então pela utilização de muxarabiês nas faces dos edifícios, sempre buscando um desenvolvimento formal que tornasse o elemento de proteção tradicional algo compositivo da fachada.

Mas debitar única e exclusivamente à figura de Lúcio Costa, e dos demais arquitetos que participaram da construção do MESP, o alinhamento das vanguardas arquitetônicas com o Estado Ditatorial de Vargas, obscurece do processo a participação de Le Corbusier na confecção do projeto do edifício.

Aqui cabe então mais uma pergunta, o que fazia em meio a projetos levados a cabo por um Estado autoritário, um membro das vanguardas arquitetônicas européias, para quem arquitetura moderna e democracia eram complementares. O que mudou nas formulações da vanguarda européia após a Crise de 1929 a ponto de possibilitar tal associação?



Figura 2 - Fachada de um dos Blocos Residenciais do Parque Guinle onde é possível ver os muxarabiês



Fonte: Costa (2018).

O que mudou foi o olhar sobre as fontes de onde se extrair essa identidade e legitimá-la: a vanguarda descobre que o território americano é o âmbito do mais tradicional, mas por isso mesmo, é o lugar onde o novo pode emergir puro, e que nessa potencialidade construtiva esconde-se a tão ansiada “especificidade” cultural. Nessa dupla cara da identidade, explica-se tanto o recurso da Nostalgia como do Plano, o modo com que a vanguarda busca potencializar as “vantagens do atraso” com as “vantagens do moderno”. (GORELIK, 2005, p. 26).

E mais ainda, não se podem descartar as mudanças no pensamento econômico ocidental advindas da própria crise do liberalismo econômico dos anos de 1920. Onde a figura do Estado centralizador fez eco mundo afora.

Nesse sentido é interessante ressaltar também que os intelectuais da vanguarda modernista dos anos de 1920 e 1930 escolheram<sup>23</sup> o Estado como agente primordial na condução da modernização e do processo de construção de um “nacional” no Brasil. Na mesma medida em que apontavam para a direção de uma

<sup>23</sup> Esta afirmação tem por base as afirmações de Carlos Martins, de que mais que uma escolha de uma síntese moderna tanto nas artes quanto na arquitetura, por parte do Estado, trabalhar junto à um Estado, na perspectiva de modernização e construção do nacional foi, na verdade, uma opção das vanguardas artísticas e arquitetônicas.

modernidade desejada, para a qual o moderno seria um catalisador, foram também responsável pela seleção do passado artístico brasileiro quando da criação do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1936.

Nomes como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, entre outros, figuraram como nomes ligados a vanguarda, não exclusivamente arquitetônica a serviço da identificação e preservação do patrimônio histórico brasileiro. No afã de melhor conhecer o Brasil que se desejava preservar, Mário de Andrade chefiava a Missão de Pesquisas folclóricas em 1938. Nela registra muito da cultura tradicional, ainda a salvo dos processos de europeização.

Dos trabalhos do SPHAN é que será construída boa parte da noção de patrimônio histórico ainda vigente. E novamente Lúcio Costa, formado em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes, assume em 1937, aos trinta e cinco de idade, o cargo de diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

O grupo de intelectuais escolhidos por Gustavo Capanema para integrar os quadros do SPHAN, trabalhou a fim de garantir a ruptura com uma indesejável tradição anterior, que consideravam amadora no trato de temas relativos ao passado tradicional brasileiro.

Durante sua permanência no SPHAN uma grande quantidade de bens foram listados no livro de tombamento do patrimônio histórico e artístico nacional. Mas não seria o primeiro encontro do arquiteto modernista com o passado brasileiro. Em 1924, ou seja mais de uma década anterior, Costa realiza uma viagem de estudos a Diamantina, comissionada pela Sociedade Brasileira de Belas Artes. Em seus registros é possível supor as influências que o impacto da cidade colonial deixou em sua visão de patrimônio histórico e, o que pode parecer paradoxal, as raízes de sua adesão do modernismo arquitetônico.

Mais que entrar em contato com o passado artístico e arquitetônico para conhecê-lo, a operação dos arquitetos que estiveram à frente da modernização da cultura arquitetônica brasileira acabou por encontrar no passado as justificativas da adoção da arquitetura do movimento moderno como quase um destino manifesto desde nossos primórdios, ainda quando na Península Ibérica. Ao lançar o olhar para as formas das construções antigas, estes mesmos intelectuais, Lúcio Costa entre eles, identificaram características na arquitetura colonial brasileira que com pouco esforço serviria de justificativa para o nosso 'moderno como destino'. Fachadas lisas, sem adornos, verdade dos materiais, despojamento, melhor adequação das necessidades climáticas, estava assim encontrado os pontos de convergência entre a arquitetura moderna e a arquitetura colonial brasileira. Já em finais dos anos de 1930 Lúcio



No caso da arquitetura, e é bem possível que tal discussão se estenda pelas demais manifestações artísticas, pode-se observar a alusão da figura da “autoridade” já na Carta de Atenas em 1933. Nela em pelo menos cinco artigos (24, 25, 29, 72 e 74) o texto faz uma menção direta à figura da “autoridade”. Pode-se argumentar que a figura da autoridade, em alguns casos pode referir-se ao arquiteto urbanista, conhecedor dos problemas urbanos, mas fica claro nos casos em que o texto aponta para a necessidade de se implementar leis, “O Estatuto da Terra”, por exemplo, que o texto se dirige a autoridade Estatal.

Decidir sobre a maneira como o solo será ocupado, estabelecer a relação entre a superfície construída e aquela deixada livre ou plantada, dividir o terreno necessário tanto para as moradias particulares quanto para seus diversos prolongamentos, fixar uma superfície para a cidade que não poderá ser ultrapassada durante um período determinado, constituir essa grave operação, da qual a autoridade está incumbida: a promulgação do “estatuto do solo”. Assim se construirá a cidade daqui para diante com toda segurança e, dentro dos limites das regras estabelecidas por esse, estatuto, será dada toda a liberdade à iniciativa privada e à imaginação do artista (LE CORBUSIER, 1993, p. 35).

Uma das características da Carta de 1933 que destoa completamente fixação da sociedade brasileira na ideia da tradição, reside nas poucas referências que o mesmo documento faz à História e o pouco espaço que reserva no interior da cidade para a permanência do patrimônio histórico. Quase que é possível dizer que a Carta ‘tolera’ as construções remanescentes do passado desde que ela se enquadre em uma categoria de um bem ímpar, representativo e que não cause transtornos ao bom funcionamento das cidades.

Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do estetismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam. É assumir uma grave responsabilidade. O problema deve ser estudado e pode às vezes ser resolvido por uma solução engenhosa; mas, em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e à saúde moral do indivíduo (LE CORBUSIER, 1993, 58).

Apesar de parecer desnecessário, é bom lembrar que a ideia de um Estado intervencionista, até mesmo autoritário, não era algo estranho às discussões após a Crise de 1929.

Apesar de, até aqui, parecer ficar claro que o Estado de Vargas escolheu a arquitetura do Modernismo, há controvérsias a este respeito. Pois, numa visão contrária a de Bruand, Carlos Martins propõe que não foi o Estado que escolheu a Arquitetura Moderna (e junto com ela toda a vanguarda intelectual modernista), e sim o contrário, a Arquitetura Moderna escolheu o Estado. E não somente no Brasil, mas, de acordo com Gorelik, a Arquitetura Moderna na América Latina, mais especificamente no México e na Argentina, com as devidas diferenças de inserção, escolheu o Estado como agente modernizador por excelência.

Diante disto, ao invés de resposta, o que se tem é mais uma pergunta: há então uma outra teleologia nas proposições moderadas da versão oficial do modernismo arquitetônico? Ou, de uma forma mais direta, Lúcio Costa trabalhou em sua síntese imaginando – à maneira de um Corbusier que passou a vida projetando uma Argel para o qual jamais foi contratado – uma finalidade específica, servir às necessidades de um Estado modernizador?

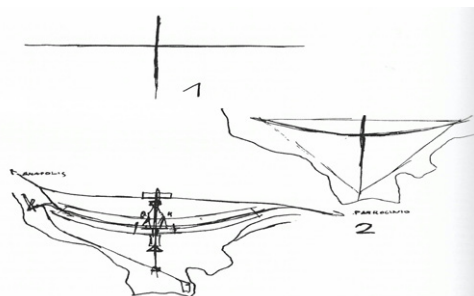
Evidentemente tal questão não será debatida neste trabalho, dado o vulto da empreitada.

O simples fato de que a ideia da “autoridade” como a única força social capaz de possibilitar a modernização, tanto no Brasil e na América Latina, como até mesmo no velho continente, dá uma boa mostra de que a aposta das vanguardas no Estado não é uma especificidade brasileira.

Para Gorelik, esta associação entre Estado e arquitetura, como condição para a construção do nacional no Brasil, terá seu momento de maior atividade e até mesmo sucesso, no período que vai do Estado Novo até o Nacional Desenvolvimentismo de JK.

Diante disto, Brasília passa a ser uma espécie de capítulo conclusivo desta parceria. Não que a associação tenha inexistido após a construção da nova capital, mas o seu intuito de construir uma ideia de arquitetura moderna brasileira por excelência, capaz de representar a “revolução modernizadora” levada a cabo da maneira mais conciliadora possível por um Estado centalizador não era mais necessária.

Figura 4 - Desenhos de Lúcio Costa demonstrando a presença da tradição na composição do Plano Piloto



Fonte: Costa (2018).

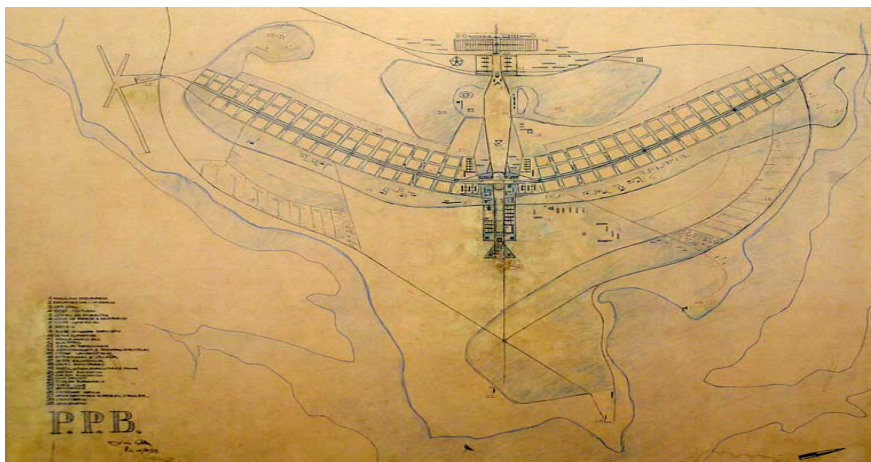
Novamente a presença do par antitético, moderno e tradicional, aparece logo no início do texto explicativo da nova capital, no Memorial do Plano Piloto. Pois ainda que uma cidade moderna, ligada a ideia de separação entre poderes e entre estado e igreja, a presença da tradição da tomada de posse se faz presente: ‘Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzados em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz’ (COSTA, 2018, p. 284). uma referência ao passado tanto pré cristão, quando os romanos traçavam duas vias em cruzamento de ângulo reto - o Cardus e o Decumanus<sup>24</sup>, na estruturação das cidades construídas em territórios conquistados, bem como uma referência ao símbolo máximo do cristianismo, este último, relacionado com a história do Brasil desde os tempos coloniais.

E como exemplo do sucesso de uma “trama” explicativa da construção do Moderno brasileiro em arquitetura, bem como representação da modernidade alcançada graças a este processo “moderado” de modernização, Brasília se encaixa perfeitamente.

Dentro do programa de governo de JK, batizado como Plano de Metas, havia trinta medidas econômicas, a trigésima primeira, Brasília, segundo Calil Jabur foi uma inclusão de última hora. Apesar de ter sido uma meta de última hora, a transferência da capital federal se tornará o grande desafio de JK, sua meta síntese (JABUR, 2002).

<sup>24</sup> Um decumanus era uma rua ou via, orientada Leste-Oeste nas povoações romanas, já o Cardus era a rua ou via no sentido Norte-Sul. Quando centrais na planta da cidade recebiam a denominação de Decumanus maximus e Cardus Maximus. O Fórum estava normalmente localizado próximo do cruzamento destas duas vias principais.

Figura 5 - Desenho de Lúcio Costa para o concurso de projetos para a nova Capital Federal



Fonte: Costa (2018).

Brasília estava em plena conformidade com as teorias isebianas<sup>25</sup> do **nacionalismo desenvolvimentista**, ela era capaz de dinamizar os setores da economia que o Plano de Metas de JK pregava - indústria de base, transportes e energia (SKIDMORE, 2000).

O grupo do ISEB - O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, trabalhou no sentido de retirar as conotações direitistas do nacionalismo, e de associar o Brasil ao movimento terceiro-mundista então emergente e, aparentemente, bem sucedido. Uma ideologia nacionalista seria capaz de forjar uma aliança política que atravessasse as barreiras de classe e pudesse unificar a nação contra aqueles que se opunham ao seu progresso. Progresso, ou melhor, “desenvolvimento”, era quase idêntico a industrialização, que seria realizada através da ação de um Estado modernizado e intervencionista (SKIDMORE, 2000).

Brasília é um caso peculiar de laços paradoxais entre a intelectualidade, engenheiros e arquitetos, muitas vezes com tendências socialistas e o Estado.

A partir do governo de Juscelino e da construção de Brasília a ideia de **planejamento** ganha fôlego no interior do Estado Brasileiro. Como instrumento de ocupação do interior desabitado do centro do Brasil, ela era uma continuidade da “Marcha para o Oeste” do governo Vargas (SKIDMORE, 2000). Além de uma função de ocupação das regiões desabitadas e atrasadas do Brasil central, a nova

<sup>25</sup> ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Instituto criado em 1955, continuidade do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, entidade civil que congregava intelectuais e técnicos governamentais, promovendo seminários sobre a conjuntura político-econômica do país.

capital seria planejada com papel de servir de pólo **irradiador de modernidade** para o restante do país. “Em primeiro lugar, Kubistchek concebia a construção de Brasília como a causa, não o resultado, do desenvolvimento econômico do centro-oeste do Brasil.(...), deslocando do litoral para o interior o eixo do desenvolvimento econômico, ele pretendia construir uma rede de interligações que se irradiava do centro do país rumo a todas as regiões do país, em um grande projeto de integração nacional” (HOLSTON, 1993, p. 90).

As expressões de escala, harmonia e disciplina espacial e social nortearam a construção da nova capital, uma cidade tecnocraticamente planejada pelo Estado desenvolvimentista, devendo se mostrar neutra e monumental. Mais que isto, Brasília deveria funcionar como um mito de fundação de uma nova sociedade e de um novo país, rompendo com o passado “apontando somente para o futuro” e negando as “condições existentes na realidade brasileira” (JABUR, 2002, p. 8).

O que significa, é claro, que neste continente a modernidade foi um caminho para se chegar ao desenvolvimento, não sua consequência: a modernidade impôs-se como parte de uma política deliberada para conduzir ao desenvolvimento, e nessa política a cidade foi um objeto privilegiado (GORELIK, 2005, p. 49).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A participação da intelectualidade do movimento modernista brasileiro na elaboração de uma síntese entre o arcaico e moderno foi fundamental para constituição de um senso de pertencimento a cultura bem como na aceitação de um modo de fazer e construir moderno. Tal expediente produziu um processo intrincado e rico proporcionando em menos de duas décadas uma guinada na aceitação da arquitetura e arte moderna. Primeiramente como um discurso oficial da cultura nacional e, posteriormente tornando uma forma de expressão com a livre adesão dos mais variados entes privados. Estas duas décadas compreende o período que vai das experiências iniciais na capital paulistana, na qual tomaram a frente nomes como Warchavchik e Flávio de Carvalho, passando visita de Le Corbusier e a ‘conversão’ de parte dos arquitetos cariocas, Lúcio Costa incluso, tornando a arquitetura moderna uma forma de fazer ‘essencialmente brasileira’.

Tal operação teve necessariamente que afastar receios da sociedade brasileira, conservadora em muitos aspectos, para que a nova arquitetura pudesse se efetivar em território brasileiro. Neste aspecto a participação da intelectualidade na



constituição de uma síntese entre o tradicional e o moderno operou sobremaneira para a mudança de posição das classes dirigentes neste curto período.

Uma gama de ações que vão desde a construção de instituições, espaços bem como uma extensa pesquisa sobre o passado brasileiro visando encontrar traços de união que pudessem auxiliar na constituição de um sentido de nacionalidade brasileira. Evidentemente um sentido que integrasse firmemente as novidades estéticas, sociais e políticas urdidas nos trabalhos das vanguardas europeias, com destaque para a arte e arquitetura moderna.

Tal operação buscou no passado elementos que neutralizasse os receios de uma elite cultural e financeira em relação aos postulados modernos, fazendo de tal forma que a única alternativa viável após todo este esforço seria entender que a sociedade brasileira e o moderno já se relacionavam desde os momentos iniciais da formação do Brasil. Ou, nos dizeres de Mário Pedrosa o Brasil seria desde sempre um país condenado ao moderno.

O aparente paradoxo torna-se tão mais aparente quando constata-se que mesmo nos países centrais do capitalismo da primeira revolução industrial já apresentava o processo de modernização da cultura e das relações sociais sem que tal processo redundasse em perda de poder político e do controle social. A modernização, mesmo europeia, não conseguiu superar o obstáculo da sociedade cindida em classe que seria superada pelo próprio processo de modernização.

No caso brasileiro isto é ainda mais aparente quando nos deparamos com um sociedade que manteve traços pré-modernos até os estertores do século XIX. Monarquia, escravidão, democracia claudicante, acomodação das elites agrária com um modelo econômico arcaico entre outras, fazia os oitocentos serem audíveis pelo menos até metade do século XX, senão na sua totalidade.

Evidentemente seria possível elencar inúmeras ações, de intelectuais não ligados às questões da arquitetura e do urbanismo, no entanto, ainda não tenham sido os únicos a opera o abasileiramento do modernismo europeu, é forçoso entender como central a ação de artistas, arquitetos e urbanistas nos esforços de modernização iniciados em 1922 e tornados ação de estado após o Estado Novo.

Se há um possível efeito louvável para os trabalhos desta geração, a modernização do mundo da cultura no Brasil, podemos acrescentar um efeito nada lisonjeiro que foi uma transição incompleta do arcaico para o moderno, na qual o Brasil manteve intacto contradições e problemas sociais datados do império e colônia. Ou como bem disse Lampedusa em 'O Leopardo' tudo deve mudar para que tudo fique como está.

Ainda que o resultado possa nos parecer insuficiente no sentido último de constituição de uma subjetividade moderna, cultural e arquitetônica, temos

que ter em mente que foi justamente mediante este processo de enfraquecimento/esmaecimento das energias utópicas do modernismo que possibilitou ao Brasil uma atualização cultural, ainda que cambaleante. O moderno, com sua aversão ao passado e desejo manifesto de destruição deste para a construção do 'novo', posto em prática pelos intelectuais citados neste trabalho, e principalmente a presença constante de Lúcio Costa, não conseguiria obter sucesso não fosse uma operação deliberada de estabelecer uma interação entre tradição e modernidade.

## REFERÊNCIAS

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva. 2002.

BUZZAR, M. A. **João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da Arquitetura Brasileira, 1938-1967**. 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, FAUUSP, São Paulo, 1996.

COSTA, Lúcio; Costa, Maria Elisa (orgs.). **Registro de uma vivência**. São Paulo: Editora 34/SESC. 2018.

COSTA, Lúcio. Razões da Nova Arquitetura. In XAVIER, Alberto (org.). **Arquitetura Moderna Brasileira: depoimento de uma geração**. São Paulo: Pini, ABEA e FVA, 1987.

GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Tradução: Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

HOLSTON, J. **Cidade Modernista: uma Crítica de Brasília**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

JABUR, P. A. C. **Brasília: o avesso da Utopia**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/bsb/urbanistico>. Acesso em: 7 out. 2003.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O Leopardo**. Tradução Mauricio Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec-USP 1993.

LE CORBUSIER. **Por uma Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva. 1971.

LUKÁCS, G. A **Ontologia do Ser Social**: os princípios fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, C. A. F. **Arquitetura e Estado no Brasil**: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lúcio Costa 1924/1952. 1987. Dissertação (Mestrado) - FFLCH – USP, 1987.

PEDROSA, M. **Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SKIDMORE, T. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TAFURI, M. **Projecto e ideologia**: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo. Lisboa: Presença, 1985.

TINHORÃO, José Ramos. **Pequena História da Música Popular**: da modinha à canção de protesto. Petrópolis: Vozes, 1974.

XAVIER, Alberto (org.). **Arquitetura Moderna Brasileira**: depoimento de uma geração. São Paulo: Pini; ABEA e FVA, 1987.

### **III - Cidade, Educação e Movimentos Sociais**

# QUADRANTE INSURGENTE: Ocupação e luta por moradia em Palmas

Ana Carla de Lira Bottura<sup>26</sup>  
Olívia de Campos Maia Pereira<sup>27</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de ocupação de Palmas, capital do Tocantins, ao longo dos seus pouco mais de trinta anos, vem sendo continuamente apresentado enquanto objeto de estudo no meio acadêmico, em grande parte com um enfoque direcionado às discrepâncias verificadas entre o projeto básico inicial e a sua materialização. Como pano de fundo da contribuição proposta pelo presente artigo, tomamos como ponto de partida um viés interpretativo que enfoca a sua condição enquanto cidade neoliberal (BOTTURA, 2017, 2018, 2019) e a sua ocupação segregada e dispersa, assim como a hostilidade do seu projeto urbanístico e a violência institucionalizada da sua implantação (MAIA, SANTOS; CARVALHO, 2019), enquanto parte integrante e necessária à plena realização do seu estabelecimento como fronteira de acumulação do capital no cerrado brasileiro. Nascida e criada como mercadoria comercializada pelo próprio Estado, Palmas traz, não apenas em sua história como principalmente em seu território, as marcas do princípio segregacionista que se desenvolve desde os seus primeiros anos de existência, que relegou à população pobre as zonas periféricas da cidade ainda em fase construção.

É neste breve contexto de exclusão e permanente naturalização de desigualdades que situamos a nossa leitura de um trecho da malha urbana projetada que abriga os primeiros episódios de conflito por moradia em Palmas. A ocupação popular das quadras localizadas na Área Residencial Noroeste, também conhecida como ARNOs, inicialmente idealizada enquanto “Setor das Mansões” (de acordo com um dos entrevistados da pesquisa), representa uma ruptura na lógica mercadológica de uma parcela importante de solo urbano, à qual denominamos Quadrante insurgente. Para além da Vila União, história de resistência e luta por

---

<sup>26</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP), Mestre em Antropologia Urbana (Universitat Rovira i Virgili, Espanha), Arquiteta e Urbanista (UFBA). Professora substituta no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT e adjunta no curso de Arquitetura e Urbanismo da UniCatólica do Tocantins. E-mail: acclira@gmail.com.br.

<sup>27</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP), Mestre em Urbanismo (PUC-Campinas), Arquiteta e Urbanista (Unesp-Bauru). Professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFT). E-mail: oliviamai@uft.edu.br.

moradia já conhecida no imaginário local sob o viés da estigmatização, apresentamos a seguir um olhar ampliado para a região das ARNOs, que revela nuances históricas já quase apagadas na memória urbana local.

O presente artigo se propõe a trazer histórias contadas por pioneiros frequentemente invisibilizados, e mesmo criminalizados no imaginário local: aqueles que participaram da construção das primeiras ocupações informais dentro dos limites na malha urbana projetada, os ditos “invasores”.

Com o objetivo de dar voz a múltiplos narradores – que oportunizam novas versões de uma mesma história e revelam novos campos de investigação – optou-se pelo uso das narrativas como principal fonte de pesquisa, buscando na evidência de fatos coletivos a constatação de que “a memória de um pode ser a memória de muitos”, como sugere Sônia Maria de Freitas no prefácio da edição brasileira do livro de Thompson (1992, p. 17). Tal escolha justifica-se por estarmos lidando com acontecimentos recentes, dos quais muitos participantes diretos encontram-se presentes e dispostos a partilhar experiências vividas. Na “cidade do tempo ausente” (SILVA, 2010), onde tudo está por construir, inclusive a história, muitas são as possibilidades de interpretação e de usos políticos do passado, ao que se pretende contribuir com os relatos aqui apresentados.

No âmbito da pesquisa que deu origem a este artigo, foram realizadas e transcritas, de novembro de 2016 a março de 2019, entrevistas semiestruturadas com 26 representantes de movimentos populares e pioneiros de ocupações informais (aqui intitulados Agentes Sociais) e 14 Agentes Públicos (funcionários de instituições públicas e antigos gestores locais). Para efeito desta publicação, e tendo em vista a privacidade dos informantes, os respectivos nomes foram ocultados<sup>28</sup>, com exceção do ex-governador Moisés Avelino, cuja identidade está diretamente ligada a história da cidade.

## 2 CIDADE IMÃ

Eu tava trabalhando no Mato Grosso quando eu soube. No dia que tava inaugurando aqui a gente pegou lá num rádio, aí os cara disseram lá: “Ê, rapaz...tá saindo uma cidade lá no Tocantins por nome Palmas...lá vai ser bom!”. Foi aí que eu disse: “Sabe...eu vou-me embora. Se prestar eu vou trazer minha família pra gente viver junto...pra parar de estar distante de casa”. Porque lá no Maranhão a gente não tem refrigério, não tem jeito pra a gente viver. Se você vai dar uma diária de serviço hoje... aqui custa 75, lá custa 25 reais. (Narrador 1)

<sup>28</sup> Para mais informações acerca dos entrevistados ver Bottura (2019).

A narrativa acima é uma pequena amostra do poder de atração que a construção da nova capital, iniciada em 1989, exerceu sobre a população do entorno do Tocantins, sobretudo de regiões mais pobres e de trabalho escasso, despondo como oportunidade de melhores condições de sobrevivência e constituição de patrimônio. Em todas as entrevistas realizadas com os agentes sociais foram registrados relatos que ilustram facilidades de acesso aos lotes urbanos na ocasião da implantação da cidade. No entanto, é de conhecimento público que os critérios subjetivos utilizados para as doações de lotes, criou barreiras para uma parcela da população migrante, tendo havido um contingente não estimado de famílias que retornaram aos seus locais de origem, tendo em vista as dificuldades encontradas, não apenas com relação aos imóveis como também às duras condições de vida encontradas nos primeiros anos.

A indissociabilidade entre capitalismo, desigualdade e segregação socioespacial constitui-se como premissa básica da distribuição da população nos processos de urbanização (HARVEY, 2005). Previsível seria, portanto, que na idealização de Palmas, típica cidade mercadoria de fins do século XX, o lugar destinado à população de baixa renda fosse periférico. O papel do Estado enquanto primeiro e principal especulador na implantação da cidade e o processo de mercadificação de terras como premissa para a sua construção, conduz-nos à constatação de que a periferação que se desenvolve concomitantemente à construção da cidade, longe de ser consequência indesejada ou desvio, revela-se como elemento estruturante do próprio sistema capitalista de produção do espaço urbano (BOTTURA, 2017).

O processo de formação da periferia de Palmas, em sua essência, não difere daquela que aconteceu em Brasília, algumas décadas antes. O anúncio da construção da capital federal, serviu como imã a um expressivo contingente populacional no intuito de atender à demanda por mão-de-obra não especializada e de baixa qualificação, demanda esta responsável por um massivo êxodo, não apenas rural, como também de zonas de urbanização incipiente no seu entorno, além da atração de pessoas advindas das mais diversas regiões do país em busca de oportunidades no Distrito Federal. As cidades-satélites, que nascem antes mesmo do Plano Piloto e crescem concomitantemente à sua edificação, constituem o território destinado a esta população de migrantes pobres, de maneira a evitar o seu assentamento nos limites da cidade planejada, garantindo, assim a sua não descaracterização (PAVIANI, 1987).

Passados 30 anos da criação de Brasília, também com função administrativa, mas visando atender às demandas econômicas regionais ligadas à expansão do agronegócio no interior do país, cria-se Palmas. Admitindo-se as diversas similaridades e divergências entre as duas cidades, tanto do ponto de

vista da sua composição formal, quanto ideológica, interessa-nos aqui destacar a ausência de novidades na precocidade do processo de periferização por qual passou Palmas, consequência do mesmo fundamento que impulsionou a segregação socioespacial na sua vizinha Brasília: o estratégico desenvolvimento desigual. De acordo com a leitura de Smith (1988):

A lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção. O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se beneficiar com taxas de lucro mais altas. A imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre o valor de uso e valor de troca. (SMITH, 1988, p. 19)

A teoria defendida pelo autor, reforça o caráter espacial do desenvolvimento desigual, entendendo-o enquanto expressão inerente à produção capitalista do espaço urbano. A partir deste entendimento, faz-se possível desconstruir discursos e leituras que tendem a atribuir ao surgimento das periferias em cidades projetadas o espectro da contradição, da espontaneidade, do inesperado. Tanto nas interpretações iniciais de Brasília, quanto em uma importante parcela de publicações acerca da criação e ocupação de Palmas, o fenômeno da ocupação periférica é frequentemente visto como consequência de um crescimento desordenado, contrariamente ao planejado.

No caso de Palmas, o Estado, em associação a agentes imobiliários, aparece, flagrantemente, como peça chave na constituição de um tecido urbano fragmentado, disperso e socialmente segregado. Do ponto de vista da produção capitalista do espaço urbano, sobretudo tratando-se da sua etapa neoliberal, o “mito” do Estado mínimo se traduz em uma intensa participação do poder público no papel de facilitador de ações direcionadas à venda e gestão da cidade-empresa-mercadoria. Ao abordar esta dinâmica em escala macro, entendendo-a enquanto estrutural no sistema capitalista, amplia-se o horizonte das discussões focada nos caprichos e interesses dos gestores políticos, agregando ao olhar os artifícios sob os quais a lógica do capital se atualiza e instaura sua própria ordem onde comumente se vê o “crescimento desordenado”.



Os bairros de Taquaralto e Jardim Aurenys I (e posteriormente Aurenys II, III e IV), situados no extremo sul de Palmas, a cerca de 20km do centro da cidade e fora dos limites da cidade projetada, foram o endereço destinado à população de baixa renda, por meio de doações de lotes, que ao mesmo tempo em que pacificavam as demandas imediatas desse perfil populacional, gerava uma relação de vínculo entre o Estado e a população mediada pela gratidão e pela consciência da obrigação de retribuição ao doador (ROLNIK, 2015). Esta política de doação de lotes, iniciada já em 1990, surgiu como resposta às primeiras ocupações informais localizadas em quadras da região central da cidade. Os relatos que se seguem trazem uma versão dos fatos ocorridos neste contexto da luta pelo direito de habitar as localizações privilegiadas desse espaço urbano em conformação, próximas às oportunidades de trabalho, providas de infraestrutura urbana adequada e facilidade de transporte público. Tratam, portanto de histórias de luta e de resistência em uma zona de grande expectativa de valorização imobiliária nos primórdios da cidade. É importante ressaltar que algumas das histórias aqui relatadas são praticamente desconhecidas pela maior parte da população de Palmas, em sua maioria ausentes de registros, vivas apenas na memória dos seus protagonistas, aqui visibilizados. Com exceção da Vila União, que já foi alvo de estudos acadêmicos (COCOZZA, 2007; OLIVEIRA, 2016), todas as outras ocupações não passam de “rumores” presentes no imaginário coletivo dos moradores mais antigos e aqui se apresentam por meio da narrativa daqueles que as vivenciaram.

### 3 PRIMEIRAS OCUPAÇÕES

...eu vim pra cá pras ARNOs, que era tipo uma invasão na época, a ARNO32 era invasão e a 33 estava sendo legalizada, até que na época existia uma guerra entre governo e prefeitura, porque a parte da região norte não era pra ficar os pobres, o pobres eram pra ir pra as Aurenys, Taquaralto e quando cheguei... muita gente já por insistência invadia muito essa área aqui do lado da região norte... (Narrador 2)

Aí a gente não queria invadir, né? Nesse período foi muito fácil pra invasão dessas ARNOS que foi aberta... mas aí pra nós era muito difícil, porque meu marido trabalhava na firma e não tinha tempo de ficar lá correndo atrás... (Narrador 3)

Pra terminar, juntaram muita gente contra mim, jogavam caminhão em cima de mim, botava revolver na minha cara, mandava eu sumir daqui ... diz que aqui eu

era o culpado de ficar invadindo a quadra. Não era quadra invadida, era quadra autorizada pelo governo Moises Avelino. (Narrador 4)

Antes de tudo faz-se necessário pontuar brevemente um debate já bem conhecido nos estudos que envolvem os movimentos sociais e a luta pela moradia no Brasil, que é a distinção entre os termos “invasão” e “ocupação” de imóveis urbanos ou rurais. Enquanto o primeiro carrega consigo o estigma da ação ilegal, criminosa e condenável, o segundo, interpretado enquanto ato político, atenua a carga negativa do primeiro por representar uma ação coletiva direcionada à reivindicação pelo direito constitucional à moradia e ao cumprimento da função social da propriedade. Miagusko (2008, p. 58) aponta a disputa simbólica dos movimentos de moradia pela nomeação da ação, como a forma mais visível de seu aparecimento político. “O termo ocupação já carrega um excesso porque antepõe o direito à moradia nos limites do direito à propriedade privada”.

Nos depoimentos colhidos acerca da formação de Palmas junto aos diversos agentes sociais, a predominância da palavra “invasão”, “invasor”, “invadir” e suas conjugações, especialmente referindo-se a esta fase inicial, demonstra um posicionamento de grupos formadores de opinião que é amplamente reproduzido, indistintamente. Vistas como os primeiros problemas surgidos no processo de implantação da cidade, as ocupações foram e seguem sendo alvo de combate e estigmatização, mesmo após décadas de consolidação de algumas destas áreas.

É fato que, dado o baixo grau de organização dos grupos que realizaram as ocupações registradas nos primeiros anos da cidade, verifica-se, em um primeiro momento, uma certa carência do teor politizador da luta por moradia, que se desenvolve paulatinamente até a fase seguinte, quando surge o primeiro movimento organizado (BOTTURA, 2019). Ainda assim, entende-se que ao ocuparem terras públicas para fins de moradia, e, portanto, para uma necessidade básica do ser humano – sobretudo num contexto de excepcionalidade, como a construção de uma cidade nova, quando tudo está em fase de definições – estes grupos denunciam o perfil excludente e segregador do projeto em execução e a ação diretiva do Estado em sua condução. Assim, para além da persistência terminológica, a persistência do estigma do invasor relaciona-se com o que Villaça (2011, p. 48) chama de “naturalização dos processos sociais”, quando uma ideologia dominante se torna plenamente aceita pela maior parte da população, que a adota como verdadeira e passa a reproduzi-la indistintamente. Esta naturalização, por sua vez, atua como parte fundamental do processo de construção de consensos na produção da cidade capitalista neoliberal.

Ainda com relação ao uso do termo “ocupação”, recorrentemente utilizado para designar a distribuição da população no território, esclarecemos que aqui foi adotada uma classificação de acordo com as diferentes naturezas

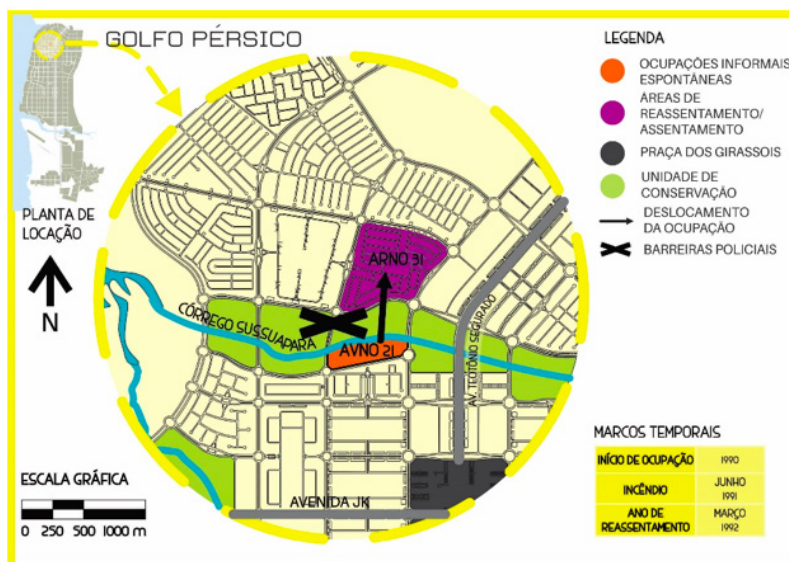
encontradas: ocupações formais (resultado de processo de compra ou doação pelo poder público), ocupações informais espontâneas (aquelas surgidas pela ação popular) e ocupações informais dirigidas (aquelas originadas pela ação inicial de um agente ligado ao governo).

### 3.1 Golfo Pérsico

A primeira ocupação informal espontânea para fins de moradia que se tem registro na história oral da cidade deu-se por volta de 1990, às margens do Córrego Sussuapara, localidade próxima à Praça dos Girassóis, coração da cidade, onde estava sendo construído o Palácio do Araguaia e demais edifícios administrativos.

Chamavam Golfo Pérsico porque era uma guerra. Naquele tempo, não teve aquela guerra lá? Então... eles botaram o nome porque lá era uma guerra terrível. A polícia vinha e metia a taca de tarde, de noite eles voltavam novamente, então por isso que eles consideraram lá como o Golfo Pérsico. (Narrador 2)

Figura 6 - Mapa de localização do Golfo Pérsico



Fonte: Bottura (2019).

Iniciada durante o primeiro governo do Siqueira Campos, a ocupação, de rápido crescimento, foi um dos fatos que motivou colocação de barreiras policiais nas entradas da cidade pelo então governador Siqueira Campos.

Na época do Golfo Pérsico o Siqueira colocou um caminhão aí da polícia, pra passar o pessoal [que chegava] pras Aurenys... Porque ele não conseguia tirar eles [os que já estavam]... ele via aquele tanto de gente que já tava ali e ele não conseguiu tirar. Daí fechou pra não aumentar, porque senão todos que chegassem iam ficar tudo ali e então ia virar uma invasão só... (Narrador 2)

O Narrador 5 é um dos pioneiros do Golfo Pérsico, tendo chegado ao local em 1989, antes mesmo deste se configurar como uma área improvisada de habitação. Às margens do córrego Sussuapara, distante cerca de 2km do Palácio do Araguaia, uniu-se a dois amigos que ali já se encontravam, em um barraco de palha e lona no qual foi montada a Servitex, empresa responsável pelo fornecimento de marmitas para os funcionários públicos dos prédios administrativos e trabalhadores da construção que por ali circulavam.

Quando a multidão do Golfo chegou nós já estávamos lá... quando nós chegamos não tinha ninguém. Nós fomos os pioneiros realmente. Depois veio a Dona Sônia, uma senhora que montou um restaurante lá... (Narrador 5)

A total carência por serviços básicos na fase inicial da cidade, compunha uma enorme demanda, captada e explorada pelos pioneiros do setor de comércio e serviços.

Eu me instalei lá por causa da Servitex, mas também com essa visão de montar negócios, pra receber mesmo esse povão, entendeu?[...] As pessoas chegavam carentes de tudo, porque não tinha hotel, então as pessoas quase que não dormiam aqui. Mas pra comer era obrigado. Então a gente fornecia essas marmitas e também vendia o PF [Prato Feito]. Aí depois, perto do palácio começou a criar um fluxo de gente vendendo uma coisa, vendendo outra... depois esse movimento foi lá pra Rodoviária. (Narrador 5)

O informante relata que entre 1990 e 1991 deu-se início à chegada de pessoas em busca de moradia às margens do Córrego Sussuapara, em um ritmo tão acelerado que, em pouco tempo, já era possível contabilizar centenas de barracos de lona preta. Só então a ocupação passou a ser conhecida como Golfo Pérsico

e continuou a receber famílias incessantemente até o seu despejo, em março de 1992, chegando a reunir, de acordo com os informantes, a um número estimado entre 2000 a 3000 moradores. O Narrador 6 chega em fevereiro de 1992 e relata sobre a dureza do ambiente na época:

O lugar era muito barro. Eu tinha meu barraco aqui... fazia um buraco bem aqui pra fazer as necessidades, cercava com plástico... o outro já fazia o dele aqui encostado. Era aquele cheiro forte... A vivência não era tão boa, não. Era boa porque a gente não tinha pra onde ir e se acomodava ali, né? Tinha muita criança também. A gente também tomava banho, bebia do correguinho que passava ali, o Córrego Sussupara. A vivência era essa, que quase não tinha nada ainda. (Narrador 6)

Ao que tudo indica, o marco para o crescimento acelerado do Golfo Pérsico coincide com a eleição do Moisés Avelino para o governo do estado e a suspensão do controle de entrada nos limites da cidade. Outro aspecto que coincide com relatos das demais ocupações iniciadas durante a segunda gestão do governo estadual, é a ocorrência de ações articuladas junto à população, por meio de funcionários públicos ligados diretamente ao governador, voltadas para a ocupação de quadras ociosas. Uma destas ações seria a reunião de pessoas do Golfo Pérsico para a ocupação da Quadra ASR-SE75 (atual 712N) e da ARNO33 (307N). De acordo com relatos, as duas ocupações – aqui denominadas como “ocupações informais dirigidas”, tendo em vista a mediação por agentes públicos – aconteceram no mesmo dia, na noite de Natal de 1991:

A [ARNO]33 foi invadida no dia 24 de dezembro de 1991. Na época a gente foi convidado porque tinha um bocado de gente ali no governo que fazia reuniões junto com a gente... E aí a gente foi convidado pra ir pra [ASR-SE]75. Foi muita gente. Eu mesmo não fui... Mas como eu tive na reunião, fui convidado pra ir. E lá começou 2 horas da manhã, na 75. E a Vila União, que é a [ARNO]33, começou às 7h da manhã. No mesmo dia eles fizeram as duas. (Narrador 6)

Parte dos moradores do Golfo se distribuiu entre as duas ocupações, sendo que, posteriormente, alguns retornaram da ASR-SE75, quando o governador ordena que a mesma seja desocupada, tendo em vista a previsão do seu uso para atividades industriais. Esta declaração não evitou que a quadra fosse efetivamente ocupada. Já os ocupantes da ARNO33 permaneceram no local,

constituindo-se como elemento de pressão junto ao poder público. Sua consolidação será abordada no item a seguir.

O fim do Golfo Pérsico é frequentemente relatado como tendo sido motivado por um incêndio devastador, identificado como o fato que leva o então governador a reassentar as famílias que ali estavam. De acordo com o Narrador 3, ex-funcionário da CODETINS (Companhia de Desenvolvimento do estado do Tocantins):

Em 1991, aproximadamente no mês de maio pra junho de 91, tinha aproximadamente 2 mil famílias aqui [no Golfo Pérsico]. Pegou fogo... queimou tudo, ficou no zero. Essas 2 mil famílias que estavam aí ficaram sem nada. Graças a Deus que não morreu ninguém...só foram bens materiais. Aí teve que iniciar do zero. O Governo de imediato já ajeitou lona pra todo mundo, abriu a quadra ARNO31 e já começou assentar. (Narrador 3)

Já de acordo com ex-moradores do Golfo, o incêndio de fato aconteceu, no entanto, não atingiu as proporções descritas pelo informante (e também pelo próprio Moisés Avelino), resumindo-se a uma área restrita da ocupação. Além disto, não seria essa a causa efetiva do microparcelamento da quadra ARNO31 (303N) para o reassentamento das famílias promovido por Avelino e, sim, a pressão popular que já se havia estabelecido pela ocupação da ARNO33, não apenas por pessoas oriundas do Golfo, como de outras regiões da cidade. A dissolução do Golfo Pérsico constituiu-se, assim, como o ponto de partida da Vila União.

### 3.2 Vila União

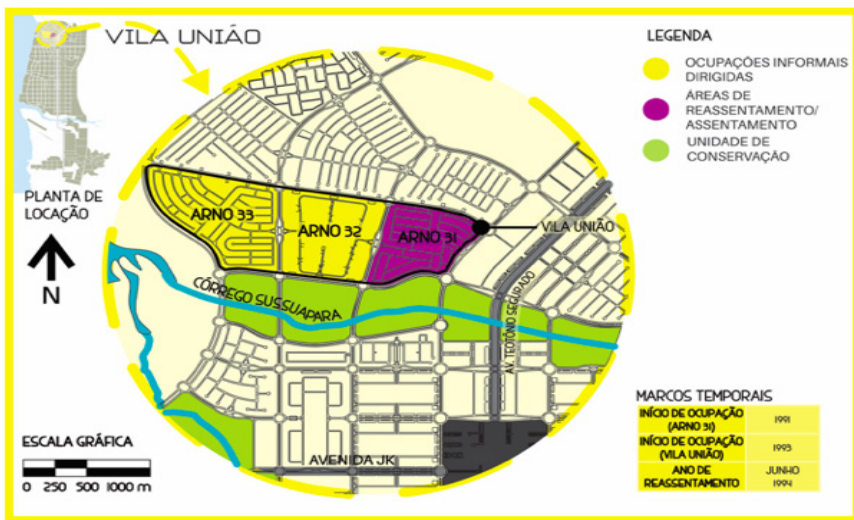
Esse nome quem deu foi o senhor que se chama Nivaldo, ele morreu também ... morreu do coração e esse nome ficou. “Vou botar o nome de Vila União pra todo mundo ter união aqui nessas quadras”. É o que aconteceu, então esse nome nunca saiu ... já tentaram tirar esse nome mas não tira, é um nome antigo... velho. (Narrador 4, 2018)

A Vila União é composta pelas quadras ARNO31, 32 e 33 (303N, 305N e 307N. Figura 2) e se configura no imaginário da população de Palmas como a grande “invasão” que deu certo. Por esta mesma razão, é possível encontrar moradores que não gostem de ser identificados por esta referência, uma vez que é a única região dentro dos limites do “plano diretor” que resistiu e mantém nome de bairro, escapando à denominação genérica e impessoal das siglas e numerações

de quadras. A forte identidade percebida, não apenas no nome, como, principalmente, na apropriação dos espaços públicos pela população e na sua relação com o bairro (COCOZZA, 2007; OLIVEIRA, 2016), faz desse espaço um retrato da resistência popular e, ao mesmo tempo, uma marca no projeto da cidade neoliberal.

[...] eram quadras doadas a empreiteiras e a políticos e a pessoas ricas de fora, para o governo ter apoio deles em Brasília. Por exemplo: o empresário tinha um supermercado lá em Goiânia. Aí diziam... “Se você vier pra Palmas, se montar o supermercado em Palmas eu te dou uma quadra, te dou 20 lotes”. Aí a pessoa vinha, só que chegava e via só poeira e não queria ficar... deixava o lote lá. O que o próprio governo fez? Mandou invadir. Criou o próprio movimento extraoficial e esse movimento invadiu. (Narrador 7)

Figura 2 - Mapa de localização da Vila União



Fonte: Bottura (2019).

Além da função de reassentamento das famílias desabrigadas pelo incêndio, o ex-governador Moisés Avelino justifica a decisão de iniciar o parcelamento e ocupação da ARNO31 – e logo em seguida das demais quadras das ARNOS – por famílias de baixa renda devido à necessidade de conter o grande número de “invasões” que naquele momento se desenvolviam em áreas de proteção de mananciais, sobretudo nos fundos de vale, sem deslocá-los para áreas tão distantes do centro, como Taquaralto e Aurenys. As três quadras

que compõem a Vila União foram parceladas entre 1991 e 1993 e nelas foram reassentadas famílias que ocupavam, de maneira dispersa, diversas áreas de fundo de vale no entorno no Palácio do Araguaia, às margens do Córrego Sussuapara e assentados novos ocupantes, que chegavam diariamente à capital. A primeira quadra a ser loteada e legalizada foi a 31, seguida da 33 e só então da 32, ambas já ocupadas pela população (Fig. 2).

Situações de excepcionalidade<sup>29</sup>, como o caso da construção de uma nova cidade, são capazes de produzir um número sem fim de situações inusitadas, porém aceitáveis, dado o contexto nos quais se inserem. A Vila, embora tenha localização privilegiada com relação à região central da cidade, teve um processo de construção periférico, tanto no sentido do tratamento dos espaços públicos e privados, como no seu gerenciamento: algo como uma “autogestão improvisada assistida pelo poder público”. A abertura das quadras contou com a participação ativa de cidadãos, convocados pelo governo para liderarem todas as etapas do processo. O Narrador 6 foi uma dessas pessoas:

Pra abrir essa quadra aqui tinha que ter uma pessoa responsável por ela e naquelas alturas não teve pessoas para assumir aquele trabalho. Aí botaram um carro de som e perguntaram quem é que tinha coragem de assumir esse trabalho. Eu disse assim: “eu tenho coragem”, porque eu era acostumado a mexer com bastante gente né?! Aí eu enfrentei. Veio o Josino Guerra, que era o sobrinho do Moisés Avelino: “[...] é assim dessa maneira que você vai tocar as coisas: nós vamos abrir as quadras, nós vamos te dar as máquinas, nós vamos te dar o conforto que é preciso pra abrir a quadra ... pra você dar ela formada dentro de 90 dias”. Aí eu tirei o povo das áreas verdes, fui trazendo pra cá, fui enchendo, depois fomos abrir as ruas ... empiqueamos as ruas. [...] Eu tinha 15 pessoas que me acompanhavam e que trabalhavam comigo na associação. (Narrador 6)

A mão-de-obra utilizada era das próprias famílias assentadas e reassentadas, contratados pelo governo, também por intermédio dos “presidentes de bairro”, que organizavam a seleção de trabalhadores de acordo com as habilidades e demandas. De acordo com Moisés Avelino (2019), o envolvimento da população nas construções se justifica pelo alto índice de desemprego que se registrou naquele momento. Desta forma, contando com o pagamento de diárias, os moradores teriam um capital mínimo até as suas casas estarem construídas. Procedimentos como este tornaram-se comuns àquela época, sendo expropriada a mão-de-obra

<sup>29</sup> Aqui nos reportamos à nossa adaptação do conceito de “Cidade de Exceção” (VAINER, 2011).



do trabalhador, não apenas nos mutirões de autoconstrução habitacional, como também em obras públicas de infraestrutura urbana na periferia sul.

Os procedimentos para doação de lotes aos que chegavam também passavam pelo informante, que distribuía um documento com efeito de contrato provisório, contendo o número do lote, o nome e a assinatura da pessoa. Salientamos que o mercado de terras que se configurava formalmente em Palmas naquele momento, tinha seus equivalentes na informalidade que se desenvolvia concomitantemente. O controle da distribuição de terras para a população que chegava, não apenas à Vila, mas também nos Jardins Arenys, Taquaralto e todas as quadras com lotes doados neste período, era artesanal, por meio desses contratos provisórios ou por senhas (leia-se papéis com números) a partir das quais se fazia a entrega dos lotes à medida que havia disponibilidade em quadras já abertas. No entanto, a fragilidade de tal estratégia admitiu a ocorrência de diversas situações de fraude, permitindo que muitos se utilizassem deste momento de “farra” de terras para o lucro individual.

Muita gente fazia negócio. Teve gente aí que com uma senha só, tirava xerox... ele vendia um lote para 3, 4 pessoas e ia embora, aí depois juntava os 3 num lote só dizendo que era o dono...Tinha mulher que chegava e dizia que era mãe solteira e já pegava o lote dela, o marido chegava e já pegava o dele... aí depois dizia que ia embora... aí eles vendiam aquela senha como se fossem embora. Ia lá e batia uma procuração que estava vendendo que ia embora... muita gente fazia essa farra e vendia barato, era por bicicleta, várias coisas... então acontecia muita desorganização. (Narrador 2)

Com a fatura de terras, por vezes, os negócios eram feitos por quantias irrisórias, variando de acordo com a demanda e a necessidade. A informalidade, aliada à falta de informação levou também a diversas situações de venda ilegal de áreas verdes. Aqui faz-se necessário pontuar brevemente que o mercado informal de terras na cidade não se restringe a este perfil de população, sendo registrado em diferentes fases da ocupação da cidade, envolvendo diferentes agentes e com ganhos em diferentes escalas<sup>30</sup>.

O crivo da CODETINS para a distribuição de lotes também era informal e subjetivo: dependia das indicações, contatos, empatia, capacidade de emocionar

<sup>30</sup> Para um panorama acerca da comercialização de chácaras de posse do estado, com Licenças de Ocupação (LO) concedidas a particulares, que ocasiona a proliferação de loteamentos clandestinos no entorno da do perímetro urbano, ver Nogueira (2017) e Maia, Bazzolli et al. (2017).

ou pressionar a equipe que lidava com o atendimento ao público. O Narrador 7 era um desses funcionários:

Às vezes a pessoa chegava hoje e falava que queria um lote, eu mandava fazer um cadastro e quando saísse eu avisava. Aí no outro dia a pessoa aparecia perguntando: “Meu lote já saiu?”, eu mandava a pessoa aguardar para o segundo semestre, porque era demorado. Na outra semana a pessoa chegava de novo... Devido àquela insistência, a gente entregava o lote. Às vezes com a facilidade maior do mundo você conseguia um lote. Só dependia de simpatizar com a sua cara... às vezes por insistência da pessoa, ou às vezes pela história que a pessoa contava, ou então por que ela se aliava a um vereador, um amigo... Porque nesse período a gente já tinha tido uma eleição e já tinha vereadores, então muitas vezes os privilegiados vinham dos vereadores que indicavam... “Bota fulano de tal”, “Esse aqui é meu peixe, arranja um lote pra ele”. (Narrador 7)

As oportunidades de acesso à terra nesta fase, portanto, ainda que amplas, não podem ser entendidas como democráticas, uma vez que não eram dotadas de controle e instrumentos que garantissem o benefício a todos de maneira homogênea. Pelo contrário, eram mais uma expressão das relações clientelistas registradas em todo o processo de formação de Palmas.

De todas as estratégias das quais se lançava mão para viabilizar a sobrevivência da mão-de-obra, a “invasão” era julgada como pior e criminalizada pela própria população.

As pessoas diziam: “Rapaz, entra pra dentro de um lotes desses aí, toma de conta de um” e eu dizia: “Não... não quero. Só quero se me derem.” É que eu sou de uma família que tem um pouco de caráter. (Narrador 8)

A regularização fundiária da Vila União foi concluída somente em 1996, após sucessivas tentativas de remoção por gestores municipais e resistência da população apoiada pelo movimento de luta por moradia que então iniciava a sua articulação e ações de mobilização popular. Mesmo com a regularização e sua consequente valorização imobiliária, o estigma persiste até os atuais. Ainda hoje, a Vila é considerada um bairro diferenciado entre as quadras projetadas, quer seja pelo perfil socioeconômico da população, pelo seu padrão construtivo, parcelamento do solo, distribuição do comércio e formas de apropriação dos espaços pela população.

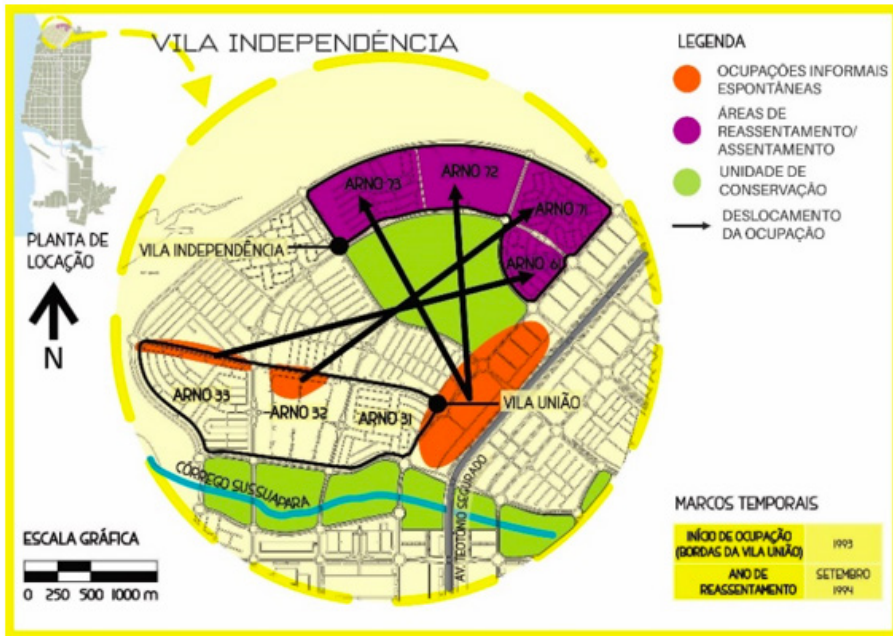
Do ponto de vista histórico, a ocupação da Vila representou a porta de entrada de famílias de baixa renda na região norte de Palmas, surtindo um efeito “bola de neve”, uma vez que a demanda seguia crescendo exponencialmente. A partir dela, novas quadras foram ali abertas para abrigar o mesmo perfil populacional, como é o caso da Vila Independência.

### 3.3 Vila Independência e Sapolândia

O Narrador 9 era seminarista quando chegou em Palmas, no ano de 1992, vindo de Belém, após conclusão dos estudos para formação de padre. Logo se engajou com pessoas do movimento católico já presentes na cidade, onde conheceu pessoas ligadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O grupo passou a se reunir em um local, na ARNO33 (atual 307N), onde o informante conseguiu um lote por meio de doação, com o intuito de realizar celebrações religiosas, o que os levou a fundar no mesmo local, posteriormente, a Igreja São Pedro. Na ocasião das primeiras reuniões, as quadras da Vila União já se encontravam em processo avançado de loteamento e consolidação das famílias ocupantes e, por volta de 1993, novas ocupações informais espontâneas começaram a surgir nas áreas identificadas na figura 03, formadas por pessoas atraídas pelo processo de reassentamento de famílias naquela região. Uma das integrantes do grupo percebeu a situação de extrema carência dos novos ocupantes – que, de acordo com o relato, deviam totalizar cerca de 800 famílias – sobretudo no que diz respeito aos temas de saúde e violência. Sensibilizados com a vulnerabilidade daquelas pessoas, o grupo de religiosos decidiu mobilizar outras pessoas no intuito de articular alguma ação que pudesse resolver aquela situação. Neste ínterim fundaram a Comissão de Assentamento e, em março de 1994, iniciaram uma campanha de mobilização junto ao governo do estado, mais especificamente junto à Fundação Santa Rita de Cássia, então gerenciada pela irmã do governador Moisés Avelino.

Após algumas reuniões com a representante da Fundação, e uma crescente pressão para que a questão fosse solucionada, o governo do estado decidiu destinar 4 quadras na região norte para o reassentamento das cerca de 800 famílias: ARNOS 61, 71, 72 e 73 (atuais 503N, 603N, 605N e 607N).

Figura 3 - Mapa de localização da Vila Independência



Fonte: Bottura (2019).

A ocupação destas quadras para moradia de famílias de baixa renda representava o fim de qualquer possibilidade de reversão deste quadro nas ARNOS, uma vez que, somadas às quadras da Vila União, já seriam 7 quadras utilizadas com este fim, dentre as 11 possíveis de serem habitadas.

Em agosto de 1994, um incêndio<sup>31</sup> na ocupação da ARNO32 (atual 305N) devastou pouco mais de 200 barracos de palha e lona.

Quando cheguei lá na Secretaria de Assistência Social eu vi uma fumaça pra cá, alta, na ARNO32. Aí de lá chamei o motorista. Saímos e quando chegamos ali não tinha mais um barraco em pé. Eram uns duzentos e poucos barracos de palha. Nesse dia tava uma ventania e dizem que foi um fogareiro que uma mulher colocou no cantinho do barraco dela e era um dos primeiros. A Zeneide veio ajudar nós a socorrer as vítimas. Levamos todos pro Colégio da ARNO33, interromperam as aulas e ela conseguiu colchonetes com o pessoal

<sup>31</sup> Até aqui contabilizamos três incêndios, que é um elemento recorrente em ocupações com este perfil, dadas as condições precárias de instalações de botijão de gás, uso de lamparinas, fogareiros e outros. Acidentes desta natureza, em Palmas, são agravados pelo clima local, extremamente quente e seco em algumas épocas do ano.

do governo. Amontoou gente lá de tudo que é jeito. No outro dia já começamos a assentar o pessoal que tava com o barraco queimado. Nisso gerou um tumulto tão grande.... Começou a infiltrar gente de tudo que é lado dizendo que tava lá. A gente tinha cadastro, mas começou a infiltrar gente querendo um lote. Nossa equipe sofreu pra caramba. (Narrador 9)

Em 07 de setembro de 1994, deu-se início ao reassentamento dessas famílias nas quadras ARNO71 (atual 603N) e parte da 72 (atual 605N), contando com o auxílio do governo do estado através da doação de restos de materiais de demolições, madeirites, telhas, lonas e etc. Seguiram-se a estes os reassentamentos das demais áreas, ocupando as quadras ARNO 61 (atual 503N), o restante da 72 e a 73 (atual 607N).

Figura 4 - Mapa de localização das áreas de reassentamento da Sapolândia



Fonte: Bottura (2019)

Em uma referência à data do início das mudanças, assim nascia a Vila Independência, por intermédio pessoas ligadas à igreja católica e às CEBs, que na época se mostravam bastante atuantes na cidade e que tiveram um papel análogo ao que Eder Sader (1988) registrou na periferia de São Paulo entre as décadas de

1960 e 1980. Na publicação que se tornou referência na abordagem dos movimentos sociais em fins da década de 1980, o autor defende a atuação destes como conformadora de um “novo sujeito” coletivo, criado a partir da prática política e social, ao qual mais tarde Oliveira (2007) intitularia “era das invenções políticas”. Neste período, a interação das CEBs com os grupos comunitários periféricos teria resultado na produção de uma sociabilidade que transformou as duas partes e contribuiu para uma reflexão crítica no interior das comunidades, baseadas no método de “ver-julgar-agir” e com desdobramentos relevantes em torno da construção da noção de direitos: “No lugar do pedido de favor apareceram as reclamações de um direito” (SADER, 1988, p. 162).

A quadra ARNO 73, após as primeiras chuvas de fim de ano, apresentou uma grande área de alagamento, tendo uma metade totalmente inundada. Os moradores do local tiveram que conviver com esta situação por quase 2 anos, até serem relocados para as quadras ARNO 41 e 43 (atuais 403N e 407N), abertas para o reassentamento destes e de outras famílias retiradas da quadra ASR-SE55. Esta área de “brejo”, foi o que levou a população a apelidar a quadra de Sapolândia, presente hoje no imaginário de uma parte da população, sem o conhecimento da sua história.

Nos dias atuais, a própria alcunha de Vila Independência já se perdeu enquanto identidade dos moradores da região, frequentemente confundida com a Vila União entre os que não conhecem o histórico destas áreas.

Quando foi fundado as pessoas se reconheciam como Vila Independência. Os primeiros que entraram lá, todo mundo reconheceu. Igual aqui...eu me reconheço como Vila União ainda. Porque na época era Vila União. Hoje a maioria não conhece mais. Mas o que aconteceu também é que no início muitas pessoas venderam seus lotes e foram embora, então, na época, havia uma rotatividade muito grande. Ainda tem, mas hoje ela é menor. (Narrador 10)

Após a instalação das famílias nas quatro quadras, a carência de infraestrutura urbana se estendeu por mais alguns anos. Em uma matéria de “O Jornal” de setembro de 1995 é possível verificar as reivindicações da população junto ao poder público, além de um dos raros registros encontrados de menção à Sapolândia.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao admitir a complexidade e multiplicidade de nuances da vida real, buscamos, com o presente artigo, promover um resgate histórico dos primeiros anos da luta pela moradia em Palmas, a partir de um mosaico composto por pontos

de vista constantemente ocultados na historiografia da cidade. Ao dar voz aos criminalizados e visibilidade à conformação do quadrante insurgente, território de resistência da população de baixa renda em uma localização privilegiada no perímetro urbano, esperamos, assim, trazer à tona a importante contribuição da mobilização popular na subversão (ainda que parcial) de um projeto urbanístico elitizador e excludente, acompanhado de um projeto político altamente segregador, ambos produtos emblemáticos da cidade capitalista neoliberal.

## REFERÊNCIAS

AVELINO, Moisés. Entrevista concedida a Ana Carla Bottura em 25 de fevereiro de 2019.

BOTTURA, Ana Carla de Lira. **Conflitos e produção de consensos na Cidade Neoliberal: a luta por moradia em Palmas/TO**. Tese de Doutorado, IAU/USP, São Paulo, 2019.

BOTTURA, Ana Carla de Lira. O lugar do conflito e da naturalização da pobreza: uma leitura da luta por moradia na periferia de Palmas - TO. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 25, n. 46, 2018, p.102-117.

BOTTURA, Ana Carla de Lira. Palmas, Laboratório Neoliberal: Uma leitura em construção. In: **Anais do XVII ENANPUR**, 2017.

COCOZZA, Glauco de P. **Paisagem e Unidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas**. Tese de Doutorado, FAUUSP, São Paulo, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MAIA O.; BAZOLLI J. A.; REIS, P. O.; OLIVEIRA M. Regularização fundiária e a desigualdade socioespacial: ambivalência no ordenamento do território em Palmas-TO. In: BAZOLLI J. A, OLIVEIRA M., MAIA O. (orgs.). **Cidades Sustentáveis Tocantins em Foco**. Palmas: EDUFT, 2017.

MAIA, Olivia, SANTOS, Marcos, CARVALHO, Giuliano. Palmas: a cidade planejada e a violência como método. In: **ANPUR**, 2019.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. Tese de Doutorado apresentado à FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Lucimara A. **Centros urbanos e espaços livres públicos**: produção e apropriação em Palmas/TO. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, São Paulo, 2016.

PAVIANI, A. (org.). **Urbanização e Metropolização**: a gestão dos conflitos em Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, Codeplan, 1987.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SADER, Eder S. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Valéria C.P. **Palmas, a última capital planejada do século XX**: uma cidade em busca do tempo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VAINER, Carlos B. Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. In: **Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR)**, v. 14, 2011.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, 2011.



# AS PERSPECTIVAS DE GÊNERO E RAÇA NA CIDADE PLANEJADA:

## O caso de Palmas

Patricia Orfila Barros dos Reis<sup>32</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A cidade moderna tem sido o foco das minhas pesquisas há quase duas décadas, mas o gênero como categoria de análise remonta o ano de 2017, do início do projeto “Mulheres construindo espaços: a questão de gênero na arquitetura tocantinense”, vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). No entanto, as inquietações acerca das discriminações e violências baseadas no gênero são antigas também na minha história pessoal, só não as associava ao meu cotidiano profissional, que sempre esteve vinculado à uma condição de subalternidade feminina socialmente construída.

Escrevo, portanto, a partir de um conhecimento situado, politicamente engajado e no qual a compreensão de materialidade dos corpos é indispensável, bem como, a partir da premissa da inexistência de uma suposta neutralidade científica, principalmente pela intensa imbricação da arquitetura e do urbanismo com os contextos social, político, econômico e cultural.

Também considero o acúmulo de experiências que trago desde as minhas origens, sendo mulher, latinoamericana, brasileira, amazônica, branca, cisgênero e cuja pós-graduação se deu na região sudeste do país, um dos muitos “brasis”, um Brasil europeizante e colonizador dele próprio, nas palavras do ensaísta Benjamin Moser (2016), um Brasil “autoimperialista”, que moldou sobremaneira a minha compreensão de alteridade, sobretudo ao lidar com as minhas próprias origens.

O debate sobre gênero era inexistente quando cursei Arquitetura e Urbanismo, fins da década de 1990 e, cabe salientar, o ensino no Brasil se baseou e reproduziu exaustivamente referências masculinas e europeias, a partir de uma formação acadêmica atrelada ao sexismo e, também, ao racismo e que só passou a ser questionada há bem pouco tempo, por mulheres (estudantes e profissionais) que se organizaram em coletivos com o objetivo de visibilizar o trabalho das mulheres na arquitetura e no urbanismo. Antunes considera que:

<sup>32</sup> Professora Doutora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Mulheres na Arquitetura e no Urbanismo (GPMU). E-mail: patriciaorfila@uft.edu.br.

A arquitetura não é apenas um abrigo ou refúgio, uma habitação ou um edifício; as questões que a envolvem têm implicações epistemológicas, ontológicas e políticas. Na complexidade das funções material, cultural e metafísica, a ideia de arquitetura que circula é mais ou menos consensual, embora abstrata e simplista, vagueando entre a racionalidade e a tecnologia por um lado, e a arte e criatividade por outro. Todavia, independentemente de todos os conceitos e adjetivos que lhe são atribuídos, é clara a percepção de que foi e permanece uma atividade masculina. (ANTUNES, 2016, p. 3).

Comecei a analisar os livros especializados de arquitetura sob a perspectiva de gênero e a compreender a origem do incômodo que sentia ainda na universidade, pela falta de referências e pela ausência de representatividade (dados quantitativos) das mulheres naquelas obras.

Desde 2005, quando mudei para o Tocantins, estou envolvida em pesquisas relacionadas ao planejamento e apropriação dos espaços públicos de Palmas - objeto empírico da minha tese de doutorado - assim como, tenho vivenciado e pensado a cidade não apenas no âmbito acadêmico, mas também social, cultural e político, sendo usuária da cidade em várias dimensões: como cidadã, funcionária pública e ativista. Percebo a cidade, também, como motorista, eventualmente ciclista e pedestre, mas, principalmente como mulher. Remeto aqui as palavras da socióloga Norma Giarraca, que definiu a estratégia do “investigador militante” ou “investigador envolvido” para exemplificar minha abordagem:

O modo como nós, os latino-americanos, abordamos os novos movimentos desafia as velhas dicotomias de investigador-investigado, sujeito-objecto, estrutura e acção. Implica um trabalho hermenêutico no qual estamos envolvidos não apenas como investigadores, mas também como sujeitos interessados em eliminar o modelo de sociedade que se desenvolveu nas últimas décadas. É hoje em dia frequente falar-se de um “investigador militante” ou de um “investigador envolvido”. Recorrendo aos novos estilos intelectuais, fortalecemos as regras do trabalho intelectual e a responsabilidade política e académica da investigadora, esclarecendo ao mesmo tempo que praticamos várias formas de estudo e que recusamos produzir uma falsa objectividade e neutralidade. (SANTOS, 2018, p. 246-247).

Buscando superar a dicotomia entre objetividade e subjetividade fomentada pelo positivismo, adotei a estratégia da intersubjetividade, a partir de uma abordagem interdisciplinar, na qual faço uso de conceitos da arquitetura, do urbanismo,

da filosofia, da história, da sociologia, da geografia; com auxílio de fontes escritas e iconográficas (censos, matérias de jornais, mapas e imagens) e orais (entrevistas realizadas em 2018 e 2019).

Fiz um recorte de gênero, mas procurei adotar uma abordagem interseccional, baseada na relação dialética entre as categorias raça, gênero e classe, baseada na obra de escritoras negras. A filósofa Angela Davis ressalta que:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2016, p. 79).

A epistemologia feminista vem ganhando espaço e traz um conjunto de ferramentas indispensáveis para a leitura e intervenção nos problemas urbanos, a partir da ênfase na diferença e não nos conceitos de universalidade, objetividade e verdade, ou seja, na concepção heterogênea de mulheres, como afirma a filósofa Ivone Gebara:

Falamos de feminismos e de filosofia feminista para destacar que se trata de um momento histórico, cultural e social de mulheres que já tem mais de dois séculos de existência, embora continue a ser pouco conhecido. Um momento de emancipação, de rupturas e novas construções de sentido que, de alguma forma, introduzem uma quebra nas formas tradicionais masculinas de se pensar o mundo e os seres humanos. (GEBARA, 2017, p. 10).

Neste estudo faço uma leitura dos espaços públicos de Palmas, resgatando vozes e ampliando narrativas de mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero, no qual tenho um posicionamento claro sobre a propaganda amplamente disseminada de “cidade planejada”, envolta por uma aura intocável, mas que oculta a “estrutura canibal da nossa modernidade”, na expressão utilizada pelo historiador e cientista político Achille Mbembe (2018). Questiono a necessidade da ênfase que a história oficial confere ao ato fundacional e ritualístico de marcar territórios, na construção de símbolos baseados na supremacia masculina.

## 2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO

Frente a la valoración excesiva del saber racionalizado, y hecho universal por el poder, se ha de valorar la experiencia real del outro, en este caso la outra. La posibilidad de decirse comienza por poder describir la propia experiencia, por valorar las transmisiones de saberes no reglados y por activar la capacidad crítica desde la mirada. (MARTÍNEZ, 2018, p. 36).

Desde muito cedo percebi que o tratamento que meus pais dedicavam aos meus irmãos era muito diferente daquele dado a mim, sobretudo quando se tratava de tarefas domésticas. Quando questionava o porquê de ter que ajudar a minha mãe a lavar a louça, se os meus irmãos eram dispensados, meu pai respondia que atividade doméstica era coisa de mulher. Ao participar das brincadeiras de rua que envolviam muito movimento, como correr ou subir em muros e árvores, minha mãe alertava que aquilo não era brincadeira de menina e que deveria preservar o meu corpo de machucados e cicatrizes, pois na fase adulta isso poderia não agradar aos homens. Essa experiência, apesar de muito pessoal, é reflexo de um formato de educação patriarcal que encontra semelhanças em muitas outras narrativas, em diferentes geografias e classes sociais.

O senso comum entende o gênero a partir de um conceito binário ligado ao sexo biológico (vagina e pênis), constrói socialmente e naturaliza as noções do que é ser mulher e homem, baseado em rígidos padrões de feminilidade e masculinidade, que são perpetuados pelas seguintes instituições: Família, Igreja, Estado e Escola.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-as aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2018, p. 24).

A divisão social do trabalho baseada no sexo parecia uma verdade incontestável, que condicionava o pensamento, também, na produção da arquitetura e na organização das cidades, no entanto, a perspectiva de gênero aplicada aos mais diversos campos do conhecimento abriu portas para uma revolução que contesta verdades consagradas sobre uma visão essencialista e ontológica do ser mulher e homem.

Existe uma assimetria na construção social dos sexos, que atribui à mulher a condição biológica e sem correspondência com a construção conceitual do masculino. Ou seja, uma construção unidimensional da pessoa feminina, definida por uma existência física e afetiva orientada para uma função social específica e que se apresenta sob a forma de um modo de ser coletivo que perde a sua essência fora do meio em que se define. Enquanto a construção da pessoa masculina é pautada na pluridimensionalidade, que define uma existência que se estende a várias instâncias do social, e é a independência deste modo de ser de contextos específicos que lhe confere uma essência individual (AMÂNCIO, 1994).

Ou seja, há uma hierarquia e um processo de construção de estereótipos entre os sexos e, nessa estrutura, o sexo masculino assume a posição de dominação e o feminino de subalternidade, tendo em vista que, o sexo masculino reúne qualidades e competências socialmente desejáveis, como autonomia, determinação e independência, enquanto que a categoria feminina encontra-se em situação de desprestígio, pois suas características estão condicionadas às fronteiras domésticas, limitadas ao âmbito privado das relações de interdependência afetiva e/ou sexual, qualidades e competências desprestigiadas socialmente (AMÂNCIO, 1994).

As visões naturalista e essencialista sobre a mulher e o homem os socializa dentro da heterossexualidade, considerado padrão universal de prática sexual e, desta forma, os expõe à violência normativa, aquela que impõe um comportamento baseado na noção de heretosexualidade como norma; agride e discrimina os sujeitos baseados em uma orientação sexual fora desse modelo. Segundo Butler (2017), o saber naturalizado do gênero, opera como uma circunscrição violenta, por antecipação, da realidade.

### **3 E QUANDO O GÊNERO IMPLICA O DIREITO À CIDADE?**

A violência de gênero está atrelada tanto aos espaços domésticos quanto aos públicos. Na cidade é possível identificá-la em várias dimensões (física, social e cultural), desde a discriminação simbólica até as mais graves formas - como o feminicídio. Para a filósofa Ivone Gebara

Começamos a tomar consciência de que a violência social e cultural contra as mulheres se reproduzia também dentro das nossas casas embora dela pouco se falasse. A partir de tal constatação passamos a denunciar a existência da violência doméstica nas formas mais diversas e a organizar-nos para enfrentar este sofrimento. Da mesma forma, começamos a perceber que o assédio sexual, outra forma de violência, estava presente na rua, nos transportes públicos, nos locais de trabalho, nas igrejas e que aquilo demonstrava, mais uma vez, a maneira machista e violenta como nossa sociedade continuava sendo organizada. (GEBARA, 2017, p. 64).

Marcadas por uma racionalidade patriarcal, as nossas cidades se revelaram impotentes, à medida que as violências de gênero, baseadas nas exclusões e silenciamentos, crescem segundo as estatísticas. Portanto, pensar as cidades a partir da perspectiva de gênero é ampliar os olhares e, com eles, as possibilidades de mudança, agregando novos aprendizados na observação da vida cotidiana, tendo a consciência da complexidade da opressão vivenciada pelas mulheres e de que essa opressão e violências atingem também os corpos masculinos e os corpos das crianças.

Durante muito tempo, “nascer mulher” foi considerado como uma posição de inferioridade no mundo, uma desvantagem imposta pelo destino. Por esse motivo, quando as mulheres tentam expressar a sua maneira de pensar o mundo, usam o termo feminista para indicar que há uma maneira de sentir, pensar e expressar a vida a partir da sua própria experiência e das suas lutas contemporâneas. Embora tais lutas sejam plurais e, portanto, bastante diversificadas, elas têm a característica fundamental de ter quebrado de certa forma e em muitos lugares a hegemonia do pensamento masculino. (GEBARA, 2017, p. 9).

A partir da noção da complexidade da sexualidade, de que “a realidade não é tão fixa como geralmente se assume” e “quão tênue é a realidade do gênero” (BUTLER, 2017), devemos pensar cidades cujas práticas espaciais combatam e dissipem a violência imposta pelas normas corporais restritivas, que são dinâmicas oriundas do poder discursivo e institucional.

Conceitos negativos como exclusão, exploração, dominação, violação, estupro, privação, silenciamento, foram algumas noções e experiências que permitiram às mulheres despertar de um sono milenar no qual elas eram consideradas apenas objetos para, o “segundo sexo”, o sexo inferior e com direitos menores, seguindo

à vontade suprema da “natureza”, mediada pela vontade masculina. (GEBARA, 2017, p. 52).

Nesse sentido, as teorias feministas fazem um importante resgate dessas vozes silenciadas, que nos auxiliam a compreender e desnaturalizar as violências e desigualdades baseadas no gênero e que sempre foram tidas como imutáveis; considerando a polifonia e “performatividade do gênero” na diversidade de ocupação dos espaços da cidade, dentro de um sistema de heretosexualidade normativa, que silencia e exclui mulheres negras, lésbicas, trans e todas aquelas que sofrem formas específicas de opressão e violência.

As violências de gênero podem ser caracterizadas em forma de racismo, machismo, transfobia, gordofobia, dentre outras. O documentário “Chega de Fiu Fiu” (2018), dirigido por Fernanda Frazão e Amanda Kamanchek, retrata de maneira clara estas violências de gênero, baseadas no cotidiano de três mulheres, nas ruas de Salvador, São Paulo e Brasília.

#### **4 PALMAS, CIDADE PLANEJADA PARA QUEM E POR QUEM?**

A história do Tocantins, apesar de recente (1988), possui uma narrativa oficial, que é reproduzida ad nauseam, tanto no contexto popular, quanto no acadêmico, que é categórica ao destacar o heroísmo de homens, ligando personagens desconexos do passado colonial ao republicano, produzindo mitos fundadores de territórios, bem como criadores de cidades, todos personificados em protagonistas masculinos (REIS, 2018).

A cidade planejada no cerrado é um tema recorrente na imprensa e no debate acadêmico nas universidades locais. Os que defendem o projeto inicial de ocupação, ressaltam que o mesmo foi alterado pelas consecutivas gestões municipais, justificando assim problemas como segregação espacial e vazios urbanos; por outro lado, há os que apontam erros no projeto desde a sua origem, como o superdimensionamento da malha, composta por quadras superdimensionadas (700 x 700 metros) e que nunca alcançaram a densidade prevista no plano inicial.

As mulheres não foram totalmente desconsideradas no projeto, mas são lembradas nos seus papéis naturalizados de dona de casa e mãe. Os arquitetos responsáveis afirmaram que “o dimensionamento básico [da quadra] foi pensado em termos da capacidade de uma dona de casa andar com o filho no colo ou na cesta em um clima inclemente” e que o percurso médio de um pedestre para fazer compras é de cerca de 350 metros e que nessa distância “dá para andar com uma sacola de compras ou uma criança no braço, ou mesmo alcançar o transporte urbano”

(SEGAWA, 1991). O que não consta de maneira clara na memória do projeto, são quais critérios foram utilizados para definir tais dimensões.

Apesar da fama de cidade planejada, os problemas de Palmas são comuns: urbanização dispersa, baixa densidade, vazios urbanos, descontinuidade no provimento de infraestrutura, especulação imobiliária, segregação socioespacial, dentre outros. A consequência disso é que em áreas centrais há quadras completamente escuras, sem calçadas, avenidas não pavimentadas, lotes sem roçagem, verdadeiros matagais. Nessas condições, o simples ato de caminhar representa um imenso obstáculo para meninas e mulheres, sobretudo à noite. A cidade não foi pensada para elas.

O projeto não representa uma inovação urbanística, é mais um produto ideológico do regime de acumulação capitalista, cuja vocação é a mercantilização do espaço, preparado para funcionar dentro de uma engrenagem, que Bottura (2017) definiu como um “laboratório de práticas neoliberais”.

O mundo, desde os heroicos modernos, alterou-se profundamente. Densidade, diversidade e complexidade tornaram-se argumentos quotidianos, temas que devem suportar o pensamento e o projecto. Esta velha terra ocidental, plana e sem espessura, lugar do homem-branco-rico, morreu décadas atrás. Ou talvez nunca tenha existido. Mas aprendemos, como estudantes de arquitectura educados no século XX (e continuamos a aprender a ensinar pelo século XXI dentro) que estes foram os dias de glória. Deste modo, incorporamos igualmente que o modelo de referência e a perseguir é este: sermos tão bons que possamos pertencer a esse restrito grupo e panteão dos star-architects: um lugar ainda a abarrotar de velhos homens brancos. (PEDROSA, 2018, p. 45-46).

Os estudos realizados sobre a morfologia urbana de Palmas reforçam um planejamento voltado para o sujeito universal - o homem, desconsiderando a diversidade e priorizando o uso do automóvel. Em contraponto a este modelo hegemônico, pensar a cidade, também do ponto de vista da mulher é importante na promoção de políticas públicas mais inclusivas.

A modernidade trouxe-nos imbuída em seu cerne, a promessa de um mundo mais justo, plasmado também nas propostas urbanísticas. Os seus fracassos consecutivos nos deixaram órfãos, indicando que suas raízes são mais profundas e estão assentadas nas heranças do colonialismo, no patriarcado e no sistema capitalista (SANTOS, 2018).

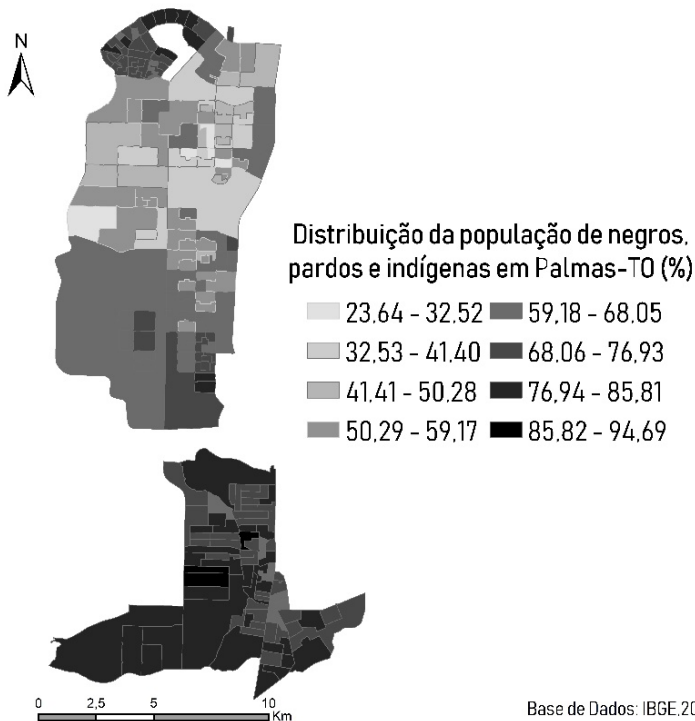


## 5 AS RAÍZES DA DESIGUALDADE EM PALMAS

O Brasil tem hoje a maior população negra do planeta depois da Nigéria. Desde 2008, há mais mulheres negras que brancas no país. No entanto, elas seguem na base da pirâmide social: ganham menos, têm menos acesso a direitos, estão mais sujeitas à guerra às drogas e morrem mais. De acordo com o Anuário da Violência 2019, 60% das mulheres vítimas de feminicídio são negras. (DAVIS, 2019).

O mapa a seguir (Figura 1) destaca duas categorias de análise fundamentais para a compreensão do processo de produção do espaço urbano de Palmas. A primeira é a morfologia, fragmentada em região norte e sul, onde está localizada a maioria da população pobre e a segunda é a concentração da população de negros, pardos e indígenas, que também é a região sul. Portanto, as raízes da desigualdade de Palmas estão localizadas na intersecção entre raça, classe e gênero.

Figura 1 - Mapa de Palmas com a distribuição de negros, pardos e indígenas



Fonte: Pedro Galvão - Grupo de Estudos em Desenvolvimento Urbano e Regional (GEDUR - UFT) (2019).

No sistema capitalista, que foi e continua a ser moldado pelo patriarcado, as mulheres negras ocupam a base da estrutura de opressão, que é racista, machista e classista. Segundo o Mapa de Violência de Gênero (2020), no Tocantins, as mulheres negras foram vítimas em 77% dos estupros ocorridos entre 2014 e 2017, assim como o Tocantins é o Estado brasileiro com menos leis voltadas ao combate da violência de gênero.

A perspectiva de gênero sobre os dados mostram que mulheres e homens são afetados de maneiras diferentes pela violência no país. Assim como a perspectiva de raça dá conta de que negras foram maioria entre as mulheres assassinadas em 2016 (64%) e homens negros foram 68% do total de pessoas assassinadas no Brasil naquele ano”. (MAPA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO, 2020).

O trabalho de resgate de memórias do passado colonial, desenvolvido por pesquisadoras negras como Angela Davis, Conceição Evaristo, Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw, Sueli Carneiro, bell hooks, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Djamila Ribeiro, dentre outras, vem sendo o norteador de estudos pós-coloniais, que apontam que a violência contra a mulher negra está na base da compreensão de todas as demais opressões. Davis demonstra a seguir, como as opressões de classe, raça e gênero se interrelacionam.

Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalharam até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família. As qualidades femininas não ortodoxas da assertividade e da independência - pelas quais as mulheres negras têm sido frequentemente elogiadas, mas mais comumente censuradas - são reflexos de seu trabalho e de suas batalhas fora de casa. No entanto, da mesma maneira que suas irmãs brancas chamadas “donas de casa”, elas cozinham e limpam, além de alimentar e educar incontáveis crianças. E, ao contrário das donas de casa brancas, que aprenderam a se apoiar no marido para ter segurança econômica, as esposas e mães negras, geralmente também trabalhadoras, raramente puderam dispor de tempo e energia para se tornar especialistas na vida doméstica. Como suas irmãs brancas da classe trabalhadora, que também carregam o fardo duplo de trabalhar para sobreviver e de servir a seu marido e suas crianças, as mulheres negras há muito, muito tempo precisam ser aliviadas dessa situação opressiva. (DAVIS, 2016, p. 233).

Interseccionalidade na abordagem sob uma perspectiva antirracista, a destacar que mulheres negras sofrem duas vezes discriminação: racial e de gênero, discriminação interseccional, tornando suas pautas invisíveis quando situadas no repertório de ações e reivindicações do feminismo branco (CRENSHAW, 2019). A interseccionalidade de opressões permite reconhecer os sujeitos políticos em todas as suas subjetividades, pessoas trans, não binárias e com identidades fluidas.

A partir de um estudo realizado por Reis et al., (2018) e intitulado “Segurança das mulheres no uso cotidiano dos espaços públicos de Palmas”, foi possível reunir 75 registros a partir de um inquérito<sup>33</sup> que buscou saber o local de moradia, o tipo de transporte e a identificação dos percursos cotidianos com auxílio do mapa da zona urbana de Palmas.

Mais da metade das mulheres que responderam ao inquérito (54%) nunca se sentem seguras (ou quase nunca se sentem seguras) nos espaços públicos de Palmas. Dentre elas 22,6% andam de carro e 30,6% andam de transporte coletivo ou a pé. Foi identificada uma relação intrínseca de mulheres que se sentem seguras e que andam de carro, com 36%, e apenas 10,6% andam de transporte coletivo ou a pé se sentem seguras, quase a maioria deixou claro que evita andar a noite ou que anda por caminhos que são muito familiares. (REIS et al., 2018)

Destaco duas narrativas: uma de violência de gênero e outra de racismo contra mulheres negras e de classes sociais distintas, uma moradora da área sul e outra de área central da capital. O primeiro depoimento sobre violência de gênero é da moradora de 38 anos, do Setor Janaína, bairro do extremo sul da capital.

Quando fui assaltada no jardim aeroporto eu estava indo em direção à Taquaralto, não havia nem placa de ponto de ônibus, quando eu estava chegando na parada, eu observei que havia alguns rapazes dentro de um carro, na mesma hora fiquei desconfiada e então quando parei e me virei já fui surpreendida pelo assalto também à mão armada. Havia apenas dois meses desde que tinha sido assaltada e acabei criando trauma, pra mim tudo o que para perto de mim é pra me assaltar. (REIS et al., 2018)

O próximo relato é de uma mulher negra, professora universitária e moradora de uma quadra de classe média, localizada em área central de Palmas,

<sup>33</sup> Link para o inquérito disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/1MYtAlJ845ejTT5hYJxSeq5yU85NB-m\\_FtU9AYr184g8/viewform?edit\\_requested=true#responses](https://docs.google.com/forms/d/1MYtAlJ845ejTT5hYJxSeq5yU85NB-m_FtU9AYr184g8/viewform?edit_requested=true#responses).

que ao entrar na sua própria residência foi abordada de forma racista por uma agente de saúde.

Eu moro na 305 Sul e, um dia, chegando em casa de uma caminhada de manhã, vinha uma agente de saúde e ela começou a me acompanhar. Eu fiquei até preocupada, por que não conhecia ela. Quando fui adentrando na minha casa para abrir o portão, ela me parou e falou assim: você trabalha aí? Perguntou se eu trabalhava aqui. Respondi: também trabalho. Sim, mas você mora aí? Falei sim, moro aqui. Aí, foi quando eu perguntei para ela, mas por que você acha que eu não moro aqui? Por que você acha que eu trabalho nessa casa como doméstica? E aí ela me disse, não, não é isso, é porque sempre que eu passo aqui como agente de saúde, eu não consigo falar com ninguém dessa casa. Então falei: pois, engano seu porque eu tenho uma funcionária em casa e ela fica o dia inteiro, eu tenho uma criança pequena e ela fica o dia inteiro em casa. Então essa história que você está dizendo não é verdade. Você nunca bateu aqui nessa porta. Na verdade, você está querendo saber se realmente, pelo fato de ser negra, se eu moro nesse lugar, se sou empregada doméstica ou não. Então, assim, é conflagrador, ou seja, os pretos e as pretas têm de ficar na periferia, eu tenho certeza que se eu tivesse passando numa periferia, ninguém ia me questionar isso, se eu morava aqui ou não. O mesmo acontece com relação a outras coisas, carro e tudo mais. (REIS et al., 2018)

As narrativas ilustram as múltiplas faces da desigualdade de Palmas, que, além de ser um espaço socialmente segregado, é, também, sexualizado e racializado. O espaço não é apenas materialidade é também uma produção social, cujo imaginário coletivo atua na produção de discriminações simbólicas acerca da região sul, tratada como outro território ou o território do outro.

Na primeira narrativa estamos diante de um caso de violência física contra uma mulher negra, que sofre assaltos consecutivos nas proximidades da sua casa no Setor Janaína (extremo sul de Palmas), ao se deslocar para o seu trabalho no centro da cidade, mas que pela completa falta de infraestrutura e segurança do seu bairro, corre perigo cotidianamente e, por ser mulher, ainda poderá ser vítima de estupro e feminicídio.

De acordo com Grada Kilomba (2019), a partir de uma política do espaço, olhar e questionar são formas de controle que encarnam naturalmente o poder. Quem questiona exerce uma relação de poder, que define uma fronteira com o interlocutor, obrigando-o a explicar-se. Quando quem questiona

a presença de uma mulher negra em determinado local é uma mulher branca, como na narrativa citada, há uma associação antiga e dolorosa, uma dialética colonial, entre escrava e senhora.

Também é bastante comum relatos do tipo “quando voltarmos para Palmas” ou “lá em Palmas”, estando a pessoa em Palmas, porém, localizada no extremo sul da cidade. Retornar para Palmas seria o equivalente de voltar para o centro, para a cidade formal. Conforme já relatado, a região sul é o local de moradia de grande parte dos trabalhadores precários e como o mapa demonstrou, a maioria são pessoas negras, ou seja, na dialética colonial, “a senzala”, ou em uma linguagem contemporânea, o “quarto de empregada” da cidade planejada.

## **6 URBANISMO FEMINISTA E O CORPO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA**

Urbanismo feminista pode parecer um termo estranho, tendo em vista que não se tem conceituado o urbanismo como masculinista, embora ele seja historicamente um produto do patriarcado, tratamos genericamente por urbanismo, assim como as demais áreas do conhecimento, como se fossem campos neutros, definidos como racional, científico, objetivo, imparcial e universal. Este dito universal, social e culturalmente construído, possui uma hierarquia que é racista, sexista e classista - constituída basicamente por homens brancos (GEBARA, 2017; KILOMBA, 2019; SANTOS, 2018).

La no neutralidade del espacio concebido por la tecnocracia y su vocación utópica de imponer un orden al fluir de la vida urbana como mandato disciplinar. Se trata del espacio concebido por los tecnócratas, urbanistas, arquitectos, promotores inmobiliarios, políticos y demás entidades administrativas que determinan la toma de decisiones en la gestión urbana. (FÉLIX, 2018, p. 30).

Não se costumava questionar a ausência das mulheres dos espaços de decisão, tratava-se como um “fenômeno natural”, o que hoje já se reconhece nas teorias feministas como dominação simbólica e material. Falar de urbanismo feminista é questionar a imutabilidade dessa estrutura de naturalização do papel da subalternidade feminina e que manipula o conhecimento em favor de um gênero. Essa escolha vai ao encontro do que Boaventura de Sousa Santos denominou de epistemologias do Sul:

As epistemologias do Sul referem-se à produção e validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, opressão e destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. (SANTOS, 2018, p. 19)

Expressar a vida a partir da própria experiência é transferir a abordagem do pensamento universal para o particular e isso implica que tais experiências se constroem nos corpos. Precisamos habitar a nossa corporeidade com todas as contradições presentes e acolher prazeres e desprazeres como formas de aproximação da realidade na qual vivemos (GEBARA, 2017).

Apesar do facto de pensarmos e conhecermos com o corpo, apesar de ser com o corpo que temos a percepção, experiência e memória do mundo, o corpo é tendencialmente visto como um mero suporte ou tabula rasa de todas as coisas valiosas produzidas pelos seres humanos. (...) O corpo de emoções e afectos, do sabor, do cheiro, do tacto, do ouvido e da visão, não está incluído na narrativa epistemológica. (SANTOS, 2018, p. 159)

Uma das propostas do urbanismo com perspectiva de género é trazer o corpo para o centro do debate, pensar políticas públicas para o corpo e a partir dele, incentivar que ocupe os espaços públicos e descortine os privados, dando visibilidade às suas histórias de violências, exclusões e silenciamentos. Bem como, voltar-se para o cotidiano dos afetos imediatos, da pequena escala, onde os sentidos são contemplados. Um espaço público que acolha as diferenças, que cultive e incentive o aprendizado cotidiano, por meio de sua diversidade e suas múltiplas expressões, propondo novas formas de estar no mundo.

A diversidade humana não cabe na pequena caixa do cientificismo patriarcal espelhado nas suas próprias dimensões. Por exemplo, espaços que desconsideram as crianças, também são espaços que excluem quem cuida delas, cuidados que ainda recaem basicamente sobre as mães. Portanto, tais espaços devem ter estruturas mínimas e acolhedoras para receber crianças pequenas e seus cuidadores.

A falta de creches e de políticas adequadas para a conciliação entre a rotina de trabalho e o cuidado com filhos pequenos penaliza as mulheres, muito mais do que os homens, em sociedades nas quais a divisão dos papéis permanece atada a compreensões convencionais do feminino e do masculino. As mulheres continuam a ter a responsabilidade exclusiva ou principal na criação dos filhos e no trabalho em casa. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 12)

A quarta onda feminista mundial trouxe interessantes propostas de ocupação do espaço público, como a **Marcha Mundial das Mulheres**, **#MeToo**, **La Manada Somos Nosotras**, **Ni Una Menos**, **Greve Feminista de 8 de Março**, **#EleNão**, **1ª Marcha das Mulheres Indígenas**, **Marcha das Mulheres Negras**, a performance participativa urbana “Un violador en tu camino” criada pelo coletivo feminista chileno de Valparaíso Lastesis, como protesto contra as violações dos direitos das mulheres. A coreografia impactante e com alcance mundial foi inspirada no trabalho da antropóloga argentina Rita Segato, sobre feminicídio e violência sexual que os homens exercem sobre as mulheres.

Destaco duas que também ocorreram em Palmas: a manifestação **#EleNão**, que aconteceu no dia 29 de setembro de 2018 e seguiu as diretrizes do movimento nacional, com repercussão também no exterior, protesto contra o então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro, por suas declarações públicas que violam os direitos humanos e remetem ao machismo, ao racismo, a misoginia e a homofobia; e a performance “Un violador en tu camino”, que aconteceu no dia 15 de dezembro de 2019, nas escadarias do Palácio Araguaia (sede do Governo do Estado), na Praça dos Girassóis – ambas organizadas por coletivos de mulheres do Tocantins.

Em Barcelona, a cooperativa **Col.lectiu Punt 6** composta por arquitetas, sociólogas e urbanistas, de procedências diversas e com mais de uma década de experiência local, estatal e internacional é atualmente uma das referências fundamentais da crítica e da prática de um urbanismo feminista. Criada em 2005, promove oficinas, elabora guias, realiza pesquisas, consultorias urbanas e auditorias de gênero, sobre quais as transformações necessárias para viver em cidades inclusivas, onde os habitantes sejam os protagonistas (**COL.LECTIU PUNT 6**, 2018).

De acordo com o manifesto propositivo para um urbanismo feminista, elaborado pelo **Col.lectiu Punt 6** (2018), diversos temas precisam ser abordados, desde reconhecer as mulheres como sujeitos políticos, também as subjetividades das pessoas trans, não-binárias e com identidades fluidas, adotar perspectivas antirracistas e ecofeministas frente a cidade neoliberal; a primeira baseada no exercício cotidiano de ouvir, acolher e visibilizar as experiências das mulheres racializadas e migrantes, historicamente oprimidas para o sustento dos privilégios de mulheres brancas; a segunda acerca dos recursos que gastamos e a poluição que produzimos, o que implica em uma atitude politicamente engajada, dentro de uma abordagem ecológica e anticapitalista (**COL.LECTIU PUNT 6**, 2018).

O urbanismo feminista não é uma escalada das mulheres, dentro da estrutura vertical do sistema capitalista, para se igualar aos homens; mas, antes de tudo,

desmontar a própria estrutura dogmática, cuja prática neoliberal opera em função do sistema patriarcal - produzindo e reproduzindo exclusão em diversos níveis.

## REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lígia. **Masculino e Feminino. A construção social da diferença**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

ANTUNES, Lia P. S. G. A arquitetura nunca mais será a mesma. Considerações sobre gênero e espaço(s). URBANA: **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 7, n. 2, p. 2-23, 31 out, 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOTTURA, Ana Carla de Lira. **Palmas, Laboratório Neoliberal: Uma leitura em construção**. XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: ANPUR, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução Maria Helena Kühner. 6. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2017.

**CHEGA DEFIU FIU – o filme**. Fernanda Frazão & Amanda Kamanchek. Brasil: Brodagem Filme. Duração: 1h 13min, 2018.

COLLECTIU PUNT 6. **Urbanismo feminista. Por uma transformació radical de los espacios de vida**. Barcelona: Virus, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Painel Cruzamento raça e gênero. **Ação Educativa**, p. 7 – 16. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. In: **Testemunhos da Utopia**. São Paulo: Expressão popular, 2016. p. 71-84.



DAVIS, Angela. Quem são as mulheres negras brasileiras reverenciadas por Angela Davis. **Geledés. Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/quem-sao-as-mulheres-negras-brasileiras-reverenciadas-por-angela-davis/?utm\\_source=pushnews&utm\\_medium=pushnotification&fbclid=IwAR-2jzWy\\_xJp-LiKrw71Y6MDG4nfD1mwEQYr9Aw00jkdvuG3-uzO-Qc8-yTA](https://www.geledes.org.br/quem-sao-as-mulheres-negras-brasileiras-reverenciadas-por-angela-davis/?utm_source=pushnews&utm_medium=pushnotification&fbclid=IwAR-2jzWy_xJp-LiKrw71Y6MDG4nfD1mwEQYr9Aw00jkdvuG3-uzO-Qc8-yTA). Acesso em: 25 out. 2019.

FÉLIX, Danielle Provansal. Fronteras de género y uso del espacio. In: Garza, Muna; Perrone, María (orgs.). **Apropiaciones de la ciudad. Género y producción urbana: la reivindicación del derecho a la ciudad como práctica espacial**, p. 11-25. Barcelona: Pol.len edicions, 2018.

GEBARA, Ivone. **Filosofia Feminista: uma brevíssima introdução**. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

MAPA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO. **Os gêneros – e as raças – da violência no Brasil**. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí. **Mujeres, casas y ciudades. Más allá del umbral**. Barcelona: dpr-barcelona, 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução Marta Lança. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2018.

MOSER, Benjamin. **Autoimperialismo: três ensaios sobre o Brasil**. Tradução Eduardo Heck de Sá. São Paulo: Planeta, 2016.

PEDROSA, P. S.; LAGES, J. P.; ANTUNES, L. (ed.). **Arquitectas: Modo(s) de (R)existir: reflexões a partir de um ciclo de conversas**. Lisboa: Mulheres na Arquitectura, 2018.

REIS, Patricia; BIANCHI, Giovana; CARDOSO, Natacha; NIENKE, Kelly. Segurança das mulheres no uso cotidiano dos espaços públicos de Palmas. **Anais do 7 Encontro Internacional Cidade, Contemporaneidade e Morfologia Urbana (EICCMU)**. Mulheres e lugares urbanos. Pelotas, 2018.

REIS, Patricia. **Modernidades tardias no cerrado:** Arquitetura e Urbanismo na Formação de Palmas. Florianópolis: Insular, 2018.

SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2018.

SEGAWA, Hugo. Palmas, cidade nova ou apenas uma nova cidade? **Projeto**, [s. l.], n. 146, p. 94-109, 1991.

## **IV - Planejamento e Gestão Urbanos e Turismo**

# OS 20 ANOS DO ESTATUTO DA CIDADE: Debates e reflexões

João Aparecido Bazzoli<sup>34</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo vamos encaminhar debates e propor reflexões acerca dos 20 anos do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001), referindo-se aos desafios da sua aplicabilidade pelos municípios brasileiros. Fizemos um recorte, para melhor entendimento do leitor em razão da amplitude da legislação, com abordagem nos temas da função social da propriedade e da regularização fundiária urbana, entendendo-os como pontos de maior relevância nesta legislação; o primeiro pelo contraponto estabelecido ao domínio absoluto da propriedade e pelo conservadorismo do Judiciário, ainda reticente em relação ao relativismo do direito à propriedade; o segundo pela morosidade e a displicência no seu tratamento operacional pelo Poder público, gestos que ferem de maneira contundente o direito à moradia e leva a resolução deste problema a resultados pífios, em todo o território nacional. Obviamente estas inobservâncias do Poder público, tanto para realizar ações para promover o respeito à função social como a de agilizar processos de regularização fundiária urbana, mostram claramente a dificuldade da aplicabilidade dos instrumentos do Estatuto da Cidade, especialmente nos pequenos municípios.

Para analisar com maior aprofundamento o Estatuto da Cidade destacamos dois pontos essenciais no seu tratamento legislativo: a sua longa duração no trâmite para aprovação, de 1989 a 2001, mais de uma década, e a estratégia de seu encaminhamento ao Senado Federal. E, essa estratégia, por não ser comum o ingresso de Projetos de Lei por esta Casa Legislativa, acabou por desarticular as ações contrárias promovidas pelos empresários imobiliários, que vinham demandando ações para evitar a sua aprovação.

É preciso elucidar ao leitor que esse atraso superior a uma década para a aprovação desta legislação dificultou ações efetivas de ordenamento territorial, ao longo dessa espera. Portanto, se houvesse aprovação do Projeto quando ele foi proposto, em 1989, teríamos a antecipação de medidas para regular socialmente o mercado imobiliário, bem como o estabelecimento de mecanismos de compensação social por meio de políticas urbanas ao longo desse período perdido.

---

<sup>34</sup> Professor associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Curso de Direito. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Atua com Planejamento Urbano e Direito Urbanístico.

Certamente estas medidas teriam provocado concretamente melhorias à população e agregado substancialmente um melhor controle social e territorial nas cidades.

Para além disso, as medidas vindas no tempo correto teriam possibilitado um maior amadurecimento no uso da legislação, assim, ao invés de comemorarmos em 2021 os 20 anos do Estatuto da Cidade, admitindo esta lógica de aprovação dentro da normalidade no trâmite legislativo, estaríamos comemorando os 30 anos desta legislação e isto certamente possibilitaria registrar, conseqüentemente, maiores avanços, sendo eles substanciais e significativos para o planejamento das cidades.

Entretanto, pontuamos neste contexto, que embora tenhamos sido vítimas desse lapso temporal decenal, registramos a inegável condição de que a aprovação do Estatuto da Cidade estabeleceu, a partir de sua promulgação, novas perspectivas sobre o tratamento e o controle do crescimento do setor imobiliário, em razão dele ter estabelecido importantes diretrizes gerais sobre a política urbana nacional.

Destarte, esse novo ordenamento jurídico urbanístico criou realmente possibilidades da organização territorial pelos municípios brasileiros e consolidou mecanismos de participação comunitária, abrindo assim a possibilidade de se promover a inclusão social no País. E, foi nesse sentido que apresentou regras referentes ao uso e à ocupação do solo e ao controle da expansão do território urbano e propôs a definição da função social da cidade e da propriedade, a ser especificada no Plano-Diretor Municipal. Também, pode ser considerado como um ordenamento precursor ao atendimento das demandas reprimidas de regularização fundiária urbana, um tema que ainda, atualmente, não está sendo tratado com a devida atenção pelos gestores públicos das três esferas de governo, considerando a responsabilidade legal destes gestores em resolver este grave problema social, econômico e ambiental. Responsabilidade esta que foi atribuída pela competência concorrente constitucional (BRASIL, 1988), de legislar acerca de normativas urbanísticas, com poderes inerentes de promover a regularização fundiária urbana.

Embora tivéssemos a ciência de que esse novo ordenamento jurídico, por si, não resolveria todos os problemas das cidades brasileiras, o Estatuto da Cidade terminou por atender parcialmente, na maioria das vezes, às demandas de municípios grandes e médios, não ampliando os seus tentáculos para os pequenos, ainda com grandes dificuldades de acesso a esta tecnologia legislativa.

Assim sendo, ressalta-se e se evidencia, nesse contexto da promulgação do Estatuto da Cidade em 10 de julho de 2001, que a criação em 2003 do Ministério das Cidades, que foi fundido em 2019 pelo Governo Federal ao Ministério de Desenvolvimento Regional, possibilitou singularmente a disseminação do

Estatuto. Pois, este Ministério Brasileiro que objetivava combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população à moradia, saneamento e transporte, foi, sem dúvida, o principal disseminador dessa nova ordem urbanística pelo País. Ademais, apoiou várias ações para a popularização do Plano-Diretor Municipal, até mesmo com financiamentos voltados para qualificação e consultorias técnicas às prefeituras municipais.

Oportuno dizer, em 2003 vivíamos momentos em que os ventos democráticos e participativos sopravam fortemente, razão pelo qual poderíamos seguramente fomentar ideais no sentido de ampliar as fronteiras da discussão sobre o Estatuto da Cidade para os pequenos municípios. Porém, constata-se que nestes 20 anos de aplicação legislativa do Estatuto da Cidade, essa condição não se confirmou efetivamente.

A referida legislação não alcançou como deveria ter alcançado os municípios menores, especialmente aqueles em que a população seja menor de vinte mil habitantes, visto que estes lugares não têm a obrigatoriedade de elaborar o Plano-Diretor Municipal, fato notório e contribuinte para os resultados constatados dos pequenos avanços conquistados e do considerável retrocesso na aplicação de seus instrumentos.

Diante deste enredo inicial, vamos falar na sequência deste capítulo sobre a evolução da legislação urbana brasileira, em seguida estabelecer debates e propor reflexões acerca dos 20 anos do Estatuto da Cidade, com um recorte na função social da propriedade e na regularização fundiária urbana, e ao final, nos incumbimos de analisar os avanços e os retrocessos desta legislação, levando-se em conta a aplicabilidade de seus instrumentos.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Evolução da legislação urbana brasileira**

No Brasil, os registros de normas sobre assuntos urbanos remontam o período colonial. Destacam-se, nesse contexto, as Ordenações Filipinas que, pela sua importância, estiveram vigentes no Brasil até 1916 e tratavam de matéria edilícia, da organização da cidade e das atribuições das autoridades locais relacionadas às deliberações sobre as questões urbanas (DI SARNO, 2004).

A cronologia do atual debate sobre a função social da propriedade no contexto histórico brasileiro remonta o ano de 1808, ano este considerado como divisor de águas entre a propriedade absoluta e relativa. Instituiu-se, nessa época, o princípio do “poder de polícia” que fundamenta a aplicabilidade dos institutos jurídicos

urbanísticos, além de nascer, na ocasião, a cultura jurídica da função social da propriedade urbana criada pela jurisprudência. Essa nova cultura em questão estabeleceu a prerrogativa ao Estado, por razões intrínsecas, de arbitrar sobre os interesses comuns (DIAS, 2000).

Desta feita, a temática urbana brasileira, que era tratada de maneira fracionada, alcançou definitivamente o status de marco regulatório urbanístico a partir da Constituição do Império de 1824, século XIX, que passou a amenizar o tratamento do direito de propriedade, que antes tinha o caráter quase que absolutista. A Carta Política de 1824 dispõe, por previsão legal, do instituto da desapropriação, autêntica intervenção estatal. Esse instrumento possibilitava ao Estado lançar mão de áreas de seu interesse, com a retenção de propriedade privada, contrariando, assim, o dito princípio absolutista (DI SARNO, 2004).

Mas, somente no final do século XIX a legislação urbanística brasileira mostrou sua evolução com o registro de parcerias entre o Poder público municipal e a iniciativa privada. Tais parcerias ocorreram pela necessidade de melhorias urbanísticas nas cidades portuárias, chamadas de cidades de fluxo. Essa intervenção possibilitou a realização de obras públicas nas cidades pelas empresas privadas que recebiam, em contrapartida, concessões para a exploração de serviços públicos na área portuária (DIAS, 2000).

A primeira Constituição Republicana de 1934 ratificou e contemplou definitivamente a função social da propriedade, grafada no texto, de maneira explícita, no seu artigo 133, item 17, mas foi interpretada de maneira implícita quanto à sua aplicabilidade.

[...] item 17 - É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social e coletivo, na forma que a lei determinar, assegurando a defesa prévia e justa nos casos de desapropriação por necessidade de utilidade pública.

A referida Carta Magna destacou em seu bojo a ordenação urbana e as atribuições do município. Estabeleceu, assim, sua competência de legislar sobre os assuntos de interesse local (DI SARNO, 2004).

Surgiriam novas intervenções, ainda que modestas, no campo jurídico, somente na década de 1960, entre elas a implantação da Política Nacional de Habitação e Planejamento Territorial. Nessa década, os holofotes se concentraram na aprovação da Constituição Federal de 1967, que instituiu o planejamento urbano e incluiu a capacidade legislativa do município na organização urbano-territorial (DI SARNO, 2004).

No entanto, mesmo com este arcabouço à disposição, somente no final dos anos 1970, nossos legisladores admitiram a existência de considerável parcela da população sem acesso ao mercado formal de solo. A excessiva informalidade fundiária provocou a criação da Lei nº 6.766 (BRASIL, 1979), denominada “Lei de Loteamento” ou “Parcelamento do Solo”, em que os legisladores inseriram o chamado espaço legal, correspondente a 35% da área total loteada, nos projetos dos empreendimentos, área destinada ao interesse social (DIAS, 2000).

Surgiu, a partir de então, a cultura de projetos que objetivavam integrar as populações de áreas socialmente excluídas. Todavia, essas ações de integração dependiam de recursos estatais disponíveis, que iriam além da especificação cartográfica de zonas especiais ou da destinação de áreas para a habitação social nos planos-diretores. Por esse motivo, o resultado desse processo não registrou respostas significativas que pudessem refletir na melhoria da qualidade de vida da população excluída (DIAS, 2000).

Entretanto, a década de 1970 foi marcada pela concepção da cultura de restrições às atividades imobiliárias e ao uso do solo, sob o auspício do princípio do “poder de polícia”. E, neste contexto, a cidade assumiu o papel de reserva de valor de terras, motivo do desenvolvimento de mecanismos de preservação e de regulação do mercado de solos, voltados aos empreendimentos imobiliários, e não à regulação social da produção da cidade (DIAS, 2000).

A norma sobre o parcelamento do solo serviu para segregar, em razão do lucro e poder, a possível regularização fundiária. A “legalidade urbana” provocou a valorização antecipada no mercado de solo e na dinâmica capitalista do espaço urbano.

O Direito urbanístico através daquilo que se convencionou chamar “legalidade urbana” é regido por uma racionalidade instrumental, voltada para a otimização do lucro e do poder no espaço urbano, produzindo como uma das principais sequelas: a segregação urbana, pois os processos de debilidade das cidades em sua imensa maioria possuem como objetivo apartar os ricos dos pobres, por isto propugnamos por uma virada paradigmática no direito urbanístico brasileiro, para que o mesmo busque a sua fundamentação na vontade discursiva dos cidadãos, com o objetivo de produzir padrões de desenvolvimento sustentável das cidades. (DIAS, 2000. p. 224).

## **2.2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: um novo marco legal**



Finalmente, para consolidar o papel relevante da política urbana, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), trouxe em seu bojo, pela primeira vez, dispositivos específicos e um capítulo sobre a temática urbanística.

O artigo 182 da Carta Política (BRASIL, 1988) estabeleceu que o Plano-Diretor Municipal seja o instrumento técnico legal definidor de cada municipalidade. Esse instrumento tem o objetivo de orientar todas as atividades da administração e dos administrados nas realizações públicas e particulares, que interessem ou afetem a coletividade.

Este mesmo artigo estabeleceu ainda, que a propriedade urbana deva cumprir o princípio da função social e atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no Plano-Diretor Municipal.

Neste linhame o Plano-Diretor Municipal passou a ser considerado como um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e deve ser executado pelo Poder público municipal, a fim de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Segundo Harada (2004), a função social da propriedade, quando expressa no Plano-Diretor Municipal, evita a especulação imobiliária e possibilita a aplicação das medidas previstas no artigo 182 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que foi regulamentado pelo Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001).

Intervenções urbanísticas nas periferias da cidade, onde predomina população de baixa renda, podem acarretar valorização imobiliária de tal ordem, produzindo efeitos não desejados pelo Poder Público municipal, quais sejam, o deslocamento da população humilde para locais cada vez mais distantes do centro urbano. Nessas hipóteses, cabe ao Poder Público local ficar atento para evitar a especulação imobiliária, exigindo o cumprimento da função social da propriedade, expressa na lei do seu plano diretor, utilizando-se, gradualmente, das medidas previstas no § 4º do art. 182 da CF (HARADA, 2004. p. 79).

Para Mukai (2001), o artigo 183 da Carta Magna (BRASIL, 1988) reforçou e consolidou a questão do princípio da função social da propriedade, quando instituiu a chamada reforma urbana. Criou-se também, a figura da usucapião especial que possibilita à pessoa que detém a posse de imóvel urbano, com área de até duzentos e cinquenta metros quadrados, pelo período de cinco anos ininterruptos, e não seja molestado, adquirir o seu domínio, por meio desta figura jurídica.

Entende Harada (2004) que o artigo 145 da Carta Política (BRASIL, 1988) assumiu importante papel na legislação urbanística brasileira, pois aborda o princípio da justa distribuição do ônus e dos benefícios, referenda o desdobramento do

princípio da igualdade de todos perante a lei e específicas questões relativas à própria valorização imobiliária.

A execução de qualquer plano urbanístico, a reurbanização de um bairro deteriorado, por exemplo, traz benefícios à população em geral. Porém alguns serão direta e especificamente beneficiados com a execução de obras e serviços públicos, com a valorização de seus imóveis. Outras terão suas propriedades desvalorizadas pela ação do Poder Público. As valorizações diretas e específicas devem ser compensadas mediante pagamento da contribuição de melhoria por parte dos beneficiados. As propriedades esvaziadas de seu conteúdo econômico devem ser indenizadas mediante regular processo expropriatório (HARADA, 2004, p. 97).

No entanto, nem todos os municípios brasileiros tiveram a obrigatoriedade legal de elaborar os seus Planos-diretores, condição que impossibilita aplicar todos os instrumentos do Estatuto da Cidade, substancialmente pela falta da definição da função social da propriedade, objeto necessário para a aplicação no ordenamento do espaço urbano.

### **2.3 A Lei 10.257, de julho de 2001, “O Estatuto da Cidade”**

Como já nos referimos anteriormente, após uma longa tramitação no legislativo federal, superior a uma década, foi aprovada a Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001), chamada de “Estatuto da Cidade”, que serviu para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988).

O Projeto de Lei nº 5.788, de 1990, ao ingressar no Senado Federal, recebeu o nº (PL/181, de 1989) por ser um aperfeiçoamento do Projeto pioneiro de nº 2.191, de 1989, que originou o Estatuto da Cidade (QUINTO JR., 2003). Essa legislação, elaborada estrategicamente pelo Senador Pompeu de Souza, foi aprovada pelo Senado Federal em 10 de julho de 2001.

Segundo Quinto Jr. (2003), o Estatuto da Cidade, se comparado com as experiências europeias, estaria, ao menos, com um século de atraso, considerando-se o uso dos instrumentos urbanísticos, que possibilitaria regular socialmente o mercado imobiliário e estabelecer mecanismos de compensação social por meio da política urbana.

O Estatuto da Cidade surgiu como uma nova lei para ordenar o crescimento do setor imobiliário e estabelecer as diretrizes gerais da política urbana nacional. Teve como finalidade regulamentar as questões da ordenação do território e

da participação comunitária e objetivou promover a inclusão social nas cidades brasileiras. Também, estabeleceu as regras referentes ao uso e a ocupação do solo e ao controle da expansão do território urbano, e propôs a definição da função social da propriedade, a ser especificada no Plano-Diretor Municipal Participativo.

Esta legislação colocou à disposição no seu capítulo segundo várias ferramentas e instrumentos de Política Urbana para uso contra os abusos relacionadas à propriedade, entre elas a de conter a especulação imobiliária derivada da retenção fundiária, que discutiremos na sequência do texto.

Entre as medidas indutoras para cumprimento da função social da propriedade, destacam-se: a possibilidade de desapropriação do imóvel não utilizado ou subutilizado; a usucapião de imóvel urbano; a outorga onerosa do direito de construir; as operações consorciadas, com estabelecimento de parceria entre o setor público e privado; a transferência do direito de construir; o impacto de vizinhança; a preempção, e o direito de superfície.

O Estatuto da Cidade dispõe que a municipalidade fixará as condições e prazos para o cumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar a terra urbana mantida em ociosidade, assegurados prazos não superiores há um ano entre a protocolização de projeto de parcelamento, utilização ou construção. O contribuinte tem mais dois anos, a partir da aprovação do projeto, para a utilização, parcelamento ou dar início às obras de edificação.

É importante notar que a norma legal ressalta a obrigação de utilização da terra urbana de forma independente do parcelamento ou edificação. Não cumpridas as obrigações estabelecidas, o município procederá a aplicação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota em até 3% anualmente, pelo prazo de cinco anos consecutivos, respeitado o limite máximo de 15%.

Nessa cobrança do imposto, poder-se-á aplicar a alíquota máxima de 15% ou, se assim entender a prefeitura, proceder à desapropriação-sanção do dito imóvel, obviamente com a obrigação do seu uso social.

Em caso de o Poder público optar pela desapropriação-sanção do imóvel, deverá pagar o valor da indenização, que corresponde ao valor venal<sup>35</sup> do imóvel, na forma de títulos públicos. O avanço na sistemática desse pagamento pode ser verificado na previsão legal que possibilita a dedução da valorização do imóvel, em função de obras realizadas pelo Poder público no local (pavimentação, iluminação pública, rede de esgoto etc.). Portanto, encontrado o valor correspondente à indenização do imóvel, caberá a dedução da valorização atribuída entre o período da

---

<sup>35</sup> Valor encontrado na planta de valores genéricos e utilizado para a cobrança do imposto predial.

certificação do recebimento da notificação ao proprietário que impôs o aproveitamento do imóvel e a efetiva desapropriação.

Com essa medida, fica caracterizada a expropriação da “mais valia<sup>36</sup>”, objeto do lucro resultante da valorização do imóvel, por conta de melhorias na localidade onde está inserido, realizadas pela prefeitura e pagas por todos os contribuintes. Dessa maneira, a destinação dessa valorização, atualmente apropriada pelo agente privado, toma outra direção, vai para os cofres públicos municipais e retorna para os contribuintes em forma de prestação.

Em análise aos instrumentos instituídos pelo Estatuto, pela importância da sua influência na gestão da cidade, destaca-se o direito de preempção, que, conceitualmente equivale ao direito de preferência pelo Poder público municipal para aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares. É permitida sua aplicabilidade somente em áreas previamente circunscritas por lei municipal, instrumento que se vincula obrigatoriamente à necessidade de áreas pelo Poder público para regularização fundiária, execução de programas e projetos de interesse social, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, proteção ambiental e outros fins similares.

O Poder público dispõe também da outorga onerosa, outro instrumento que já vem sendo colocado em prática em diversas localidades brasileiras, regulamentado por meio de lei municipal. Esse instrumento, conhecido como outorga onerosa do direito de construir, impõe a prestação de contrapartida por quem exercer o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado pelo Plano-Diretor Municipal.

Finalmente, considerado como um instrumento contemporâneo, por sua busca de equilíbrio ao meio ambiente, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) foi inspirado no estudo prévio de impacto ambiental, mas que dele se diferencia por sua aplicação. Esse instrumento democratiza as decisões locais e possibilita a realização de consulta pública como um requisito para as licenças urbanísticas e edificações municipais; acima de tudo, centra-se em análise de questões essencialmente urbanas, quando da reprodução do espaço, tais como o adensamento populacional; o impacto sobre os equipamentos urbanos e comunitários; a geração de tráfego; a demanda por transporte público, e outras questões que afetem o meio ambiente artificial e natural.

O Estatuto da Cidade cria instrumentos de gestão e sugere diretrizes norteadoras para ações concretas relativas à política urbana. Por previsão constitucional e desse novo marco regulador, ficaram instituídas garantias ao direito às

---

<sup>36</sup> A recuperação de mais-valias fundiárias urbanas é uma forma de retornar à sociedade incrementos de valor da terra decorrentes de iniciativas alheias aos proprietários.

idades sustentáveis, que devem ser entendidas, tais como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte urbano coletivo, aos serviços públicos com qualidade, ao trabalho e ao lazer. Para fortalecer a gestão pública, o Estatuto propõe um conjunto de diretrizes, estabelecidas por: cooperação entre o Poder público e a iniciativa privada e demais setores da sociedade no processo de urbanização; a justa distribuição dos benefícios e dos ônus do processo de urbanização, com a finalidade de dar sustentabilidade às cidades. Esse processo objetiva sensibilizar a geração presente para a preservação do meio ambiente como garantia do uso do espaço urbano também pelas gerações futuras.

Segundo Arruda (2002, p. 597), “[...] o Estatuto da Cidade não vai, por si só, garantir cidades mais justas. A nova lei traz o instrumental cirúrgico, que pode ser bem usado, ou não, de acordo com a habilidade do cirurgião, no caso as municipalidades”.

## **2.4 Problemas e obstáculos para a regularização fundiária urbana no Brasil**

Os setores públicos tratam a informalidade como exceção e criam programas isolados e distintos de regularização fundiária urbana e com isso, não integram o contexto das cidades. Os títulos dos imóveis ainda são objetos de troca de votos, portanto, a sua dinâmica de relação com os programas fundiários está ligada a situações políticas, tanto temporais (em épocas eleitorais), quanto publicitária (a entrega de imóveis com vieses quantitativos). Não há conjunção de programas de apoio, como de emprego e renda, de saúde pública e outros correlatos, que tenham a finalidade de garantir a permanência da população dos locais regularizados, que geralmente já são segregados, em condições dignas de habitação.

As ações de regularização fundiária urbana se colocam muito mais como protetoras institucionais do que como respostas às demandas sociais e a insistência em negar aos cidadãos regularizados o direito à cidade gera novas informalidades. Enfim, as pessoas que são amontoadas em regiões segregadas, diante de processos de gentrificação, se deslocam para locais mais distantes, constata-se em várias cidades brasileiras a existência da “periferia da periferia”.

Considerando a lógica do improvável acesso à terra urbanizada, verifica-se neste processo a visão histórica desta situação de deslocamento e de expansão urbana nas cidades brasileiras, que denota tipologias dessas ocupações em regiões segregadas como parte de uma estratégia da população, em razão de existir um menor risco de remoção, pela exclusão mercadológica do valor de troca, e uma maior probabilidade de acender minimamente aos serviços públicos e de receber

os benefícios da regularização da propriedade, que muitas vezes se resume a um documento de registro imobiliário.

Sabe-se que a regularização fundiária, regra geral, fomenta o mercado imobiliário informal, possibilitando aos beneficiários de programas usarem o capital realizado, qual seja, o resultado da venda do imóvel, que realizam em casos extremos para sua sobrevivência. Esse fenômeno é constatável em toda a América Latina, pois o Estado abandona o local regularizado, normalmente à borda da cidade, configurado como um espaço segregado e sem infraestrutura. Assim, caberia à municipalidade criar mecanismos para assegurar a permanência das famílias nos locais regularizados levando aos cidadãos, para além do título, o direito à cidade.

Fácil constatar que o governo, nas três esferas de poder, não tem conseguido exercer um competente controle sobre o território em razão de não haver planejamento para o enfrentamento ao passivo existente, responsável pela cidade ilegal e excludente. Embora a regularização fundiária tenha passado para a pauta nacional, fundamentada no direito subjetivo gerado pelas ocupações, mormente invocado por esta nova ordem jurídica urbanística, especialmente pelo efetivo reconhecimento ao direito de moradia, não se tem notícia da criação de uma necessária coordenação nacional, que possibilite evitar abusos nas negociações, exerça o controle sobre os conflitos fundiários e promova a assistência técnica básica para avançar nesta discussão acerca deste tema importante para a vida das pessoas, especialmente às de baixa renda.

Interessante pontuar que a abordagem do tema habitacional remonta ao artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), mas a Emenda Constitucional de nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, que modificou o artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988); o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001), e a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, permitiram alguns avanços na ordem jurídica brasileira aplicável ao tema fundiário, ou seja, essencialmente esses institutos reconheceram o direito de moradia como um direito fundamental.

Contudo, verifica-se que, ainda não há amplo entendimento do impacto dessa nova ordem jurídico-urbanística na gestão das cidades. A regularização fundiária, por exemplo, é vista como ação discricionária do Poder público, não como um direito subjetivo do cidadão. Portanto, é salutar a estratégia da criação de um programa específico pelos municípios, que trate desse importante tema.

Importantes ingredientes ampliam as dificuldades para a solução das questões fundiárias urbanas, entre elas a superação de um falso conflito existente entre a preservação ambiental e a regularização fundiária; a falta de percepção da indisociabilidade entre o direito e a gestão pública, e outros.

Os processos de regularização fundiária devem se preocupar em centrar na garantia ao exercício do direito de moradia, isto é, com o olhar na ampliação do marco legal que verse sobre o tema.

Cabe-se ressaltar, que, tivemos normatização específica de regularização fundiária somente em 2009, com a Lei n.º 11.977 (BRASIL, 2009), ocasião em que a regularização fundiária urbana passou a ter uma legislação específica e que foi recentemente alterada pela Lei n.º 13.465 (BRASIL, 2017), posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal n.º 9.310 (BRASIL, 2018).

Ainda, ratificando pontos em que os municípios tenham a responsabilidade pelo ordenamento urbano, a Carta Magna estabeleceu que a municipalidade dispõe de competência comum no que abrange questões ambientais e urbanísticas, com os outros Entes da Federação, levando-se em consideração os princípios do interesse e da subsidiariedade, conforme disposto no seu artigo 23 (BRASIL, 1988).

Assim sendo, no sentido de acomodar possíveis conflitos legislativos se regulamentou o parágrafo único com a criação da Lei Complementar n.º 140 (BRASIL, 2011), que aborda, dentre outros tópicos: a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas oriundas do desempenho da competência comum.

## **2.5 Análise dos 20 anos do Estatuto da Cidade: debates e reflexões**

Conforme apontado claramente neste texto, o fato de o Estatuto da Cidade não chegar às localidades com população inferior a vinte mil habitantes representou não atender a 68,2% dos municípios brasileiros, ou seja, 3.670 deles. Destaca-se nessa constatação que, por não haver obrigatoriedade da elaboração de Planos-diretores nesses municípios, eles ficaram impossibilitados de aplicar vários dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, entre eles; a desapropriação-sanção, penalidade aplicada ao proprietário que não cumpre a função social de sua propriedade que imprimiria certamente maior velocidade a regularização fundiária urbana.

Como mencionamos anteriormente vamos analisar os dois pontos de maior relevância na legislação e inicialmente tratamos da função social da propriedade, que podemos afirmar que se constitui num dos principais gargalos dessa legislação, por refletir nos demais instrumentos aplicáveis, e temos de considerar que, embora haja medidas indutoras para cumprimento da função social da propriedade, como: a possibilidade de desapropriação do imóvel não utilizado ou subutilizado; a usucapião de imóvel urbano; a outorga onerosa do direito de construir;

as operações consorciadas; a transferência do direito de construir; a preempção e o direito de superfície, elas dependem de regulação no Plano-Diretor Municipal.

Portanto, o Plano-Diretor Municipal tem dois papéis centrais: o de indicar os instrumentos que serão utilizados pela municipalidade no ordenamento territorial; e o de determinar as punições que serão aplicadas aos que desrespeitarem os seus preceitos instituídos.

Nesse sentido, nos seus 20 anos de vigência, embora o Estatuto da Cidade tenha surgido como um instrumento regulamentador de preceitos constitucionais que tratam da temática urbana, ainda não apresentou resultados efetivos no campo da sua aplicabilidade, especialmente nas pequenas cidades.

Outro ponto em destaque é que a nova normativa traz contradito ao paradigma dominante sobre a propriedade absoluta, o da função social da propriedade. E, nesse aspecto, o debate termina sendo remetido à titularidade do domínio dos imóveis, exercido por membros da própria comunidade em que se inserem. Dessa maneira, a atitude dos próprios membros da comunidade, na relação do uso de suas propriedades, deveria ser cidadã, o que não condiz com a atividade especulativa de retenção de terrenos, resultante nos vazios urbanos<sup>37</sup> das cidades.

Assim, se buscássemos inter-relacionar o Estatuto com os mecanismos aplicáveis para resoluções de problemas nas cidades, encontraríamos, as ferramentas e os instrumentos de Políticas Urbanas, já mencionadas anteriormente, e pontuamos para discussão a especulação imobiliária derivada da retenção fundiária.

Evidente que a especulação imobiliária em nosso País precisaria ser mitigada por objetivar a valorização viciosa do imóvel e, em regra, ser provocadora dos vazios urbanos, especialmente nas regiões centrais das cidades, em razão da disponibilidade de toda infraestrutura nesses locais. Importante salientar que esse procedimento de retenção fundiária deveria ser punido com o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo, pelo motivo de a propriedade não cumprir a sua função social, seguido da desapropriação-sanção.

É importante notar que a norma legal ressalta a obrigação de utilização da terra urbana, isso é outro gargalo na referida legislação, em razão especialmente do enfrentamento dessa questão no campo político, que vem desconstruindo a narrativa da necessidade desse procedimento para se eximir da consequência da desapropriação-sanção. Temos atualmente no Senado Federal projeto em trâmite que objetiva retirar a figura constitucional da função social da propriedade.

Importante salientar que, mesmo com as dificuldades de avançar neste tema “função social”, o Estatuto da Cidade apresentou um grande avanço com a

---

<sup>37</sup> Os vazios urbanos podem ser apresentados como espaços não construídos, áreas ociosas ou ainda remanescentes urbanas.



determinação da dedução no pagamento da desapropriação-sanção de quaisquer expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios, relativos ao imóvel desapropriado.

Ressalte-se, nesse contexto, que o Estatuto da Cidade foi o precursor para o avanço dos debates fundiários, por tratar das questões urbanas em suas várias dimensões e trazer a discussão sobre a noção da função social e ambiental, para além disso, acabou por ser reconhecido como um marco conceitual jurídico-político para a aplicação do Direito Urbanístico.

Convém salientar que o País conquistou avanços na urbanização das ocupações irregulares, porém esses procedimentos não se complementam por esbarrar na regularização jurídica. Os resultados na emissão de documentos garantidores da posse, quando comparados com a necessidade da população, são ínfimos, ante a enorme burocracia, também pela legislação urbanística e o procedimento de registro imobiliário serem elitistas. Nesse viés, é necessário o enfrentamento do problema fundiário com a construção de argumentos consistentes que validem essa nova ordem jurídica, por meio da pacificação da doutrina e jurisprudência no campo do Direito Urbanístico.

Nesse sentido, o Estatuto da Cidade tem o papel de contribuir para a inserção plena do cidadão à cidade e viabilizar o desenvolvimento urbano sustentável. Isso reduziria os passivos urbanísticos e ambientais, além de propiciar a transformação local.

Outro aspecto relevante, ao relacionar o Estatuto da Cidade com as questões fundiárias, é o da eficácia plena conferida às normas e princípios do Direito Urbanístico, fator que atribui segurança jurídica na aplicação de seus instrumentos de maneira que possibilitem o controle urbano.

Importante salientar que a legislação urbanística da cidade legal desconhece a cidade real, esta última mostra os conflitos e reforça essa incompatibilidade existente entre elas. Evidente que, com a flexibilização dessas normas, haveria o reconhecimento da pluralidade e diversidade da produção social. Assim sendo, o caminho para pacificar esses conflitos nasce da relativização da propriedade com a utilização dos meios legais para a garantia da posse, para além do domínio.

Constata-se, na prática, que grande parte dos municípios não estão aplicando os instrumentos desse novo arcabouço jurídico ante a forte influência política orquestrada pelo mercado imobiliário, e em razão do conservadorismo do Judiciário, como já nos referimos anteriormente, ainda reticente em relação ao relativismo do direito à propriedade.

Ao tratarmos nessa discussão da aplicação do IPTU progressivo no tempo e a desapropriação-sanção, que são importantes instrumentos de controle da

especulação imobiliária para fazer cumprir a função social da propriedade, mostramos que esses mecanismos ainda têm um efeito insignificante no País, devido à elasticidade nos procedimentos burocráticos. Além de penalizações brandas pela falta de atualização dos cadastros imobiliários pelos municípios, que aplicam normalmente suas penalidades com base em valores venais defasados.

A irregularidade fundiária é uma questão estrutural das cidades brasileiras, caracterizada por um desenvolvimento urbano desordenado. Fala-se, com razão, na dimensão acentuada do “problema” da irregularidade no Brasil, chegando-se a percentuais que variam em torno de 40 a 70% do parque imobiliário existente. Esses números, no entanto, devem ser utilizados de forma cuidadosa, já que se referem a situações e a problemas diferenciados.

O termo irregularidade estabelece uma “definição pela negação” (CARDOSO, 2003), ou seja, a irregularidade se define por tudo que não é regular. Isso dificulta a identificação do objeto a ser estudado, pois este, num primeiro momento, é somente um ‘fato’ que está em desacordo com a legislação ou com os procedimentos de controle urbanísticos. Neste momento, definir a irregularidade pressupõe uma classificação, ou uma tipologia, que permita orientar a análise, considerando-se as diferenças significativas entre as formas de irregularidade encontradas. Essa classificação, no entanto, pode, num primeiro momento, ser meramente descritiva, mas deve, num segundo momento, dialogar com as questões subsequentes (população afetada, causas e processos de produção), de forma a se construir um modelo com capacidade explicativa dos fenômenos e com capacidade de orientar a ação política.

A regularização fundiária poderia contribuir para a inserção plena do cidadão à cidade; viabilizar a sustentabilidade da cidade, porque reduziria os passivos urbanísticos e ambientais, além de propiciar a transformação da economia informal em economia legal.

A política urbana deveria focar a regularização fundiária, mas ter mecanismos de controle da irregularidade para cortar o círculo vicioso que gera elevado dispêndio ao erário municipal na posterior correção do problema.

Outro aspecto relevante nas questões fundiárias é a eficácia plena conferida às normas e princípios do Direito Urbanístico, fator que atribui segurança jurídica na aplicação dos instrumentos que possibilitem o controle urbano.

A legislação urbanística da cidade legal desconhece a cidade real que mostra os conflitos desta incompatibilidade posta. Com a flexibilização dessas normas, haveria o reconhecimento da pluralidade e diversidade da produção social.

O caminho para pacificar esses conflitos nasce da relativização da propriedade com a utilização dos meios legais para a garantia da posse, para além do

domínio. Importante pontuar que a regularização fundiária requer a análise do caso concreto, pois existem diversas possibilidades para a solução do problema.

Embora se detecte avanço no tratamento do tema fundiário, pode-se afirmar que não há muito a se comemorar pelos 20 anos da promulgação do Estatuto da Cidade. Poderíamos citar o exemplo da aplicação da edificação compulsória e IPTU progressivo no tempo, um dos importantes instrumentos para o controle da especulação imobiliária, que tem efeito insignificante devido à elasticidade nos procedimentos burocráticos, que pode chegar, entre a notificação inicial e a desapropriação, a 8 anos, refletindo, durante este período, em penalidade insignificante, estimando-se o valor máximo de 15% sobre o valor venal do imóvel, considerada muita branda em relação à valorização do imóvel ao se comparar com o mercado imobiliário.

Constata-se na prática que os municípios não estão aplicando os instrumentos desse novo arcabouço jurídico ante a forte influência política orquestrada pelo mercado imobiliário, e em razão do conservadorismo do judiciário, ainda reticente em relação ao relativismo do direito à propriedade.

Justifica-se, a partir desta análise ao instrumento em foco que dispõe de ferramentas para que o Executivo Municipal realize ações positivas com o intuito de melhorar a dinâmica dos núcleos informais e formais, que se assim não agir caberia a responsabilização administrativa pela inércia e o descaso no tratamento da regularização fundiária urbana.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assentado no que foi exposto, conclui-se que é de responsabilidade dos Municípios a efetivação do processo de Regularização Fundiária Urbana, visto que estes entes possuem compromisso institucional estabelecido pela legislação analisada por este estudo, no que tange a política de desenvolvimento urbano.

Podemos concluir então que, embora se detecte avanço no tratamento do tema urbano, pode-se afirmar que não há muito a se comemorar pelos 20 anos da promulgação do Estatuto da Cidade, em 10 de julho de 2.001.

Portanto, previsões da Constituição Federal (BRASIL, 1988), do Estatuto da cidade (BRASIL, 2001), que apresenta disposições mais específicas sobre a temática, e da Lei n.º 13.465 (BRASIL, 2017), que representou um novo marco normativo ao realizar modificação substancial sobre a discussão do tema, afere-se um elenco de ditames que asseguram a responsabilidade pelo procedimento aos municípios pela regularização fundiária urbana nos núcleos urbanos informais.

Assim, afirma-se que cabe ao ente municipal promover as diversas etapas do procedimento de regularização fundiária, cabendo a ele uma conjugação de saberes, tendo em vista o caráter multidisciplinar destas ações.

Em suma, embora este seja um processo complexo, mostra-se de essencial importância que as gestões municipais estabeleçam um amplo programa de regularização fundiária urbana. À vista disso, é fundamental a destinação de recursos e a capacitação dos gestores municipais para caminhar nesta direção, de modo a coadunar com a garantia do direito à cidade.

Portanto, grande parte dos municípios brasileiros ainda não aplica os instrumentos do Estatuto da Cidade na sua integralidade, mesmo depois de 20 anos de existência, especialmente os relacionados às penalizações pelo descumprimento da função social da propriedade e os relativos ao fomento da regularização fundiária urbana, isso em razão de pressões no campo político e mercadológico.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, I. **Estatuto da Cidade, uma Conquista Histórica**. Câmara dos Deputados. Série Separatas de Discursos, pareceres e projetos. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2002.

BANUNAS, I. T. **Poder de polícia ambiental e o município**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

BORGES, P. T. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Lei de parcelamento do solo urbano. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm). Acesso em: 2 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 2 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de

maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a MP nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Planalto, Brasília, DF, 07 jul. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm). Acesso em: 2 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 140, de 8 de dezembro de 2011**. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp140.htm). Acesso em: 2 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm). Acesso em: 2 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018**. Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União. Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9310.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9310.htm). Acesso em: 2 maio 2021.

CARDOSO, A.L. **Irregularidade urbanística**: questionando algumas hipóteses. Belo Horizonte: Encontro Nacional da ANPUR, 10, 2003.

DI SARNO, D. C. L. **Elementos do direito urbanístico**. Barueri: Manole, 2004.

DIAS, M. L. **Notas sobre o direito urbanístico**: a “cidade sustentável”. Jus Navigandi, Teresina. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/1692/notas-sobre-o-direito-urbanistico>. Acesso em: 2 maio 2021.

HARADA, K. **Direito urbanístico**: Estatuto da Cidade: Plano Diretor Estratégico. São Paulo: Ndj, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Primeiros resultados do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2 maio 2021.

LIRA, R. P. **Elementos de direito urbanístico**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Regularização fundiária urbana no Brasil**. Coordenação: Carvalho, Celso Santos; Gouvea, Denise de Campos. Brasília: Editora oficial, 2009.

MUKAI, T. **O Estatuto da Cidade; anotações à Lei**. São Paulo: Saraiva, 2001.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatórios de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em: 2 maio 2021.

QUINTO JUNIOR, L. de Pi. **Nova legislação urbana e os velhos fantasmas**. São Paulo v. 17, n. 47, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 2 maio 2021.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

# TURISMO CULTURAL, PATRIMÔNIO CULTURAL E O LUGAR<sup>38</sup>

Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro<sup>39</sup>

Rosane Balsan<sup>40</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo busca compreender e refletir o lugar na ciência geográfica, o turismo e o patrimônio cultural, fazendo uma discussão conceitual a partir de um levantamento bibliográfico analisando o turismo cultural na cidade de Porto Nacional (TO).

Um trabalho desta natureza mostra-se relevante por indicar direções referentes à temática, favorecendo a possibilidade de fazer inferências sobre o uso do patrimônio cultural para o desenvolvimento do turismo cultural, como fundamentação para a construção de diferentes contribuições teóricas.

É uma pesquisa bibliográfica desenvolvida na interface entre o turismo e a geografia, valendo-se do lugar como categoria de análise. Os lugares são compreendidos como espaços importantes e carregados de significado, que são desenvolvidos por aqueles que residem ou visitam. Geografia e turismo, duas grandes áreas de estudo, se entrelaçam, enquanto interpretações possíveis de reproduzir o imaginário da realidade, se construindo e dando sentido.

Por fim, apresenta-se uma análise reflexiva dos significados e sentidos do lugar e do turismo no centro histórico de Porto Nacional (TO), e então partimos para as considerações finais.

---

<sup>38</sup> Este capítulo é proveniente da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, intitulada “O Projeto Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional- TO: um instrumento de educação patrimonial” elaborada pelas autoras do presente capítulo.

<sup>39</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Colaboradora do Projeto de Extensão “Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional”. E-mail: lairesgoncalves@uft.edu.br

<sup>40</sup> Professora Doutora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (Neucidades). E-mail: rosanebalsan@hotmail.com.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 O Lugar como Categoria de Análise

Para Tuan “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. (TUAN, 2013, p. 167). O autor explica que as categorias de análise, o espaço e o lugar se completam, visto que, “se o espaço é algo que permite o movimento, e que evoca a ideia de circulação, então o lugar seria a pausa e cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar” (TUAN, 1983, p.6).

Durante décadas, a história do pensamento geográfico vem sendo discutida pelos geógrafos, com intuito de demonstrar como a ciência geográfica desenvolveu, e vem desenvolvendo seus temas, teorias e conceitos. O tema a ser aqui discutido refere-se à categoria de análise lugar:

Há uma infinidade de definições de lugar [...] que varia conforme as teorias e os autores. Umhas objetivas e outras subjetivas [...]. Objetivo são aqueles elementos da experiência que persistem mediante todas as mudanças do aqui e agora. Enquanto subjetivo pertence ao sujeito, toda mudança em si, e somente, expressa a determinação particular do aqui e agora. (OLIVEIRA, 2012, p. 3-4).

Segundo Castriota (2009, p. 119), “colocando a questão em termos cartesianos, a simples localização é a visão para a qual a posição seria o que realmente importa em termos de lugar”. Assim, como aponta o autor (2009, p. 119):

De acordo com esta visão, qualquer pedaço de matéria, isto é, qualquer corpo físico, está onde está, numa região definida do espaço, e numa duração definida e finita de tempo, a parte de qualquer referência essencial das relações daquele pedaço de matéria com as outras regiões do espaço e as outras durações no tempo.

Na ciência geográfica, pouca importância foi dada aos estudos sobre o lugar ao longo de sua história. Inicialmente, não era considerado além do seu sentido de localização espacial. Assim, até o século XIX, os conteúdos mais próximos do saber geográfico que, até então, passava por um processo de construção seriam: a catalogação de fatos, de lugares e protagonistas de descobertas geográficas (GODOY, 2010).

Portanto, na corrente tradicional da geografia, a noção de lugar foi usada para definir esta ciência no seu sentido de localização espacial, o qual, se referia



a estudos descritivos sobre determinadas áreas e/ou porções da superfície do planeta Terra, ignorando, até então, as relações de vivência estabelecidas entre os homens e os lugares.

Edward Relph teve uma contribuição importante se tratando da recuperação da importância do conceito de lugar na geografia humanista, uma vez que, como já foi aqui destacado, este conceito foi utilizado por um longo período nos estudos tradicionais da ciência geográfica apenas no sentido locacional (FERREIRA, 2002).

Nessa corrente do pensamento geográfico, o homem entra como um dos elementos principais em suas análises, pois é ele que dá significado e vive intensamente o lugar, é ele que traz sentido, transforma e dá vida. Assim, para Marandola Junior (2012, p. 7): “O lugar é construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem”.

Milton Santos (2014), por sua vez, nos chama atenção em relação à diferença entre localização e lugar. Para o referido autor, não devemos confundir a localização com o lugar, pois ele (lugar) pode ser o mesmo, já as localizações mudam. Neste sentido, o lugar, para Santos, pode ser definido como um conjunto de objetos que no transcorrer da história (tempo), suas funções passam a ser modificadas:

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência, pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS, 1988, p. 18-19).

Para Tuan (2013) o lugar é o centro que nós seres humanos atribuímos valor, é onde nós vivemos e/ou vivenciamos no nosso cotidiano, é nele que são satisfeitas as necessidades biológicas (comida, água, descanso, procriação, etc), e por isso não pode ser visto apenas no sentido de localização, pois, através das nossas experiências, nós somos capazes de dar significados e dotá-los de valores afetivos: “[...] a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele [...]” (TUAN, 2013, p. 18).

Assim, para esse autor, o lugar “é um mundo de significado organizado”, ou seja, é onde através da experiência, depositamos os nossos sentimentos, afeição, é onde vivemos no nosso cotidiano (TUAN, 2013, p. 219).

Tuan reforça que “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Espaço e lugar se relacionam, existem três tipos principais de espaços “o mítico, o pragmático e o abstrato”, espaço se torna lugar na medida em que é experienciado e valorizado, que tem significação para pessoa, lugar é mais concreto que espaço (TUAN, 1983, p. 19).

O ser humano, através das suas experiências com o espaço, o transforma em lugar: “[...] o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...]”. (TUAN, 2013, p.14). Observa-se que, para que o espaço se transforme em lugar, é indispensável a experiência, já que, só é possível definir o nosso lugar a partir da nossa vivência com ele, assim, se não o vivenciamos, então ele é somente um espaço.

Deste modo, como destaca Tuan (2011), na experiência vivida, espaço, tempo e lugar são inseparáveis. É através do tempo e da experiência que se cria uma relação entre as pessoas e o espaço, tornando-o lugar, são eles (tempo e experiência) que determinam o quão valioso ele se tornará para a pessoa.

Portanto, o tempo, em conjunto com a experiência vivida são responsáveis por essa transição de espaço para lugar. Assim, como destaca Tuan (2011), o lugar é um espaço estruturado, organizado a partir da experiência vivida pelo indivíduo, que, através do tempo, torna-se repleto de valores e significados.

Neste sentido, o conceito do lugar pode ser formado e/ou compreendido como espaço de vivência, onde estão inseridas suas necessidades existenciais, suas interações com os objetos e as pessoas.

## **2.2 Geografia do Turismo**

O turismo como área de estudo é multidisciplinar e, por esta razão, é estudado por diversas áreas científicas, assim, a ciência geográfica também aborda estudos voltados para o turismo, se tornando importante no campo social, cultural, político e econômico.

Segundo Cruz,

O turismo, tal como outras atividades – e concorrendo com elas – introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico (CRUZ, 2001, p.12).

Cruz elucida que para os estudos geográficos do turismo a atividade turística está ligada diretamente à forma com que esta atividade absorve o espaço, e como esta pode transformar o espaço.

Rodrigues (2001, p. 95) destaca que “a Geografia do Turismo serve para alimentar e irrigar a reflexão na Geografia”, observa-se que, se faz necessário aprofundar nos estudos geográficos para que assim possa compreender o fenômeno turístico.

Rejowski (1996, p. 19) ao falar das disciplinas que se relacionam com o Turismo diretamente, afirma que: “a Geografia é uma das poucas disciplinas em que o Turismo tem sido reconhecido como área de interesse, e como tal, vem sendo estudado sob a denominação de Geografia do Turismo, Geografia Turística, Geografia da Recreação ou Geografia Recreacional”.

### **2.3 Conceito de Turismo Cultural e Patrimônio Cultural**

As atividades turísticas ocupam espaço, pois o deslocamento é necessário para a sua prática, por isso destacamos que o desenvolvimento de pesquisas geográficas nesta área pode ser pelas características espaciais desta atividade.

Considerando que os espaços são diferentemente valorizados pelas sociedades, em função das possibilidades técnicas que determinam sua utilização, de fatores políticos, econômicos e, também, culturais, todo o espaço do planeta (e mesmo de outros planetas) pode ser considerado espaço do turismo (CRUZ, 2001, p. 12).

Desde já, estamos de acordo com Cruz (2001, p.12) quando afirma que “o turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço”. Por esta razão é de interesse da geografia pesquisar uma prática social que utiliza, interfere, transforma, produz e consome o seu objeto de estudo. Assim, a contribuição da geografia leva em consideração a análise espacial do fenômeno turístico.

Há diversos tipos de turismo, e aprofundaremos nosso estudo no turismo cultural que “é aquele que se pratica para satisfazer o desejo de emoções artísticas e informação cultural, visando à visita a monumentos históricos, obras de arte, relíquias, antiguidades, concertos, musicais, museus, pinacotecas” (BRASIL, 1992).

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 10) Turismo Cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de

elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Pode-se dizer que o turismo cultural é aquele que tem por característica conhecer ambientes que sofreram antropização, e pelo desejo de conhecer um ambiente em que viviam e vivem determinados grupos humanos.

O turismo cultural, no sentido mais amplo, seria aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem (BARRETTO, 1998, p.21).

#### Para Nascimento o Turismo Cultural:

[...] tem a finalidade de conhecer a geografia histórica, os monumentos, as obras e outros bens culturais que a cidade oferece, mas também tem o objetivo crucial de desfrutar dos recursos e das atrações oferecidos pela localidade. Todos eles, direta ou indiretamente, contribuem para o reconhecimento do valor patrimonial da cidade no todo (NASCIMENTO, 2014, p. 17).

Tendo como finalidade o enriquecimento da personalidade humana através de informações, conhecimentos e contatos oriundos das experiências vividas. Conforme questiona Schneider “Mas, como aproveitar a riqueza cultural de uma dada região visando o seu potencial turístico? Uma das formas apresentadas é a valorização do “lugar”, através da preservação de seus bens patrimoniais e do resgate da cultura local” (SCHNEIDER, 2006, p.4).

Também se tem que:

O turismo cultural, em cidades históricas, pode ser um meio para revalorizar, afirmar ou recuperar os elementos culturais e históricos que caracterizam e identificam cada sociedade perante um mundo globalizado. O turismo cultural também pode contribuir para gerar uma tomada de consciência em relação à preservação do patrimônio, tanto tangível como intangível de uma cidade ou vila histórica (MARUJO; SERRA; BORGES, 2013, p. 8).

O turismo cultural pode ser um importante aliado na preservação e na manutenção da memória viva de manifestações culturais materiais e imateriais.

De acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o Patrimônio Histórico é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, também, sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pelo homem (BRASIL, 1937).

A Constituição Federal Brasileira, no artigo 216, define Patrimônio Cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, n.p).

Tomaz (2010, p. 3) destaca que o patrimônio histórico “reúne em si toda a sorte de coisas, artefatos e construções resultantes da relação homem e meio ambiente e do saber-fazer humano, ou seja, tudo aquilo que é produzido pelo homem ao transformar elementos da natureza”, considerando que o patrimônio histórico possui um valor afetivo, sendo resultado de experiências e memórias coletivas e individuais.

Ao falarmos de patrimônio, muitas vezes, este conceito nos remete a herança, ou a algo que o indivíduo ou grupo social considera como importante para si, no qual, envolve o sentimento de pertencimento, a ponto de dizer “este é o meu e/ou nosso patrimônio”.

Segundo Nigro (2010), na geografia o patrimônio é considerado um fenômeno inerentemente espacial, ou seja, ele está contido no espaço e só existe porque há uma relação entre ele e o indivíduo ou grupo social, mesmo sendo imaterial, ele acontece em algum lugar e é patrimônio de alguém. Ainda de acordo com a autora:

[...] o patrimônio é de fundamental importância para o interesse da Geografia Cultural e Histórica contemporânea porque atenta para questões cruciais como a da significação, representação e identidade. O patrimônio torna-se um

atributo que contribui para a afirmação de processos de identificação individuais e coletivos. E à Geografia interessa considerar o patrimônio como campo de tensões sociais e assim revelar como o passado é lembrado e representado e as implicações que isso tem no presente e na construção de relações de “pertencimento” [para o lugar]. (NIGRO, 2010, p. 69).

De acordo com Londres (2002, apud LONDRES, 2004, p. 21): “Patrimônio é tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo que produzimos com as mãos, as ideias e fantasia”.

Furnari (2005, p. 8) assente quando afirma que “Patrimônio cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares”.

Estudar o patrimônio cultural é uma forma de conhecer aquilo que um determinado grupo social considera importante e que faz parte da sua herança, história e cultura, representando sua identidade cultural. Grunberg (2007, p. 4) afirma que patrimônio cultural:

São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

O patrimônio cultural de uma cidade só se torna como tal por conta das atividades que os homens empregam nele e se deram ao longo do tempo.

Neste sentido, o patrimônio cultural na atualidade, de acordo com Assunção (2003, p. 87): “refere-se a um bem ou ao conjunto de bens culturais (materiais e imateriais) e naturais que tenham valor reconhecido para uma cidade, região, estado, país ou humanidade, sendo propriedade de todos os cidadãos”.

No caso do patrimônio de natureza material e natural, os bens passam por um processo chamado tombamento que “é o instrumento jurídico [...] que tem por objetivo [...] a preservação de bens materiais [e naturais], públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos”, podendo ser realizado a nível federal, estadual e municipal (RABELLO, 2015, p. 2-3).

Para um bem ser tombado: “qualquer pessoa física ou jurídica, pode solicitar o tombamento [...]. O pedido passa por uma avaliação técnica preliminar e, se esta for positiva, o processo é [...] julgado pelo tombamento ou não do bem” (IPHAN, 2009, p. 6).

Conforme o Livro de Tombo dos bens patrimonializados no Brasil, na classificação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o estado do Tocantins possui apenas duas cidades com conjuntos urbanos tombados, sendo elas Natividade e Porto Nacional.

## **2.4 O Turismo em Porto Nacional - TO**

Para Cruz (2001, p. 5), “o turismo é [...], antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Portanto, o ato de viajar está condicionado às formas de organização social, que ensejam vários fatores para a valorização de paisagens como turísticas, que variam no tempo.

Para Boullón (2002) o espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que são a matéria-prima do turismo. Estes considerados elementos do patrimônio turístico, juntamente com o empreendimento e a infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.

A cidade de Porto Nacional no estado do Tocantins, conhecida popularmente como a Capital da Cultura, está situada na margem direita do Rio Tocantins, e fica a aproximadamente 60 km da capital Palmas.

De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2020, a cidade apresenta uma estimativa de 53.316 habitantes (IBGE, 2020), sendo a quinta cidade mais populosa do estado do Tocantins. A supracitada cidade pertence à região turística do Tocantins denominada Serras e Lagos, localiza-se na parte central do estado e têm, como características principais, atrativos histórico-culturais que pertencem ao período de descoberta e exploração do ouro na região, além dos seus recursos naturais (TOCANTINS, 2011).

Atualmente, a cidade de Porto Nacional possui 159 anos de emancipação política e aproximadamente 282 anos de história, destacando-se no estado do Tocantins no que diz respeito ao patrimônio histórico cultural, pois ainda preserva um conjunto histórico e arquitetônico datado do período colonial, que guarda uma importante história para o estado, município e, principalmente, para os seus moradores. No estado, é a segunda cidade a ter seu centro histórico

tombado pelo IPHAN no ano de 2008, recebendo o título de Patrimônio Cultural Brasileiro, sendo assim inserida na lista dos 68 conjuntos urbanos tombados no Brasil (IPHAN, 2014).

Jácomo e Balsan (2017) afirmam que as principais atividades turísticas da cidade de Porto Nacional-TO são voltadas para as questões históricas - Centro histórico.

“O Centro Histórico de Porto Nacional, foi tombado pelo IPHAN, em 2008. A área tombada abrange parte da zona central (cerca de 250 edificações) e compreende o sítio natural, a malha urbana e as arquiteturas implantadas desde a fundação do município até a década de 1960 e neste trecho localizam-se, além das edificações vernaculares, os edifícios mais singulares do centro histórico, como a Catedral Nossa Senhora das Mercês, o Seminário São José, a Cúria Diocesana e a Casa de Câmara e Cadeia” (IPHAN, 2014, n.p.).

Porto Nacional- TO abriga importantes atrativos, os quais despertou o desejo de criar um projeto que os divulgassem e ressaltassem a beleza e riqueza cultural da cidade. Para Oliveira (2010), é uma cidade histórica e representativa por valores e traços culturais, uma das cidades mais antigas do Estado, aproximadamente do século XVII. Ainda, Oliveira (2010) a considera representativa, pois em meados de 1910, houve vários acontecimentos: a difusão da medicina com a influência do médico Francisco Aires da Silva e a evolução do ensino, com a chegada das freiras dominicanas direto da França, elas intensificaram a educação e a religião na cidade como o “Catolicismo”.

Em Porto Nacional (TO) é realizado um Roteiro Geo-Turístico do Centro Histórico de Porto Nacional, um projeto de extensão universitária promovido por meio do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional. O projeto é uma proposta de turismo cultural e alternativo para a cidade, e também uma proposta de educação patrimonial para os estudantes. Com o objetivo de apresentar as marcas geográficas, históricas e arquitetônicas do Centro Histórico de Porto Nacional, destacando a importância da preservação e do tombamento, assim proporcionando o conhecimento dos atrativos turísticos existentes e a história da cidade.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa apresenta características de um levantamento bibliográfico, que segundo Cervo e Bervian (1996) procura explicar um problema tendo como



início as referências teóricas já publicadas, partindo do princípio de que nenhuma pesquisa começa do patamar zero, podendo utilizar-se de experiências passadas ou presentes.

Partindo dos pressupostos teóricos de Cervo e Bervian (1996, p. 48):

[...] parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando é feita com o intuito de recolher informações e conhecimentos a cerca de um problema para o qual se procura resposta ou a cerca de uma hipótese que se quer experimentar. [...] A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência.

Uma pesquisa bibliográfica, segundo Medeiros (2008, p. 39) é caracterizada pela “busca e levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada”, desta forma dando o embasamento teórico do assunto proposto.

O levantamento bibliográfico, para pesquisadores como Cunha (2001), é um dos problemas mais sérios a serem equacionados. Uma vez que se saiba qual temática abordar é preciso definir qual fonte de informação será empregada.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cidade de Porto Nacional (TO) representa uma parcela significativa em atrativos turísticos culturais do Estado, além de ser receptora do turismo de praia e sol. Uma cidade que por meio do patrimônio cultural, permite o reconhecimento da sua história, geografia e cultura, viabilizados nas caminhadas pelo centro histórico, marcando, por sua vez, o objetivo que este trabalho busca aferir o quanto é possível instigar o uso do turismo cultural para a promoção do afeto e conservação e preservação do patrimonial cultural local.

Para tanto, a análise geográfica do sujeito e o lugar existencial garantem a compreensão dos sentidos e dos significados humanos atribuídos ao lugar. O ser humano se percebe como ser no mundo com base em como ele é, onde ele vive e em suas atitudes na trajetória cultural.

A prática do turismo neste local remete ao visitante conhecer e reconhecer uma área que não pode nunca ser abandonada ou esquecida, devido ao contexto de ser a primeira zona povoada da cidade, com edifícios representativos e lugares que trazem muita memória e relevância.

Conclui-se que ao desenvolver esta pesquisa é possível aferir que há subsídios para um debate conceitual, pois viabiliza compreender e refletir temáticas

do turismo, patrimônio e o lugar, realizando uma abordagem abrangente e constatando que o patrimônio cultural é um intermediário e contribui para o desenvolvimento do turismo cultural na cidade de Porto Nacional, e impulsiona a conservação e preservação dos bens culturais quando se apropriam destes, proporcionando-nos uma visão contextualizada da temática através das análises realizadas.

A difusão do conhecimento científico pode ser considerada, dentro de um processo educativo voltado para o patrimônio, como uma ação inicial de caráter mobilizador onde a importância do patrimônio passa a ser conhecida e dá início ao seu processo de valorização.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1998.

BOULLÓN, Roberto Cruz. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de: Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm). Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988, 462p.

BRASIL. **Glossário do Turismo- Ministério do Turismo 1992**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. **Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**. Turismo cultural: orientações básicas / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 44 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN. Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1996.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais:** fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia. **Introdução à geografia do turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

FERREIRA, Luiz Felipe. Iluminando o lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey), **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 22, n.1, p.43-72, jan. /jun. 2002.

FURNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs). **Turismo e patrimônio cultural.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. Algumas considerações para uma revisão crítica da história do pensamento geográfico. In: (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.145-156.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 2007. 24 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Porto Nacional-TO.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>. Acesso em: 31 ago. 2020.

IPHAN- INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Fiscalização.** Brasília, DF: Iphan, 2009.

IPHAN. **Conjuntos urbanos tombados.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>. Acesso em: 16 ago. 2020.

JÁCOMO, Wolney; BALSAN, Rosane. **Os Discursos e o Turismo:** um diálogo no Município de Porto Nacional – TO. Palmas-TO: EDUFT, 2017. 197 p.

LONDRES, Cecília. Patrimônio e performance: uma relação interessante. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz; GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho; GUSMÃO, Rita. **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re) tradicionalização.** Brasília: ICS- UnB, 2004. p. 19-30.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Sobre ontologias. In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARUJO, Noémi; SERRA, Jaime; BORGES, Maria do Rosário. Turismo cultural em cidades históricas: a cidade de Évora e as motivações do turista cultural.

**Turydes: revista de investigación em turismo y desarrollo local**, España, v. 6, n. 14, p. 1-10, jun./jul. 2013. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2020.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. **Turismo cultural e a patrimonialização do polígono de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional – TO**. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2014.

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. (Orgs.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

OLIVEIRA, Livia. O sentido de Lugar. In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 03-16.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1890**. Anápolis: UEG, 2010.

RABELLO, Sonia. **O tombamento**. (2015). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira**. Campinas: Papirus, 1996.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. Turismo Cultural: uma proposta de preservação do Patrimônio Material. In: IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul e II Seminário da ANPTUR, 2006, Caxias do Sul. **Anais do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul e II Seminário da ANPTUR**, 2006. p. 01-09. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/23.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

TOCANTINS. Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins. **Regiões Turísticas**. Tocantins: Governo do Tocantins, 2011.

TOMAZ, Paulo Cesar. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**. Maio/junho/julho/agosto de 2010. v.7 Ano VII n. 2. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br). Acesso em: 10 jul. 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. (Tradução Livia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo e lugar: um arcabouço humanista (Traduzido por Werther Holzer), **Geograficidade**, v. 1, n. 1, p. 4-15, Inverno, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência (Traduzido por Livia de Oliveira). Londrina: EDUEL, 2013.

